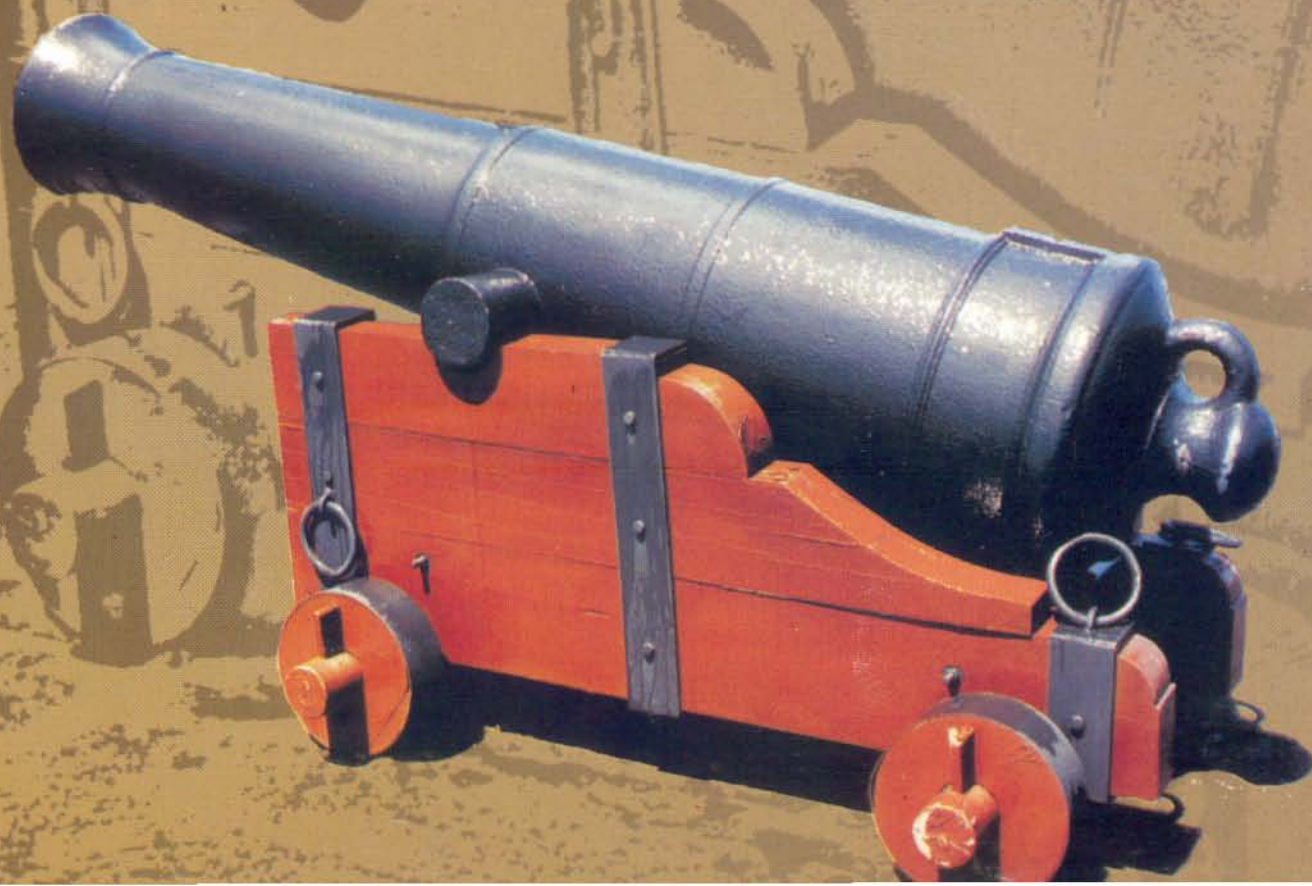


Fortes de Pernambuco

imagens do passado e do presente



Marcos Albuquerque

Veleda Lucena

Doris Walmsley

Fortes de Pernambuco

imagens do passado e do presente

Marcos Albuquerque

Veléda Lucena

Doris Walmsley



CNPq

FACEPE



SUDENE



Muitos foram os fortes e fortins erguidos no Brasil. De início, diferentes bandeiras os ergueram, na tentativa de estabelecerem seus domínios. Quase sempre definiam as zonas de expansão de fronteiras do sistema colonial que se implantava. Ao longo do tempo, luso-brasileiros, brasileiros; brancos, negros e índios, terminaram por erguer sua bandeira, por conquistar a terra, por unir o povo. Mas é o mesmo tempo que traz mudanças na tecnologia, nas armas, nas estratégias, nos objetivos. E os velhos fortes, que ao longo de muitos séculos representavam a segurança, a capacidade de defesa de uma terra, tornam-se obsoletos, são desarmados, desativados. Nem por isto, entretanto, devem ser relegados ao esquecimento. São a memória, a materialização dos anseios de realizações de um povo em construção. São parte da memória do Brasil.

Marcos Albuquerque
Veléda Lucena
Doris Walmsley

Albuquerque, Marcos

Fortes de Pernambuco : imagens do passado e do presente / Marcos
Albuquerque, Veléda Lucena, Doris Walmsley. - Recife : Graforte, 1999.
204 p. : il.

Inclui bibliografia.

1. Arqueologia histórica - Fortificações. 2.
Pernambuco - História. 3. História militar. I. Lucena,
Veléda. II. Walmsley, Doris. III. Título.

902.2 (813.4)

CDU (2.ed.)

UFPE

930.1

CDU (20.ed.)

BC-99-162

Muitos foram os fortes e fortins erguidos no Brasil. De início, diferentes bandeiras os ergueram, na tentativa de estabelecerem seus domínios. Quase sempre definiam as zonas de expansão de fronteiras do sistema colonial que se implantava. Ao longo do tempo, luso-brasileiros, brasileiros; brancos, negros e índios, terminaram por erguer sua bandeira, por conquistar a terra, por unir o povo. Mas é o mesmo tempo que traz mudanças na tecnologia, nas armas, nas estratégias, nos objetivos. E os velhos fortes, que ao longo de muitos séculos representavam a segurança, a capacidade de defesa de uma terra, tornam-se obsoletos, são desarmados, desativados. Nem por isto, entretanto, devem ser relegados ao esquecimento. São a memória, a materialização dos anseios de realizações de um povo em construção. São parte da memória do Brasil.

Marcos Albuquerque
Veléda Lucena
Doris Walmsley

SUMÁRIO

Apresentação	9	Vila de Nazaré	121
Introdução	13	Forte de Nazaré	124
Feitoria de Cristóvão Jaques	18	Forte de Nazaré (construído após 1632)	126
Forte Francês	21	Castrum Dussen	128
Reduto dos Marcos	22	Castrum Gisellini	131
Vila de Igarassu	25	Redutos do Cabo de Santo Agostinho	133
Casa-forte de Duarte Coelho	30	Forte de São Francisco Xavier	135
Forte São Jorge Velho	31	Bateria de Calhetas	140
Forte de São Francisco	32	Castelo do Mar	146
Forte São Jorge Novo	35	Quartel da Barra de Nazaré	156
Forte Quebra Pratos	37	Forte de Santa Cruz	162
Forte do Rio Tapado	38	Forte Tamandaré	163
Forte de Santo Amaro das Salinas	39	Forte do Matos	173
Vila Velha	41	Reduto Emília	174
Forte Real do Bom Jesus	44	Forte da Barreta	175
Forte Ernesto	49	Campo de Batalha do Monte das Tabocas	176
Forte do Queijo	51	Casa-forte	179
Guarita de João de Albuquerque	56	Forte do Arraial Novo do Bom Jesus	180
Fortim Alternar	58	Campo de Batalha dos Montes Guararapes	184
Forte de Pau Amarelo	59	Trincheiras e baterias referidas na documentação textual e iconográfica, anteriores à invasão holandesa	190
Forte do Brum	66	Estâncias luso-brasileiras no cerco da Resistência (1630-35)	191
Forte do Buraco	77	Baterias às margens do Rio Beberbe	192
Forte das Cinco Pontas	84	Redutos holandeses para o cerco do Forte Real do Bom Jesus (Arraial Velho do Bom Jesus)	193
Forte Príncipe Guilherme	94	Estâncias luso-brasileiras de cerco do Recife, durante a Campanha da Restauração	194
Forte das Três Pontas	97	Relação dos Fortes e pontos fortificados em Pernambuco.	195
Forte Orange	99	Bibliografia	196
Fortim de Catuama	109	Créditos	205
Reduto de Tejucupapo	113		
Forte do Rio Formoso	117		
Sirinhaém	118		

O Ministério da Cultura, através do PRONAC, financiou o projeto de **Identificação e Localização de Unidades Funcionais Coloniais em Pernambuco**, um projeto-piloto, que teve como objetivo central localizar e avaliar os remanescentes das unidades funcionais que integravam o sistema colonial português, implantados no litoral norte daquele Estado.

O projeto foi desenvolvido pelo Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, e foi operacionalmente subdividido em módulos, que privilegiava, inicialmente seis tipos de unidades funcionais: fortificações, igrejas, engenhos, missões, portos e vilas. Desta forma, os produtos oriundos desta perspectiva operacional, se interpenetram e apresentam o caráter primordial de complementaridade.

Ao contrário dos demais sub-sistemas, como o religioso ou o produtivo, o sub-sistema de defesa, implantado no litoral norte de Pernambuco, era constituído por um reduzido número de unidades. Por esta razão, optou-se por alterar a sistemática adotada para as demais unidades funcionais, ampliando-se a área de abrangência para todo o Estado. Esta ampliação de área tornou-se exequível graças à integração de informações oriundas de projetos similares, que são executados pela mesma equipe, com o apoio do CNPq, FACEPE e SUDENE.

A integração operacional destes projetos permitiu que este livro privilegiasse um corte espacial maior do que o inicialmente previsto, oferecendo, conseqüentemente, uma visão mais ampla do sistema de defesa ali implantado.

Enquanto que do ponto de vista da abrangência, este

livro excedeu as expectativas, do ponto de vista da profundidade, não atingiu o patamar almejado pelos autores. Pensava-se, de início, em reunir as informações disponíveis, tratá-las adequadamente e elaborar um trabalho que condensasse o conhecimento atual sobre o tema, e que, conseqüentemente, permitisse ao leitor uma visão substancial do sistema de defesa utilizado no período colonial nas capitânias de Pernambuco e de Itamaracá.

Para surpresa dos autores, no entanto, os dados disponíveis sobre fortificações não apresentam uma consistência interna satisfatória de modo a permitir a execução do trabalho pretendido em um curto espaço de tempo. As discrepâncias encontradas na bibliografia consultada, impossibilitaram, neste momento, uma avaliação precisa das fortificações brasileiras. Alguns autores, em trabalho metucioso, transcrevem documentos paleografados e os analisa. Outros, no entanto, reinterpretem fontes duvidosas e apresentam seus resultados como verdades inquestionáveis. Outros ainda, valem-se destas últimas informações, as incorporam, e produzem textos que fazem proliferar um maior grau de dúvida sobre o tema.

Uma parcela significativa das informações controversas, ou mesmo inverídicas, não podem ser captadas pelo leitor que não seja um especialista. Exige uma extenuante comparação de informações. Comparação que dificilmente terá êxito, se efetuada através de leituras isoladas. Entretanto, facilmente identificadas, caso se cruzem informações a partir de uma base de dados.

O Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco mantém um banco de dados que geren-

cia informações sobre o sistema defensivo brasileiro. Este banco de dados é constituído com base em fontes textuais secundárias, fontes primárias paleografadas, fontes iconográficas e cartográficas, além de informações provenientes de prospecções e escavações arqueológicas realizadas por aquele Laboratório.

Quando da elaboração deste livro, o tratamento informatizado dos dados relativos às fortificações coloniais no Nordeste do Brasil, revelaram uma parcela significativa de informações conflitantes. Conflitos que não se restringiam a opiniões, mas que revelavam, sobretudo, inconsistências, incoerências de dados objetivos, como cronologia de construção, bandeira do construtor, localização da fortificação, e outros dados que independem da interpretação dos autores.

Face a gravidade do problema identificado, as informações para outras regiões do País foram testadas, tendo sido constatado que o problema se apresentava de forma generalizada. Procurou-se, então, avaliar as possíveis causas que deram origem ao problema detectado. Ao que parece, o quadro atual das informações relativas às fortificações brasileiras resulta primordialmente das seguintes vertentes:

- Debilidade de algumas fontes coevas, tanto textuais quanto iconográficas;
- Intensa sinonímia utilizada para as fortificações;
- Freqüentes reproduções de textos não confiáveis.

Para a primeira possibilidade, ou seja, a debilidade da documentação coeva, pode-se utilizar de alguns elementos atenuadores. Um trabalho mais acurado de pesquisa histórica pode trazer à luz novos documentos textuais ainda não localizados. Paralelamente, um reestudo da documentação conhecida, tanto a textual quanto a iconográfica, poderá revelar aspectos que passaram despercebidos em outras oportunidades. Outro aspecto que poderá suprir esta lacuna é a realização de pesquisas arqueológicas. O proceder arqueológico, voltado para a interpretação da sociedade a partir dos elementos materiais da cultura, permite o resgate

de informações que escaparam aos documentaristas da época. Ou seja, a adoção de uma perspectiva interdisciplinar, permitirá avanços no conhecimento. Avanços que não apenas se complementam, mas que sobretudo se multiplicam.

Quanto à sinonímia utilizada para designar as fortificações brasileiras, parece que a solução do problema é mais simples, embora exija um intenso trabalho de revisão. Revisão não apenas na documentação primária, mas sobretudo nos textos já produzidos. A execução de uma revisão deste porte, embora possa ser realizada por processos convencionais, pode ser sensivelmente otimizada mediante o cruzamento de informações contidas em uma base de dados. Grande parte dos problemas que foram detectados, quando da elaboração deste trabalho, deveu-se à utilização de procedimentos desta natureza. Esta prática, não apenas facilita a execução do trabalho, como sobretudo permite a identificação de pequenos problemas que facilmente escapam a observação convencional. Sabe-se, que muitos fortes receberam a mesma denominação. Caso a chave classificatória, recaia sobre o nome da fortificação, o que é provável, tem início, freqüentemente, um processo geométrico de erros que se multiplicam e distanciam o estudioso da realidade. Não são raros os casos em que a descrição de um determinado forte, refere-se a outro, construído em outro local, em outro tempo, mas de mesmo nome. Nesta oportunidade, desencadeia-se um processo incontrolável no qual as informações perdem completamente o sentido. A localização, o construtor, a cronologia e demais informações não correspondem a fortificação referida, mas sim a outra, que recebera a mesma denominação.

O problema é consideravelmente agravado no momento em que informações não consistentes são reproduzidas. A repetição sucessiva do erro parece conferir ao mesmo uma “credibilidade consuetudinária”.

Como foi percebido pelos autores que o problema já se encontra em estágio demasiadamente grave, buscou-se não contribuir para a perpetuação do mesmo. Reduziu-se a

profundidade da abordagem e procurou-se eliminar informações imprecisas, o que não significa que este trabalho esteja isento de erros. Entretanto, fica registrado a preocupação dos autores, quanto aos problemas identificados, como ainda a sugestão para que outros autores realizem sucessivamente uma “operação limpeza” em trabalhos futuros.

O entendimento do sistema de defesa do Brasil colonial é de suma importância para o entendimento processual do mesmo período, portanto, constitui-se em tema de grande relevância e necessita ser feito a nível nacional, pois os problemas detectados para o Nordeste estendem-se para o restante do País, como já tivemos a oportunidade de comprovar.

Este livro apresenta imagens do estado em que se encontram as fortificações conhecidas no Estado de Pernam-

buco, sua localização geográfica, obtida com a utilização do GPS (Global Position System), e um pequeno texto contendo informações históricas. Apresenta ainda ilustrações iconográficas referentes às fortificações que existiram e que ainda não foram localizadas.

Constitui-se em expectativa dos autores que o estudo do sistema defensivo brasileiro assuma um caráter mais permanente e profundo, de modo a contribuir para o entendimento processual da formação da sociedade brasileira. Entendimento indispensável à consolidação da cidadania, pois uma sociedade que não conhece seu passado não possui perspectiva de futuro.

Jaqueira, novembro de 1998

Depois que Portugal deu ciência ao 'mundo' de sua descoberta do outro lado do Atlântico, haveria que se preocupar com a defesa daquelas novas terras. Mesmo tendo suas atenções principalmente voltadas para o lucrativo comércio do hemisfério norte, não podia descuidar do que acontecia nas terras de Santa Cruz. Havia sempre a esperança de ali conseguir ouro, ou mesmo prata. E havia outros interessados naquelas terras, nas riquezas que ali se poderia obter. Assim, a costa atlântica do que depois veio a ser chamada América do Sul, passou a ser visitada por aventureiros de outras bandeiras, suas águas passaram a ser 'povoadas' por piratas, por corsários, que de alguma forma buscavam o lucro. Inicialmente Portugal buscou conhecer o potencial da terra para seus interesses imediatos, logo em seguida se viu compelido a demonstrar sua posse, ao tempo em que se permitia melhor conhecê-la. De início fundou feitorias 'para o trato do brasil' instalando pontos fixos de comércio com os nativos. Ali reunia-se e estocava-se produtos da terra: algodão, e naturalmente pau-brasil. As feitorias, entretanto, não garantiam a Portugal a exclusividade do comércio com os nativos. Navios de diferentes bandeiras, sobretudo francesa e holandesa, comerciavam com liberdade, em diferentes pontos da costa. Pernambuco era um dos preferidos. Sobretudo à altura do cabo de Santo Agostinho, cujo pau-brasil tinha fama de ser dos melhores. E as feitorias portuguesas, guardadas por uns poucos homens, sequer eram capazes de garantir sua própria defesa. Frequentemente eram atacadas, saqueadas por piratas. Assim se viram os portugueses compelidos a fortificar as feitorias, a construir obras de defesa para garanti-las.

Quando foi adotado o regime donatário, atribuiu-se aos donatários a responsabilidade para com a defesa da terra. Um encargo financeiramente muito pesado para quem se aventurava a investir seus recursos em uma terra distante, selvagem, povoada de muitas tribos guerreiras e assediada por aventureiros europeus. Há que se levar ainda em conta a questão das extensões territoriais: Portugal / Brasil. Mesmo que Portugal estivesse experimentando à época, problemas de adensamento populacional nas cidades, face o abandono do campo, em termos absolutos esta população pouco representava para o 'povoamento' do Brasil. Mesmo considerando-se apenas o litoral, haveria sempre enormes lacunas. Assim, o sistema de defesa se fez muito gradativamente, sempre em torno de pequenos trechos do litoral, deixando em aberto muitas léguas de costa.

Em Pernambuco, uma das primeiras capitânicas a ser povoada, não foi diferente. Ou melhor, talvez tenha sido, pois, implantado o sistema produtivo, as caixas do açúcar produzido em seus engenhos, os cobres dos sinos de suas igrejas, os 'produtos da terra, passaram a constituir-se em novas fontes de lucro a serem buscadas pelos piratas.

Por outro lado, donatário e sesmeiros, fossem eles senhores de engenhos ou lavradores, todos arcavam com muitas despesas para a implantação de suas lavouras, de suas fábricas de açúcar. As terras doadas em sesmaria pouco lhes garantia além do direito de explorá-las; mas incluía ainda, a obrigatoriedade de torná-las pelo menos em parte, produtivas. Poderiam importar, isentos de taxas, alguns dos produtos comercializados pelo reino: equipamentos e implementos para as fábricas e a lavoura; também armas e

mais facilmente, com base em madeira e aros de ferro, ou à base de grandes formas de barro cozido.

Havia também que se preocupar com todas as necessidades de cada dia: alimento, roupa, abrigo. De início puderam contar, os primeiros colonos, com a colaboração dos nativos que lhes ofereciam suas casas, o produto de suas roças. Mas logo tiveram que providenciá-las eles mesmos. Construir suas casas, implantar suas roças, descobrir e tratar as aguadas, criar os bois, a miunça, fazer suas pescarias e caçadas. As frutas locais, algumas foram incorporadas, outras trouxeram-se mudas da Índia e da África. Não poderiam depender quer dos nativos, quer da Europa. As despesas com os produtos da Europa se reservavam aos 'luxos', vinhos, tecidos caros, às imagens de santos para as igrejas e capelas. Além, é claro, das armas de fogo. Alguns desses produtos não se podia fabricar na terra, outros puderam ser aqui fabricados, como o vinho (durante algum tempo), como a pólvora e os projéteis.

As preocupações de cada dia, as muitas tarefas com que cada um se via envolvido, de certo desviavam as preocupações para com possíveis ataques, para com a defesa. Os postos de vigia não podiam ser negligenciados, embora muitas vezes, os exercícios regulares com armas (obrigatórios) não fossem observados.

A carência de engenheiros e mestres pedreiros, o custo das obras, muitas vezes levou a uma certa negligência para com as obras de defesa, enquanto não havia uma iminência de ataque. Grande parte daquelas obras foram feitas em madeira e terra, materiais mais fáceis de se obter, e que exigiam menor especialização da mão de obra para a execução. Obras de pouca durabilidade, que freqüentemente exigiam reparo; muitas delas, a cada inverno, precisavam ser refeitas.

A questão com os índios foi enfrentada; armaram-se grandes campanhas contra os nativos que reagiam ao processo de colonização. Com o apoio de algumas tribos, ou de índios aldeados pelos padres, os nativos 'rebelados' fo-

ram por fim vencidos, parte dizimados, parte expulsos, parte escravizados. Se por um lado, foram reduzidas as preocupações com os possíveis ataques dos índios, eram muitas as léguas de costa a serem defendidas dos atacantes vindos do outro lado do Atlântico. Defendia-se as vilas com cercas de pau a pique que, em geral, uniam fortificações dispostas a espaços. Construíram-se fortes, pequenos redutos ou simples baterias, instaladas em plataformas ao longo da cerca. Preocupava sobretudo, a defesa dos mais de cem portos ao longo do litoral, nas barras dos rios que davam acesso aos passos de açúcar, aos engenhos.

Ao longo do tempo alterava-se o conceito quanto ao melhor local a ser fortificado. Novas povoações surgiam, novas áreas eram exploradas. Alterações naturais no curso dos rios, mudanças na linha de costa, muitas vezes forçaram a alterações nos planos de defesa. Outras vezes, a deterioração das obras era de tal ordem, que melhor se fazia em construir uma nova obra em local próximo, que reparar a antiga. No caso da área que ficou sob o domínio holandês, teria havido mesmo uma descontinuidade, uma substituição dos conceitos de estratégia, de 'escolas' de fortificação. Além do que, durante aquela ocupação, a proximidade entre os inimigos, suas posições relativas exigiam tratamentos diferenciados para o sistema de defesa. Deste modo, ao longo do tempo, um conjunto de obras de defesa se sucedeu. Pontos antes considerados estratégicos foram abandonados e posteriormente reocupados; bandeiras trocadas e denominações alteradas.

A historiografia relativa ao sistema de defesa em Pernambuco, e de resto no Brasil, tem seguido pelo menos duas linhas que seriam complementares se não fossem as lacunas ainda existentes. Uma delas buscando o estudo exaustivo de determinados pontos fortificados ao longo do tempo, outra que visa a sistematização de um conjunto defensivo em um determinado período. Sobretudo a segunda abordagem se depara com problemas que ainda não foram solucionados. Um deles é a própria questão conceitual da obra de defesa, e

a forma como é tratada na documentação. Ou seja, tem-se que muitas vezes uma mesma obra de defesa é tratada, em um mesmo momento, utilizando-se classificações diferentes. É comum se observar na documentação o uso de denominações como forte, fortim, trincheira, ou mesmo fortaleza, para uma mesma obra de defesa, em um mesmo momento. Poder-se-ia atribuir a rápidas alterações na configuração das obras, mas é possível também que se trate apenas da utilização descompromissada destes termos, ou ainda de uma tentativa consciente ou inconsciente de demonstrar maior ou menor competência de execução, ou de justificar ações ou resultados de embates. Outro ponto que também conduz a certas dúvidas é ainda uma questão relacionada à nomenclatura. A troca de bandeira (conquista) de uma fortificação quase sempre é seguida por uma troca de nomes, seja ela mantida em sua forma, ou não. Por outro lado, muitas vezes quando uma fortificação é conquistada, e por vezes bastante danificada pela artilharia, os relatos fazem referência à construção de um novo forte, sem especificar se fora sobre as mesmas bases ou não. E mais, observa-se ainda a reutilização de nomes em estruturas de defesa que se sucederam, estejam elas no mesmo local, em locais próximos, ou mesmo distantes¹.

Um outro ponto ainda relacionado à nomenclatura e consequentemente à identificação das obras é o fato de uma

mesma fortificação ou fortificações que foram recuperadas, reativadas, ou mesmo que se sucederam no mesmo local, serem referidas com denominações distintas, que muitas vezes remontam à denominação mais antiga². Ainda uma outra questão relacionada à denominação, é o fato de que em muitos casos uma mesma fortificação é tratada por uma facção com um determinado nome e por outra com outro nome³. Muitas vezes é ainda tratada em relação à sua localização⁴, sua forma⁵ ou mesmo sua origem⁶, omitindo-se seu nome 'de batismo'. Outras vezes, fortificações distintas, sucessivas no tempo, mas que mantinham a defesa de uma mesma área, são referidas de mesmo modo, indicando sua área de cobertura⁷. Alguns casos são mais fáceis de se detectar que outros.

Outras questões também relativas à nomenclatura poderiam ainda ser levantadas, mas importa ressaltar que questões desta natureza têm interferido no sentido de muitas vezes ter havido confusões quando se tenta sistematizar o quadro das obras de defesa. Ainda restam muitas dúvidas; algumas poderão vir a ser solucionadas mediante um estudo dirigido neste sentido, outras talvez não, em virtude da própria natureza fragmentária da documentação histórica.

Por outro lado, ao longo do tempo, muitas vezes se faz necessário estabelecer novos postos, por vezes assen-

1. Forte do Bom Jesus – 1630-1635 Recife, Estrada do Attraial, número 3250, bairro de Casa Amarela.

Latitude: 008 01 46,3 Sul

Longitude: 034 54 46,8

Forte do Bom Jesus – 1645-1654 Recife, Bairro de Engenho do Meio

Latitude: 008 03 23,1 Sul

Longitude: 034 55 51,7 Oeste

2. Após a Restauração o antigo forte holandês – Forte Orange, foi no mínimo reformado e recebeu a denominação de Fortaleza de Santa Cruz, mas continuou a ser referido e ainda nos dias atuais é conhecido como Forte Orange.

3. O Forte Waerdenburch – denominação holandesa, é referido pelos brasileiros como Forte das Três Pontas

4. O Forte Príncipe Guilherme é freqüentemente referido como Forte dos Afogados (nome do local).

5. O Forte Frederico Henrique é referido como Forte das Cinco Pontas, até os dias atuais, embora sua forma tenha sido alterada desde o século XVIII.

6. O Forte das Salinas é referido como Casa do Rego, uma vivenda que serviu de base para as obras de defesa.

7. É ainda o caso do Forte das Salinas. De início refere-se ao local da casa do Rego, fortificada pelos brasileiros. Depois deste ponto haver sido incendiado, e posteriormente instalado pelos holandeses o forte Soutpanne, continuavam os da terra a referirem-se como Forte das Salinas (o que ficava entre as salinas).

tamentos temporários, decorrentes da tomada ou da perda de posições; ou ainda, postos de rápida execução, para garantir certas posições, enquanto uma obra maior é levantada. O próprio desenrolar dos combates, quais os inimigos a enfrentar, a disponibilidade de armas, os contingentes que se dispõe naquele momento, ditam a escolha de um novo local, e tornam outros obsoletos. Nesta dinâmica são construídos muitos redutos, de vida efêmera, que muitas vezes sequer são referidos por um nome específico. São mencionados de passagem como redutos de determinado lugar. Obras que em campanhas ou ataques posteriores, podem sequer ser cogitadas de recuperar ou reutilizar, considerando-se que outros pontos representam uma melhor posição. Em suma, são obras sem compromisso de continuidade. Outras, se mostram de tal modo eficientes como posição, que logo são ampliadas, reforçadas. Todos estes passos ficaram registrados no terreno, deixaram seu registro arqueológico. Registros que podem até ter sido destruídos por ocupações posteriores. Mas nem todos eles guardaram memória na documentação histórica. Uns foram mencionados em documentos, sem a preocupação de uma localização com maior exatidão, outros, sequer chegaram a ser registrados. As casas fortes são pos-

sivelmente um exemplo disso. Pelo menos durante os primeiros anos, todos os senhores de engenho eram obrigados a construir em suas propriedades casas fortificadas, onde poderiam se abrigar, e em caso de necessidade, aos seus trabalhadores. Poucas são mencionadas como tal. A maior parte dos documentos quando se refere às sedes dos engenhos apenas faz menção a estruturas como 'a fábrica', 'a casa de purgar', 'a capela', 'a casa de vivenda'. Apesar das exceções bem conhecidas, raramente se faz menção à 'casa grande' como 'casa forte'. Teriam sido, muitas delas, fortificadas? Teria havido, na escolha do local, preocupações estratégicas do ponto de vista de defesa, ou apenas do ponto de vista estratégico administrativo ou religioso? Talvez esta seja uma questão ainda em aberto, que bem poderia ser respondida pela arqueologia.

Do mesmo modo, questões relativas à identificação, localização e sucessão de obras de defesa, que não puderam ser solucionadas através da documentação histórica, possivelmente muitas delas viriam a ser esclarecidas através de estudos arqueológicos. A prospecção sistemática e escavação de locais que trazem estes tipos de dúvidas, poderia ainda trazer à luz muitos aspectos relacionados à vida, ao cotidiano destes DEFENSORES DAS CONQUISTAS.

Designação popular

Não é do conhecimento popular.

Outras designações históricas

Sítio dos Marcos.

Número de registro do sítio UFPE/LA

PE 0013-Ln.

Referências/identificação

Referência documental; localizado através de prospecção e escavação arqueológica.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Igarassu.

Localidade

Barra dos Marcos.

Localização

Situa-se às margens do Canal de Santa Cruz, que corre entre o continente e a Ilha de Itamaracá, no litoral norte do Estado de Pernambuco. Está localizado no continente, em frente à porção sul da Ilha. Partindo-se de Igarassu em direção a Itapissuma, o acesso se faz através de uma estrada de terra, onde existe uma placa "Motogear".

Latitude

007° 48' 31,7" Sul.

Longitude

034° 53' 20,8" Oeste.

Feitoria de Cristóvão Jaques

A preocupação portuguesa com a defesa das terras descobertas, manifestou-se desde cedo. As feitorias fortificadas representaram as primeiras iniciativas de caráter militar nas terras da América Portuguesa. Já em 1501, a expedição de Gaspar de Lemos teria fundado, neste mesmo ano, várias feitorias ao longo da costa do Brasil.

Coube a Cristóvão Jaques em 1516, por determinação real, a missão de erguer, na área conhecida como 'Porto de Pernambuco', "uma casa de minha feitoria" para o "trato do pau-brasil". Esta seria a primeira feitoria régia, no Brasil.

As feitorias consistiam, geralmente, em uma casa-forte defendida por uma caiçara ou paliçada, onde se abrigava um destacamento de soldados, colonos e degredados às ordens de um capitão de vigia. Ali eram estocados os produtos da terra, comercializados com os nativos, no aguardo da próxima embarcação que os levaria a Lisboa.

O efetivo que, naqueles tempos, permanecia na feitoria régia, poucas vezes excedia a uma dezena de homens.

Neste tempo, as costas das terras americanas estavam sendo palmilhadas por outros interessados em comerciar com os nativos, e as feitorias eram um alvo interessante já que estocavam produtos. A feitoria de Cristóvão Jaques em



As canoas que hoje aportam às margens do canal, parece que não diferem muito daquelas que teriam sido usadas nos tempos em que aí existia a Feitoria Régia de Pernambuco. Era, possivelmente, o único meio de transporte viável naquelas paragens; era também a garantia de alimento, na pesca, na coleta de frutos em outras partes, no transporte da farinha



diferentes ocasiões foi atacada por corsários, sobretudo franceses. Após vencer a fraca resistência que pode ser imposta pelos poucos homens a serviço da coroa portuguesa, auxiliados por alguns índios, desembarcaram os franceses da nau La Pellerine apossando-se da feitoria de Pernambuco. Pouco tempo depois partiam conduzindo um importante carregamento, que montava em cinco mil quintais de pau-brasil, trezentos de algodão, seiscentos papagaios, três mil peles de animais, trezentos macacos e muitas outras bugiarias.

Foi ainda nesta feitoria que, no ano de 1535, desembarcou Duarte Coelho, primeiro Donatário de Pernambuco, que com toda a gente que trazia iria desencadear o processo de ocupação e colonização das novas terras.

A feitoria serviria ainda de referencial na delimitação das Capitanias de Pernambuco e Itamaracá, pois, segundo as determinações régias, a 50 passos da “casa de minha feitoria” deveriam ser implantados os marcos divisórios das capitanias de Pernambuco e Itamaracá.



Comentários

A pesquisa arqueológica realizada pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE possibilitou a identificação do local em que existira a Feitoria de Cristóvão Jaques corresponde a um sítio a céu aberto, cujo material arqueológico se encontra distribuído desde a sub-superfície à cerca de 1,8m de profundidade. Compreende farto material cerâmico da tralha doméstica indígena, associado a material de origem colonial.

Ali tiveram lugar, em 1516, os primeiros contatos entre nativos "tupiguarani" e portugueses, integrantes da expedição de Cristóvão Jaques. O sítio arqueológico guarda testemunho do intercâmbio de elementos materiais das culturas e expõe a gradativa substituição dos elementos nativos pelos europeus.

A área da antiga Feitoria está hoje ocupada pelos jardins de uma casa de veraneio, em um condomínio fechado. Esquecida no tempo, já não se guarda a memória daqueles tempos incertos do primeiro assentamento português, destas novas terras

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Ocupação atual do sítio

Os vestígios do sítio estão em propriedade particular. É feito controle da vegetação.

Condições para visitação

Área particular, de acesso restrito.

Restrições à visitação

Área de condomínio fechado.

Estado de conservação

O sítio se encontra em estado vestigial.

Natureza dos vestígios

Artefatos.

Tipo de trabalho realizado

Escavação parcial, documentação fotográfica.

Fatores de destruição

As mudanças na linha de costa, provocando o desbarrancamento das

margens, põem em risco o sítio. A ação antrópica na área é um outro fator de destruição dos remanescentes deste sítio.

Nível de risco de destruição

Risco iminente de destruição.

Condições/recomendações p/ escavação

Embora parte do sítio tenha sido destruído pelo desbarrancamento, pelas construções adjacentes, restam espaços desocupados que permitem ampliar-se a área escavada.

Medidas sugeridas

Contenção do desgaste da barranca pelo canal e aposição de placa indicativa.

Data da última avaliação

24-Abr-97.

Fotografado em 24-Abr-97

Data mais recuada

1516.

Forte Francês

Nome histórico

Forte Francês

Designação popular

Não é do conhecimento popular

Outras designações históricas

Fortaleza Gallo-Pernambucana
Fortaleza Francesa
Reduto Francês

Referências/identificação

Referências textuais e documentais

Capitania

Itamaracá

Estado

Pernambuco

Município

Itamaracá

Localização

Obras de defesa não localizadas.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Estado de conservação

Não restam vestígios aparentes à superfície.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento textual; prospecções arqueológicas.

Fatores de destruição

Combate, desuso e abandono.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica. Ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data mais recuada

1532

A Feitoria Régia, erguida por Cristóvão Jaques, junto ao porto de Pernambuco, foi alvo de sucessivos ataques franceses. Em 1532, a nau La Pellerine, de bandeira francesa, sob o comando do Capitão Jean Duperet atacou e destruiu a Feitoria, partindo com um importante carregamento, de 'cinco mil quintais de pau-brasil, trezentos de algodão, seiscentos papagaios, três mil peles de animais, trezentos macacos e muitas outras bugiarias'. A nau armada pelo General das Armadas Reais de França, o Barão de S. Blancard, partira do porto de Marselha com destino a Pernambuco. Trazia em seu carregamento mais que os artigos que costumavam utilizar no comércio com os nativos; trazia armamento e munições de guerra necessários para armar uma fortificação, além de provisões e instrumentos para o cultivo de terra.

De fato, nos planos franceses, não estava apenas o comércio com os nativos. Depois de saquear e destruir a Feitoria, construíram uma fortificação na Ilha de Itamaracá.

Pouco durou este assentamento francês. Pero Lopes de Sousa, que a serviço do Rei de Portugal se encontrava nas costas brasileiras, foi informado do ocorrido à feitoria, e retornou a Pernambuco. Em Itamaracá, atacou a fortificação francesa, que estava sob o comando do Capitão de La Motte. O combate teria durado 18 dias, até que os franceses se renderam. Pelo menos em parte, fora destruído o forte francês.

Nome histórico

Reduto dos Marcos

Designação popular

Reduto dos Marcos (fortim).

Número de registro do sítio UFPE/LA

PE 0216-Ln.

Referências / identificação

Referências textuais; localização por prospecção e escavação arqueológica.

Capitania

Itamaracá.

Estado

Pernambuco.

Município

Igarassu.

Localização

Em frente à Itamaracá, no continente, próximo à barra sul do Canal de Santa Cruz. Próximo à Feitoria de Cristóvão Jaques.

Localidade

Barra dos Marcos.

Latitude

007° 48' 44,2" Sul.

Longitude

034° 53' 20,8" Oeste.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Reduto dos Marcos

A necessidade de garantir a fazenda real armazenada na Feitoria construída por Cristóvão Jaques em 1516, conduziu Pero Lopes de Souza, em 1532, a mandar construir um reduto para fazer face aos ataques franceses, que por duas vezes a saquearam. Este reduto, provavelmente teria sido construído inicialmente em madeira e, como foi prática comum, pelo menos parte de suas estruturas teriam sido gradativamente substituídas por pedra e cal. Por seus objetivos, o reduto dos Marcos seria um dos representantes do início da implantação de um sistema de defesa da costa brasileira.

O mapa de Moreno, de 1609, em que relaciona as praças fortes do Brasil, assinala na Ilha de Itamaracá, uma

olaria, entretanto, não faz menção à fortificação que teria sido levantada por Pero Lopes de Sousa para garantir a Feitoria. Também não menciona a Feitoria, mas, segundo a documentação textual, dois tipos de construção teriam sido edificadas na área: a Feitoria e o reduto.

Por ocasião da ocupação holandesa, (1630) a área é novamente fortificada, tendo sido instalado um forte para garantir a passagem da “barra dos Marcos”, topônimo que remete aos marcos divisórios entre as capitanias de Pernambuco e Itamaracá, e que persiste ainda nos dias atuais.

A fortificação nas proximidades da Feitoria continua sendo mencionada na documentação, até a retirada dos holandeses em 1654.

A Barra dos Marcos, ocultada pela árvore que se debruça sobre o canal, foi outrora o ponto a ser permanentemente vigiado pelos que guardavam o Reduto dos Marcos. Por ali poderiam ver surgir bandeiras amigas ou inimigas. E o antigo ‘Porto de Pernambuco’ em frente ao Reduto, onde se abrigaram navios capazes de transportar pesadas cargas de pau brasil e muitos outros produtos da terra, embora conserve praticamente a mesma profundidade, recebe hoje apenas pequenas canoas e barcos de recreio.





À margem do Canal de Santa Cruz, vestígios de antigos alicerces do século XVII, são as testemunhas de um posto de defesa, na conquista da terra

Ocupação atual do sítio

Os vestígios do sítio estão em propriedade particular. É feito controle da vegetação.

Condições para visitaçào

Em área particular, de acesso restrito.

Restrições à visitaçào

Área de condomínio fechado.

Estado de conservaçào

O sítio se encontra em estado vestigial. Os alicerces remanescentes foram, após a escavação arqueológica, consolidados e capeados por tijoleira de modo a deixar à superfície a forma das estruturas resgatadas.

Natureza dos remanescentes

Estruturas arquitetônicas (alicerces dos quartéis).

Tipo de trabalho realizado

Escavação arqueológica parcial realizada em 1967, documentação arqueológica, documentação fotográfica.

Fatores de destruição

As mudanças na linha de costa, provocando o desbarrancamento das margens, põem em risco o sítio.

Nível de risco de destruição

Reocupação da área; desbarrancamento do terraço onde está instalado, por ação natural das águas do Canal de Santa Cruz. A ação antrópica na área é um outro fator de destruição dos remanescentes deste sítio.

Medidas sugeridas

Remoção da grade que limita a propriedade e passa sobre as estruturas remanescentes, e aposição de placa indicativa. Estrutura de contenção da barranca.

Data da última avaliação

06-Mar-98.

Fotografado em

06-Mar-98.

Data mais recuada

primeira metade do século XVI.

Comentários

Apesquisa arqueológica realizada pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE possibilitou a identificação às margens do Canal de Santa Cruz, que separa a Ilha de Itamaracá do continente, do local em que existira o Reduto dos Marcos. Foram identificadas estruturas arquitetônicas a quarenta centímetros de profundidade, correspondentes a um espesso alicerce em pedra e cal. Quase toda estrutura corresponde a uma mesma unidade arquitetônica, apresentando uniformidade quanto ao material utilizado e à técnica empregada. Apenas um trecho da estrutura foi identificado como de construção mais recente, diferente da primeira. Representa possivelmente uma reforma na estrutura anterior. O material utilizado na construção da estrutura mais antiga, inclui além de pedra consolidada por argamassa de cal, fragmentos de telhas. A estrutura mais recente além do material citado inclui ainda fragmentos de tijolos. Observa-se ainda uma nítida diferenciação nas argamassas de cimentação, ainda que em ambas se tenha utilizado de cal proveniente da calcinação de conchas de moluscos. Pode-se observar conchas que escaparam à trituração, em meio da argamassa.

Os alicerces em ruína, evidenciados pelas escavações arqueológicas, não representam a totalidade da estrutura original. Após o abandono daquela estrutura, as pedras das paredes foram



removidas, e com elas parte dos alicerces, possivelmente para serem utilizadas em outras obras. A remoção de pedras, tijolos, telhas, foi uma prática comum, para reutilização do material de construção. No conjunto remanescente, a estrutura permite identificar dois vãos de 13 e 33,75 metros quadrados respectivamente; entretanto apesar das mutilações pode-se observar que a estrutura continuava em direção ao canal. Não é possível ainda um diagnóstico seguro quanto à função da estrutura representada pelos alicerces exumados, face às mutilações que lhes foram imputadas. Entretanto, considerando-se a disposição e amplitude dos vãos, não se deve afastar a hipótese de tratar-se de alojamentos de um reduto. Esta mesma prática pode esclarecer o fato de os alicerces não se encontrarem à superfície, mas a 40cm de profundidade.

O antigo Reduto foi destruído pelos homens e pelo tempo. Outra parte foi levada pelas águas do Canal, atuando sobre a barranca de suas margens. Boa parte dos vestígios materiais daqueles dias, guardados sob as camadas que se acumularam sobre eles, também estão sendo levados, junto com os restos de alicerces do Reduto.

Vila de Igarassu



Ilustração de conjunto de Pernambuco, em que se observa a esquerda o Cabo de Santo Agostinho e a vila de Marim (Olinda). No interior, ao centro, Igarassu, e ainda Itamaracá. Enfoca o episódio do cerco da vila, pelos nativos, e o esforço para o envio de víveres, através do Rio Igarassu. Às margens do rio, os índios, tentando impedir a passagem das embarcações, derrubam árvores, buscando atingir os barcos. Refletindo o imaginário da época, os nativos se preparam para devorar colonos que tivessem sido capturados.

Inserto na obra Hans Staden. Duas Viagens ao Brasil. Ed. Universitária, São Paulo, 1974

Designação popular
Igarassu

Nome histórico
Vila de Igarassu

Nome de tombamento
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu

Outras designações históricas:
Vila de São Cosme e Damião.

Número de registro do sítio UFPE/LA:
PE 0317

Referências / identificação
Referências textuais e iconográficas, obras de defesa não localizadas.

Capitania
Pernambuco

Estado
Pernambuco

Município
Igarassu

Latitude
007° 50' 04,8" Sul (tomada na Matriz da cidade)

Longitude
034° 54' 19,4" Oeste (tomada na Matriz da cidade)

Quanto ao tombamento
Parte da cidade de Igarassu é tombada.

Processo
359-T-45

Quando em 1535 Duarte Coelho desembarcou no porto de Pernambuco, trazia consigo parentes e amigos. Gente de posses e também muitos pobres, que para aqui vieram colonizar a terra. Vinham dispostos a se estabelecer, fundar engenhos de açúcar, cultivar a terra. Traziam suas famílias para uma terra desconhecida, promissora, mas cheias de riscos. O primeiro donatário chegara com a incumbência de povoar a capitania, fundar vilas, defender a terra. Antes, porém, era preciso conquistá-la, pois a terra era povoada. Eram muitos os nativos, milhares deles, que os espreitavam por trás de cada árvore.

Duarte Coelho e sua gente instalou-se inicialmente no reduto que havia nas proximidades da Feitoria fundada por Cristóvão Jaques, nas cercanias do porto. Ali iniciaria sua administração, definiria sua política de povoamento, com base nas circunstâncias reais. Um dos pontos fundamentais da política que adotou, foi o de buscar aliança com os nativos da região. Muito mais numerosos e co-

nhecedores da terra, seriam fortes aliados ou inimigos terríveis. Povos guerreiros que disputavam entre si o domínio da terra. Duarte Coelho, valendo-se por conhecer as velhas inimizades entre os grupos indígenas, ofereceu a uns seus préstimos guerreiros contra os inimigos da tribo. Fez-se uma aliança que rendeu aos portugueses um início tranqüilo na nova terra. Uma paz que duraria até que a necessidade de braços para a lavoura levasse os colonos a escravizar os nativos.

Naquele mesmo ano, ainda estabelecido temporariamente nas proximidades do porto, Duarte Coelho determina a Afonso Gonçalves a fundação de uma vila nas terras próximas, à margem do Rio Igarassu. O ponto escolhido foi uma pequena elevação em meio a terras alagadas, onde poderiam chegar embarcações.

Logo se deu início à Vila, com as primeiras construções, provavelmente casas de taipa, cobertas de palha. Iniciaram-se também as primeiras lavouras, roças para subsis-



A antiga igreja dos Santos Cosme e Damião, protetores da Vila, guarda quase que as mesmas feições que mostrava no século XVII. Construiu-se sua torre, em substituição ao campanário de madeira registrado no desenho de Post



Outras igrejas foram mais tarde construídas, como a de Nossa Senhora do Livramento

tência e os primeiros plantios de cana-de-açúcar. Em 1547 já havia engenhos nas terras de Igarassu.

Para a defesa dos moradores, apesar da paz, da convivência necessariamente amistosa que mantinham com os nativos, a vila fora cercada com uma estacada de pau a pique. Eram obras relativamente frágeis, que não poderiam oferecer uma séria resistência.

Todo o trabalho de um engenho exigia uma maior quantidade de mão-de-obra, sobretudo a lavoura da cana-de-açúcar, um plantio extensivo. Mão-de-obra especializada, para o fabrico do açúcar, que dependia basicamente dos próprios colonos, e mão-de-obra braçal para a lavoura. Para os trabalhos do campo, buscaram repetir ali a experiência portuguesa nas ilhas do Atlântico: forçar os nativos a trabalhar em suas lavouras, escravizá-los. Tal mudança de atitude provocou a reação dos nativos; fez emergir contra os colonos o espírito guerreiro dos índios, voltando-os contra os que pretendiam tornar-se os novos senhores da terra. Igarassu foi cercada, sitiada. Suas roças, fora da cerca da vila, ficaram inacessíveis; os colonos poderiam ser vencidos pela fome, antes mesmo que pelas armas. Informado

Ocupação atual do sítio

Cidade sede do Município de Igarassu

Estado de conservação

Nesta última década, sobretudo, o poder municipal tem buscado despertar na população o interesse pela conservação de seu casario e monumentos. A Igreja dos Santos Cosme e Damião, talvez o mais antigo remanescente da arquitetura religiosa do Brasil, vem sendo preservada. Das obras de defesa, não restam vestígios aparentes.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento textual e iconográfico; prospecções arqueológicas.

Fatores de destruição

Abandono, reocupação da área. Agentes naturais e antrópicos.

Condições / recomendações p/ escavação

Não restam vestígios aparentes na superfície das obras de defesa. Uma escavação prospectiva poderia definir o local daquelas obras, entretanto a reocupação da área dificulta o trabalho.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data da última avaliação

25/04/98

Data mais recuada

1535



Tomada pelos holandeses, Igarassu foi em parte destruída pelas pilhagens. Nem mesmo os prédios escaparam. Face a carência de material de construção, os holandeses pilharam até mesmo as construções da Vila: telhas, tijolos, portas e janelas, foram removidas e transportadas para as áreas onde se concentravam os holandeses..

Vila de Igarassu, Pernambuco, com a Igreja dos Santos Cosme e Damião e o Convento Franciscano .

Gravura Jan Van Brosterhuisen 39 x 50 cm, a partir de desenho de Franz Post . Inserido na obra História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647



da situação, o donatário, já estabelecido em Olinda, busca, com altos custos, o auxílio de embarcações que estavam no porto. Os moradores de Igarassu careciam de víveres, de armas, de reforços. Só a muito custo pode chegar a ajuda. Por terra, os índios, em grande número, impediam qualquer passagem. Tentaram também bloquear a passagem por água, fazendo tombar das margens do Rio Igarassu grandes árvores, buscando atingir os barcos. Incendiavam toras de madeira e as jogavam no rio, na tentativa de ameaçar com um incêndio, os barcos.

Contra a vila, atiravam flechas, muitas delas trazendo amarradas na ponta algodão embebido com cera. Flechas

acesas, para incendiar os tetos das casas. Tudo isto sob o clima dominado pelas histórias de antropofagia.

Atribuíram, os colonos, à interferência dos santos, quando, após quase um mês, os nativos levantaram o cerco.

Já no século seguinte, afastado o risco dos ataques indígenas, quando já prosperavam os engenhos, parece que não eram muito melhores as defesas de Igarassu. Durante a ocupação holandesa, pouca resistência puderam oferecer, e Igarassu foi saqueada por mais de uma vez. Até pedras e telhas das casas foram levadas pelos holandeses, quando iniciaram a ocupação de Itamaracá.



A cidade de Igarassu cresceu às margens do rio de mesmo nome, ocupando com suas igrejas e casario as pequenas elevações que acompanham as várzeas do rio



Casa-forte de Duarte Coelho

Nome histórico

Casa-forte de Duarte Coelho

Designação popular

Casa-forte de Duarte Coelho

Outras designações históricas:

Torre Duarte Coelho;
Castelo de Duarte Coelho.

Referências / identificação

Referências documentais, localização não identificada

Capitania

Pernambuco

Estado

Pernambuco

Município

Olinda

Localização

Sobre um outeiro, próximo à Igreja Matriz do Salvador (a Sé de Olinda).

Quanto ao tombamento

Não é tombada

Ocupação atual do sítio

Provavelmente uma via pública, ou o casario mais recente em torno da praça.

Estado de conservação

Destruída. Até o momento não foram localizados seus vestígios.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data mais recuada

Cerca de 1538/1540.

Em termos de segurança, dois aspectos preocupavam os primeiros colonizadores: os nativos da terra e os inimigos vindos pelo mar. Apesar das boas relações iniciais, dos pactos de ajuda mútua entre grupos do litoral e os portugueses, havia o risco de ataques de grupos inimigos.

As primeiras construções de Olinda não seriam as 'sólidas casas de pedra e cal', algum tempo depois referidas por Cardin. Seriam possivelmente construções em taipa, com cobertura de palha. Mesmo igrejas eram erguidas em taipa. Entretanto, desde cedo, a preocupação para com a defesa fez com que o donatário mandasse construir uma 'torre' ou casa-forte, esta em pedra e cal, para a defesa da vila que se formava. Em torno da casa-forte da vila, mandada erguer por Duarte Coelho, Olinda começou a se desenvolver.

A vila, com sua casa-forte, representava o núcleo para a segurança dos colonos. Afastar-se muito dela, representava risco, tanto para aqueles que saíssem para o interior, como para os que ficassem. Os que se afastassem da vila estariam sujeitos a depararem-se com índios inimigos; ao mesmo tempo, se a vila ficasse desguarnecida não poderia ser defendida, no caso de um ataque de corsários.

Pouco se sabe a respeito das dimensões e forma desta primeira casa-forte, que no século XVII já não é mais mencionada.

Forte São Jorge Velho

Nome histórico

Forte São Jorge (Velho).

Designação popular

Forte São Jorge Velho.

Outras designações históricas

Forte São Jorge;
Forte de São Jorge;
Forte de São Jorge Velho.

Referências / identificação

Referência textual, obras de defesa não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Recife.

Localização

No istmo, nas imediações do limite entre Olinda e Recife.

Localidade

Estava localizado no istmo entre Olinda e o Recife, provavelmente nas proximidades de onde foi posteriormente levantado o Forte do Buraco.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Estado de conservação

Não restam evidências aparentes à superfície.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento bibliográfico e iconográfico, prospecções arqueológicas, documentação fotográfica.

Fatores de destruição (provável)

Agentes naturais e antrópicos. Possível reocupação da área.

Condições/recomendações p/ escavação

A área em torno das ruínas do Forte do Buraco, em grande parte é desocupada, portanto, ali poderiam ser realizadas sondagens visando localizar possíveis vestígios do Forte de São Jorge.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data da última avaliação

abril de 1998.

Data mais recuada

Final do século XVI.

Em novembro de 1578, o Provedor-Mor de Pernambuco Cristóvão de Barros, em sua carta ao Rei, trata da necessidade de se prover Pernambuco de uma melhor defesa. Refere-se à defesa da barra do Recife e à segurança do porto, que careciam de um forte para defendê-los. Pernambuco, desde os tempos de Duarte Coelho, era alvo do ataque de piratas franceses e ingleses, que 'infestavam as costas' do Brasil. Em sua carta, informava ainda o Provedor-Mor, que enquanto se aguardava a solução real, ordenara a construção de um forte de madeira, às custas do 'senhor da terra', ao qual fora dado o nome de Forte de São Jorge. Provisoriamente este forte daria segurança às naus que ancorassem no porto. O local escolhido, próximo ao porto, corresponde provavelmente à porção do istmo entre Olinda e Recife, em frente a um acidente natural conhecido à época como 'buraco de Santiago'; possivelmente no local onde mais tarde seria construído pelos holandeses o Forte Madame Bruyne, conhecido pelos brasileiros como Forte do Buraco e depois Forte de Santo Antônio.

Teria sido provavelmente este o Forte de São Jorge ocupado pelos corsários sob o comando de James Lancaster que ainda na última década do século XVI saquearam o Recife, demorando-se ali por cerca de um mês.

Nome histórico

Forte de São Francisco.

Designação popular

Forte do Picão.

Outras designações históricas

Forte da Barra;
Forte de São Francisco da Barra;
Forte de São Francisco;
Castelo do Mar;
Forte do Picão;
Forte do Mar;
Forte da Laje;
Forte da Lajem.

Referências / identificação

Referência documental e iconográfica, obras de defesa não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Recife.

Localização

Estava situado na extremidade norte dos arrecifes, cerca de 84 metros do porto.

Localidade

Nas proximidades do local onde teria existido o forte, sobre a muralha complementar erguida sobre os arrecifes, foi construído um farol cuja arquitetura busca assemelhar-se à do antigo forte.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Forte de São Francisco.

Ainda que em Olinda estivessem a sede do governo e toda a gente importante da capitania, sua economia logo estaria indiretamente relacionada ao porto um pouco mais ao sul, na barra dos rios Capibaribe e Beberibe. Ali, os mais abastados não instalaram residências ou mesmo comércio. Uma área alagada, repleta de paludes e areais. Ali instalaram-se, entretanto, os armazéns, que estocavam o açúcar a ser embarcado; que recebiam os produtos vindos da Europa. Uma área freqüentemente assediada por piratas, sobretudo franceses. Um porto que recebia em segurança as embarcações de bandeiras amigas, dos aliados nos negócios. Mas era necessário defender-se da rapina. Desde os tempos do primeiro donatário, reconhecia-se a necessidade de fortificar as defesas do litoral.

Nos primeiros anos do século dezessete, ou mesmo nos últimos anos do século dezesseis, buscou-se melhor defender os arrecifes. Dois fortes foram construídos, o Forte de São Jorge, o mais antigo, construído em terra, próximo à barra, que iria cruzar fogo com o Forte de São Francisco a ser construído sobre os arrecifes, à entrada da barra. Uma posição indiscutivelmente estratégica, guardando a entrada do porto.

Em 1612, à custa dos moradores e do senhor da terra, o donatário Duarte de Albuquerque Coelho, iniciara-se a construção do Forte de São Francisco, que em 1614 estava concluído. O projeto do engenheiro Tibúrcio Espanhochi, seria executado pelo engenheiro Francisco de Frias.

Ao longo do tempo, outras obras foram executadas, em sua maioria de material perecível, que logo cedo se deterioravam. Eram fortes de madeira, de faxina, facilmente

Ocupação atual do sítio

Os arrecifes sobre os quais o forte foi construído, sofreram grandes intervenções por ocasião das obras de melhoramento do porto.

Tipo de trabalho realizado

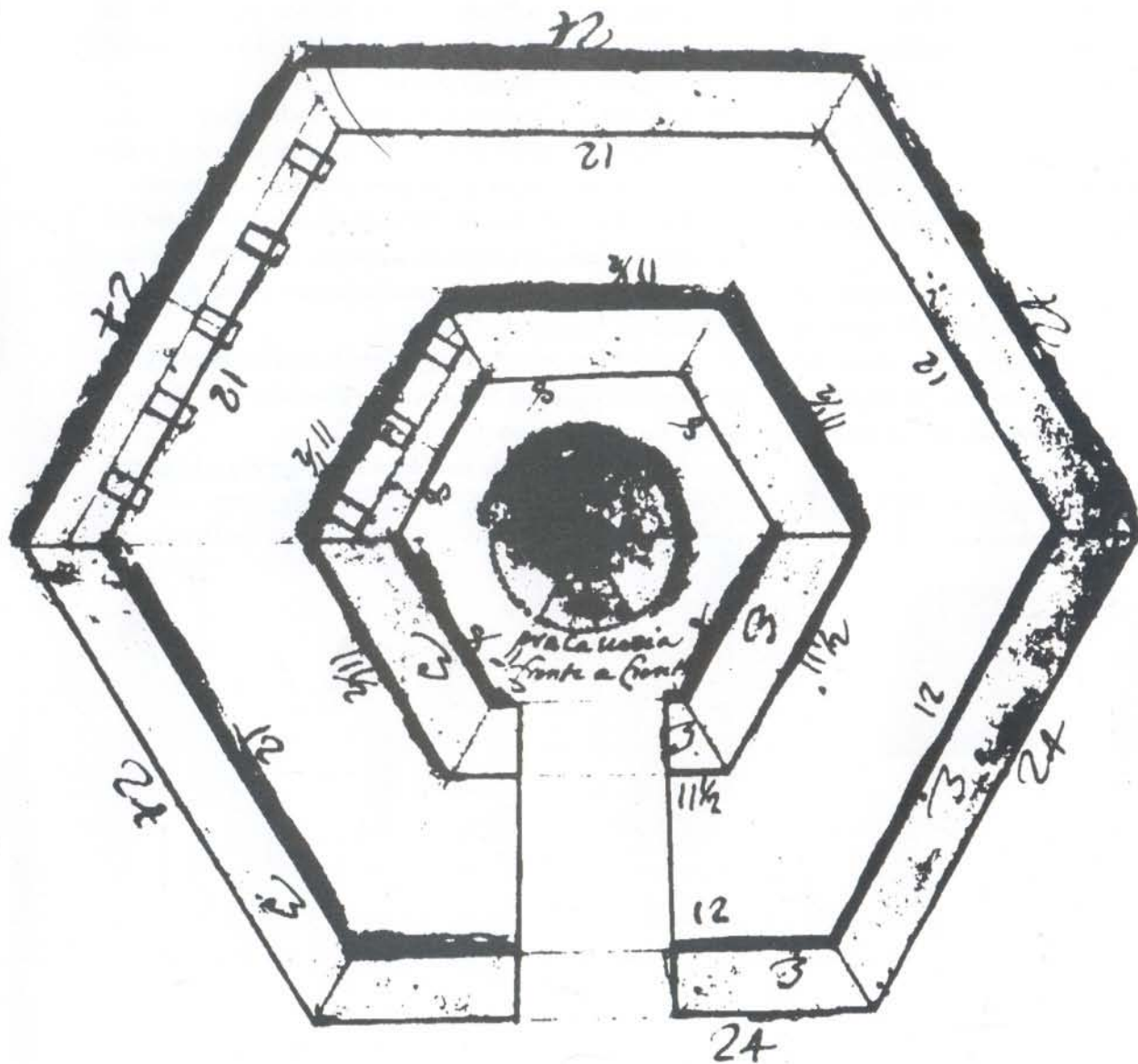
Levantamento bibliográfico e iconográfico.

Fatores de destruição

Desuso, abandono e posteriormente obras de melhoramento das defesas do porto.

Data mais recuada

Última metade do século XVI. Em 1591 o governador D. Francisco de Souza ordenou a construção deste forte. No entanto, só a 6 de maio de 1606 é que foi dada aprovação real para a sua construção.



Planta do Forte do Picão ou de São Francisco

atacados pelas intempéries. Os dois fortes da barra, estes eram em pedra. Mesmo assim, tais obras também careciam de constantes cuidados.

O Forte de São Francisco ou da Laje, estava situado na extremidade norte dos arrecifes, era de pequenas proporções, durante um tempo de forma eneagonal, de lados irregulares variando de 5,94m a 6,60m com todos os seus ângulos salientes. Sua diagonal maior media 16,94m. Os parapeitos mediam 1,10m de espessura por 0,88m de altura. Suas dependências, no entanto, quartéis, depósito de palamentas, e mesmo o paiol eram muito escuros, abafados e úmidos. O contato direto com o mar, sua forma fechada, imprimiam tais condições. A ação do mar também se fazia sentir sobre as pedras, sobretudo as da base, e freqüentemente exigia reparos.

Mas nem todos os governadores mostravam o mesmo cuidado com a defesa da terra. O sistema de defesa implantado por Matias de Albuquerque durante seus anos de governo (1620-1626), havia sido descuidado por seu sucessor, de modo que em 1629, quando circulou a notícia da iminente invasão holandesa, as obras de defesa já não atendiam. Baterias desarmadas, demolidas. O porto principal do Recife contava apenas com seis peças de ferro na entrada de uma bateria incompleta, que não tinha muralha nem trincheira. Restavam ainda os fortes de São Francisco e o de São Jorge, antigo, deteriorado, quase desarmado. A parca defesa montada às pressas, não poderia fazer face à poderosa frota holandesa. As tropas desembarcadas ao norte de Olinda já haviam tomado a cidade e marchavam sobre o Recife, onde também já se fazia o cerco por mar. O combate travado fez cair as defesas dos fortes da barra, que se renderam.

Ocupado pelos holandeses o Forte de São Francisco, passa a integrar então, o sistema de defesa holandês, do Recife. Em 1636 o forte era descrito como sendo construído em pedras, elevado, de forma redonda, sem flancos. Contava à época com 7 peças de ferro, todas espanholas,

sendo: 1 de 24 libras, 1 de 20 libras, 2 de 12 libras, 1 de 18 libras e 2 de 10 libras. Seus disparos eram capazes de alcançar o Recife, o Castelo de São Jorge e o Forte do Brum.

Em 1637, os holandeses já se preocupavam em restaurar os danos causados pelo impacto das ondas do mar sobre o forte. Para este trabalho buscaram o auxílio de pedreiros portugueses sob o comando de Cristóvão Álvares.

Em 1808, o Forte de São Francisco foi reconstruído pelo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. E em 1809 foi artilhado com seis canhões de calibre 24 e guarnecido com um pequeno destacamento do Regimento de Artilharia, que, em caso de necessidade, podia ser elevado ao número de 72 praças.

Durante a Confederação do Equador (1824), as forças republicanas confederadas dominaram o Forte do Pi-

cão, assim como o Brum e o do Buraco em Recife, até serem derrotadas pelas forças do Comandante Imperial, Gen. Francisco de Lima e Silva.

Em 1833 por ordem do Governo ao Inspetor do Arsenal de Marinha, vários canhões de ferro dos antigos fortes foram colocados nos arrecifes para amarração de navios.

Em 1835, o Forte do Picão, já abandonado e em ruínas, foi mandado desarmar; mas apenas em 1839, as quatro peças calibre 6 que ainda permaneciam no forte, foram recolhidas ao Arsenal de Guerra.

Posteriormente, as antigas instalações do Forte do Picão foram cedidas ao Ministério da Fazenda, para servir de posto fiscal aduaneiro.

Em 1910, a fim de dar lugar à passagem da larga muralha que se construía sobre os arrecifes, como uma das obras complementares ao melhoramento do porto da cidade, o forte foi destruído.

Forte São Jorge Novo

Nome histórico

Forte São Jorge (Novo).

Designação popular

Forte São Jorge Novo.

Outras designações históricas:

Forte São Jorge (Novo).

Forte de São Jorge (Novo).

Forte de São Jorge Novo.

Arx S. Georgy.

Referências / identificação

Referência textual e iconográfica, obras de defesa não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Recife.

Localização

Cidade do Recife.

Localidade

Estava localizado em frente à barra principal do porto do Recife.

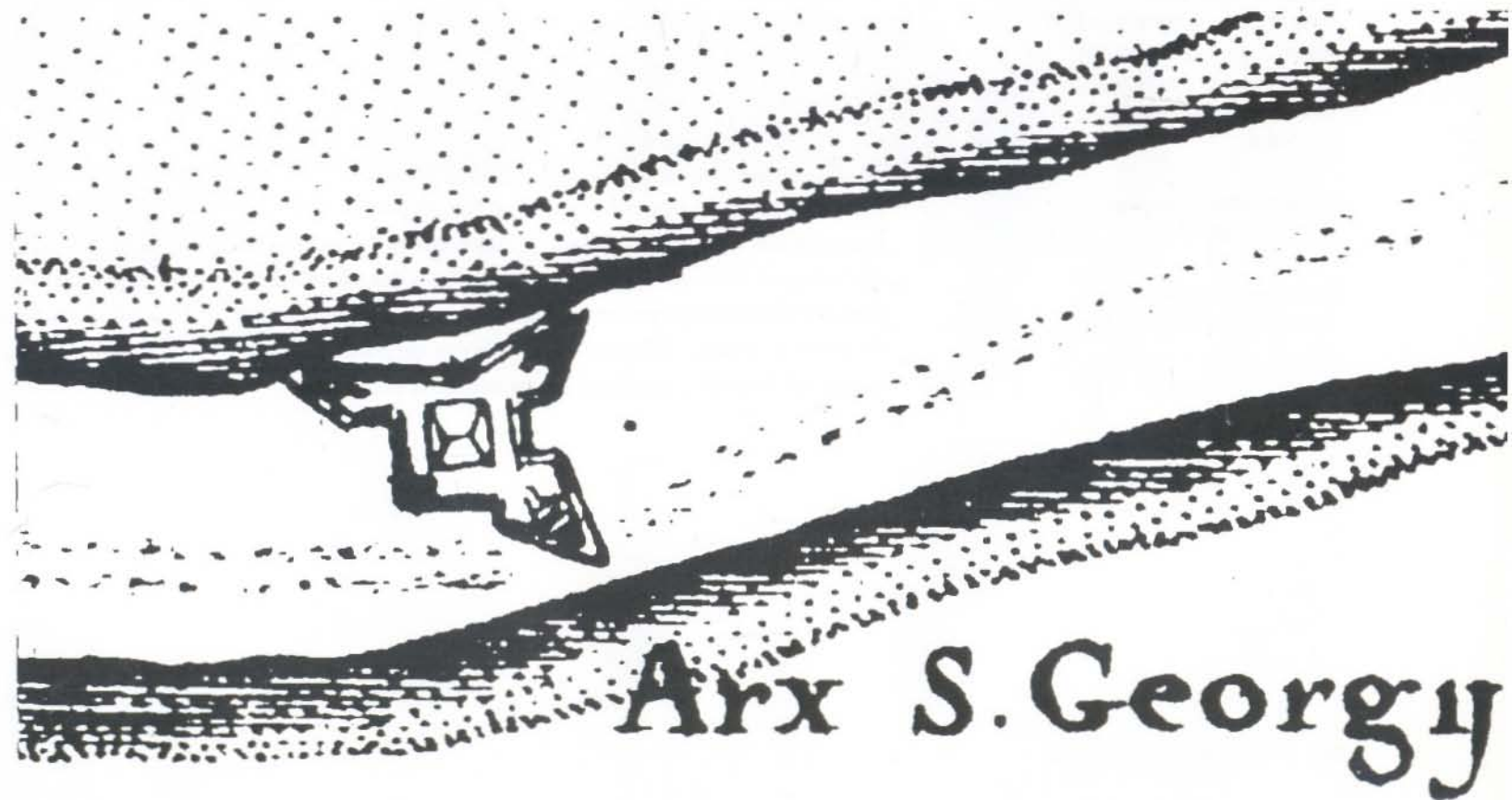
Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Detalhe do Forte de São Jorge no mapa do Recife e da Ilha de Antônio Vaz, Pernambuco, em 1637, quando da chegada do Conde de Nassau.

Autor desconhecido.

Inserto na obra História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647



Quando em 1629 Matias de Albuquerque fora enviado às pressas, de volta a Pernambuco, onde fora Governador entre 1620 e 1626, encontrou desfeito grande parte do trabalho de fortificação que realizara. A barra grande, em frente ao porto do Recife, local que sempre preocupara os defensores da terra, e que buscara garantir, não inspirava confiança. A bateria que construía em frente a barra fora demolida, as duas outras que instalara ao lado do Forte de São Jorge (Novo), se encontravam desmanteladas. Poucas armas, homens pouco treinados. Buscou reforçar aquelas defesas como lhe foi possível, di-

Ocupação atual do sítio

Consta na bibliografia consultada que sobre os alicerces do forte, ou em suas proximidades teria sido construída a Capela de Nossa Senhora do Pilar.

Estado de conservação

Não restam vestígios aparentes à superfície.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento bibliográfico e iconográfico; prospecções arqueológicas.

Fatores de destruição (provável)

Combates, agentes naturais e antrópicos. Área reocupada pela Igreja de Nossa Senhora do Pilar.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data da última avaliação

abril de 1998.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII.

ante de um ataque iminente. Estabeleceu novas baterias em frente à entrada da barra, construiu novos entrincheiramentos. Mas o Forte de São Jorge Novo já àquela época era um “forte velho”. E um novo forte projetado foi iniciado às pressas: o Forte de Diogo Paes. Não houve tempo; as muralhas deste novo forte não ultrapassavam um metro do nível do solo quando se deu o ataque holandês.

O antigo Forte de São Jorge Novo estava, segundo um comentário da época “tão incapaz por sua antigüidade, que sobre vigas assentava alguma artilharia de ferro; era defesa de pouca consideração”. Fora construído para atuar em conjunto com o Forte de São Francisco, com o qual cruzaria fogo, visando guarnecer a barra principal do porto do Recife. Não foi capaz, entretanto, de fazer face à grande armada holandesa que o atacou em 1630.

Os primeiros ataques sofridos pelo Forte de São Jorge Novo, após o desembarque holandês, partiram de terra. Os três meio-canhões desembarcados pelos holandeses e assentados sobre uma bateria ou sobre as próprias bases do que seria o Forte de Diogo Paes, abriram fogo pesado contra o forte. As antigas paredes de pedra não foram capazes de resistir por mais de dois dias; foi aberta uma grande brecha em suas muralhas. Os sacos de algodão colocados no forte para amortecer o impacto dos projéteis, foram alvo de ‘baldas ardentes’ que os incendiaram. Após cerca de quatro dias de lutas, os defensores foram obrigados a recolher a bandeira vermelha de combate e fazer subir a bandeira branca. O forte se rendia. Pouco depois o Forte de São Francisco, sobre os arrecifes, era também intimado a render-se.

Tão danificado ficou o velho forte que, apesar de sua posição estratégica, não foi ocupado pelos holandeses como obra de defesa. Em lugar de repará-lo, optaram por construir um novo forte, provavelmente sobre as bases do Diogo Paes: o Forte do Brum.

Durante a ocupação holandesa o Forte S. Georgy, como é referido, *muito arruinado*, fora considerado inútil; mas não chegaram a desarmá-lo. Conservaram em seu interior todas as suas peças de artilharia: 9 peças de ferro de 6 libras, 1 de 10 libras e 1 de 4 libras. Permaneceu armado até mesmo quando em 1638, foi cedido aos administradores do hospital para ser usado como enfermária, em troca de fazerem os reparos internos necessários e o conservarem a sua custa. Não era uma cessão definitiva, mas até que se mostrasse necessário utilizá-lo na defesa da cidade.

O Forte de São Jorge Novo não voltou às suas funções de defesa. Com o novo sistema de defesa implantado em Recife, após a restauração pernambucana, optou-se por ocupar o Forte do Brum, uma posição anteriormente pensada para a defesa da barra, quando se iniciou a construção do Forte de Diogo Paes. Abandonado, o Forte de São Jorge Novo (então chamado Forte Velho) entrou em ruínas e foi posteriormente mandado demolir. Em seu local teria sido erguida a Capela de Nossa Senhora do Pilar no início da década de 1680. O Capitão João do Rego Barros, que mandou construir esta capela, foi Provedor da Fazenda Real e irmão do Capitão-Mor Luís do Rego Barros, fundador da Capela de Santo Amaro de Salinas.

Forte Quebra Pratos

Nome histórico

Forte Quebra Pratos.

Designação popular

Forte Quebra Pratos.

Outras designações históricas

Forte do Bom Jesus.

Referências / identificação

Referência textual, obras de defesa não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Recife.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento bibliográfico e iconográfico; prospecções arqueológicas.

Fatores de destruição (provável)

Agentes naturais e antrópicos. Área reocupada.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data da última avaliação

maio de 1998.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII.

Comentários

Existe, na historiografia, um certo conflito de informações quanto à identificação desta base de defesa. Poderia se tratar de uma bateria do próprio forte São Jorge (Velho), ou mesmo uma bateria isolada, no istmo. Em se tratando de uma das baterias do Forte São Jorge (Velho), remontaria ao final do Século XVI. Outros autores, entretanto, admitem que se tratava de uma fortificação que teria sido construída pelos holandeses junto à porta norte do Recife, uma porta de entrada para quem viesse, por terra, de Olinda para o Recife. Inicialmente a defesa era conhecida como *Quebra Pratos*, mas com a transformação da porta holandesa no 'Arco do Bom Jesus', o forte teria passado a ser chamado de 'Bom Jesus'.

Forte do Rio Tapado

Ao longo do litoral, muitos pontos permitiam o desembarque. As linhas de arrecifes que acompanham vários trechos da costa, constituíam portos, em que as embarcações podiam ser abrigadas. Portos para embarcações maiores e portos que, por sua profundidade, comportavam apenas pequenas embarcações. Mais de cem destes portos eram conhecidos, utilizados ao longo do litoral. Conhecidos dos da terra e muitos deles, conhecidos também por estrangeiros que vinham nos muitos navios que chegavam a Pernambuco. Não se poderia defender convenientemente a todos, mas em termos de defesa da terra, alguns destes portos inspiravam cuidados especiais.

As barras dos rios, sobretudo daqueles que davam acesso aos engenhos, às áreas mais produtivas, careciam ser guarnecidos. Outros pontos importantes para a defesa eram aqueles que, no caso de desembarque, as tropas inimigas poderiam, por terra, atacar a Vila de Olinda, ou as defesas do Porto do Recife. A barra do Rio Tapado era um desses pontos. Uma abertura nos arrecifes, ao norte daquela barra, propiciava condições favoráveis ao desembarque.

Quando Matias de Albuquerque preparava a defesa de Olinda, em fins de 1629, determinou a instalação de um forte nas proximidades do Rio Tapado. No local existira anteriormente um forte, que entre 1626-29 fora desmantelado, e cuja artilharia já não existia no local. O Forte do Rio Tapado visava conter o avanço de tropas que pudessem desembarcar mais ao norte, na praia do Pau-Amarelo.

O novo forte não chegou a ser construído. Com a notícia da aproximação da frota holandesa, buscaram remediar o problema, com a construção de entrenchamentos, fossos e paliçadas. No início de 1630, quando desembarcaram as tropas holandesas, a defesa ainda se encontrava em construção. Os poucos homens que acudiam no local, não puderam fazer face, impedir a passagem dos holandeses que, desembarcados a 16 de fevereiro de 1630, em Pau Amarelo, por ali passaram a caminho da Vila de Olinda.

Nome histórico

Forte do Rio Tapado.

Designação popular

Não é do conhecimento popular.

Referências / identificação

Referência textual, obras de defesa (iniciadas) não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Olinda.

Localização

Foi projetado para ser construído na margem direita do Rio Tapado, ao norte de Olinda.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Estado de conservação

Não foram localizados vestígios das obras à superfície.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento bibliográfico e iconográfico; prospecções arqueológicas.

Fatores de destruição (provável)

Agentes naturais e antrópicos. Área possivelmente reocupada.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data da última avaliação

maio de 1998.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII.

Forte de Santo Amaro das Salinas

Nome histórico

Forte de Santo Amaro das Salinas.

Designação popular

Forte de Santo Amaro das Salinas.

Outras designações históricas

Casa de Rêgo.

Forte das Salinas.

Forte de Santo Amaro das Salinas.

Referências / identificação

Referência documental e iconográfica. Obras de defesa não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Recife.

Localização

Entre Olinda e Recife, em área então alagada.

Localidade

Localizava-se nas proximidades de onde hoje se encontra o cemitério dos ingleses, no Recife.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Ocupação atual do sítio

Área provavelmente reocupada.

Estado de conservação

Não foram localizados vestígios das obras à superfície.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento bibliográfico e iconográfico; prospecções arqueológicas.

Fatores de destruição (provável)

Agentes naturais e antrópicos. Área reocupada.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data da última avaliação

julho de 1998.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII.

As várzeas do Beberibe formavam um vasto terreno alagável que se estendia da 'ribeira do mar até o varadouro', em Olinda. Eram os 'capins do Conselho', que cedidos em foro, eram explorados como salinas. Durante os primeiros momentos da fixação holandesa em Pernambuco, as salinas de Francisco do Rego Barros, com sua casa de vivenda próxima, se tornaram um importante posto no controle das ações de emboscada da Resistência. As emboscadas faziam parte de um plano de defesa que buscava conter os holandeses, mantê-los restritos à área que inicialmente haviam conquistado: Olinda e Recife. Para poder melhor observar os invasores e oferecer uma mais pronta ação, instalaram pontos fortificados em torno da área ocupada, e daí partiam para atacar tropas holandesas em movimento. A Casa do Rego, era um destes pontos, do qual partiam comandos de emboscada. Uma das missões em que se empenharam os que serviam naquele posto, foi a de tentar impedir a construção do Forte do Brum. A escassez de material para construção, no istmo entre Olinda e Recife, onde seria instalado o Forte do Brum, obrigava os holandeses a se afastar em busca de madeira e faxina. As tropas de assalto estorvavam os holandeses, muitas vezes obrigando-os a recuar. Eram combates cruéis, em que muitas vezes, nem mesmo os mortos eram respeitados. De ambos os lados mutilavam-se os corpos; orelhas e narizes eram decepados, e em seguida espetados nas espadas como troféus.

Este posto permaneceu ativo até que foi atacado e incendiado pelos holandeses. Apesar da perda do posto, a área das salinas não foi abandonada pelos da terra, e as emboscadas continuaram. Em 1632, vários postos de resistência estavam instalados em torno de Olinda e do Recife, buscando impedir o acesso dos holandeses às áreas produtivas, os engenhos de açúcar. Um outro ponto foi fortificado nas salinas, as trincheiras de Luiz Barbalho. Uma outra casa que, fortificada, iria servir como reduto. Um reduto protegido com fosso, estacadas e parapeito, e guarnecido com três peças de seis libras. Dois artilheiros, atendiam ao reduto, sob o comando do capitão Barbalho, que contava ainda com outros homens que o assistiam.

Mas pouco a pouco os holandeses, em grande superioridade tanto em homens como em armas, foram se assenhorando da terra. Com a queda do Forte Real (Velho) do Bom Jesus e do Forte de Nazaré, os da Resistência foram obrigados a abandonar as terras invadidas.

A posição das salinas também se mostrava estratégica para os objetivos holandeses. Ali instalaram um forte ao qual chamavam de Soutpanne, e que os brasileiros continuavam a chamar das Salinas.

Mesmo com a presença do forte holandês Soutpanne, já em 1649, durante a Campanha da Restauração, os brasileiros instalaram nas salinas um novo ponto de defesa. Ali foi aberta uma trincheira, que mantinham sob a guarda do

Capitão Apollinário Gomes Barroso. Foi infrutífera a tentativa holandesa de tomar aquela posição.

Em 1654, os holandeses, pressionados pela 'Campanha', estavam praticamente confinados ao Recife e Maurícia. Ali concentravam o grosso de suas tropas; uma área com um forte sistema de defesa implantado, que ainda representava uma firme posição de defesa da conquista que haviam levado a efeito. Quando os insurretos se dispuseram à tomada da cidade, o Forte das Salinas ou Soutpanne, por ser considerado o de menor resistência, foi o primeiro a ser atacado pelos luso-brasileiros. Comandava o forte Hugo Van Meyer, que além dos oficiais, contava ainda com mais de 70 soldados. O terço da infantaria holandesa que partira do Recife em socorro do forte, foi interceptado pela tropa sob o comando de Fernandes Vieira, e forçada a recuar, de volta ao Recife. Na madrugada seguinte, os holandeses, já sem esperanças de novos reforços, capitularam. A queda do Forte das Salinas marcou o início da retomada do Recife.

Terminada a guerra contra os holandeses, o Forte das Salinas foi mantido integrando o sistema de defesa da Cidade, mas em 1816 já se encontrava em ruínas. Nas suas proximidades foi erguida em 1681, pelo Morgado das Salinas, Francisco do Rego Barros, uma capela dedicada a Santo Amaro, santo que se comemora na data em que o forte holandês capitulara.

Comentários

A cartografia relativa ao ano de 1638, à época da dominação holandesa, registra o Forte das Salinas.

Nome histórico

Vila Velha.

Designação popular

Vila Velha.

Nome de tombamento

Sítio Histórico de Vila Velha.

Outras designações históricas

Vila Velha; – obras de defesa da Vila (vila fortificada (?) Forte(?).

Vila da Conceição.

Vila Schkoppe.

Cidade de Nossa Senhora da Conceição

Número de registro do sítio UFPE/LA

PE 182-Ln.

Referências / identificação

Referência iconográfica, obras de defesa não localizadas.

Detalhe da Ilha de Itamaracá, na altura do canal sul, vista do continente, com a Cidadela Schkoppe (Vila da Conceição) e a fortificação sobre o monte. Desenho de Franz Post 1645. Inseto na obra História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647

Vila Velha

A Vila da Conceição era sede da Capitania de Itamaracá, mas não chegou a desfrutar do crescimento que experimentou Olinda. De início, com uma administração inteiramente diversa daquela adotada em Pernambuco, a Vila Conceição talvez atraísse muitos dos que buscavam fortuna a curto prazo, e não aqueles que buscavam fixar-se na terra, ali produzir. A afluência de degredados, teria sido outro fator a contribuir para as disputas que cedo



Capitania
Itamaracá.

Estado
Pernambuco.

Município
Itamaracá.

Localização
Ilha de Itamaracá.

Latitude
7° 48' 32,2" Sul.

Longitude
34° 51' 27,8" Oeste.

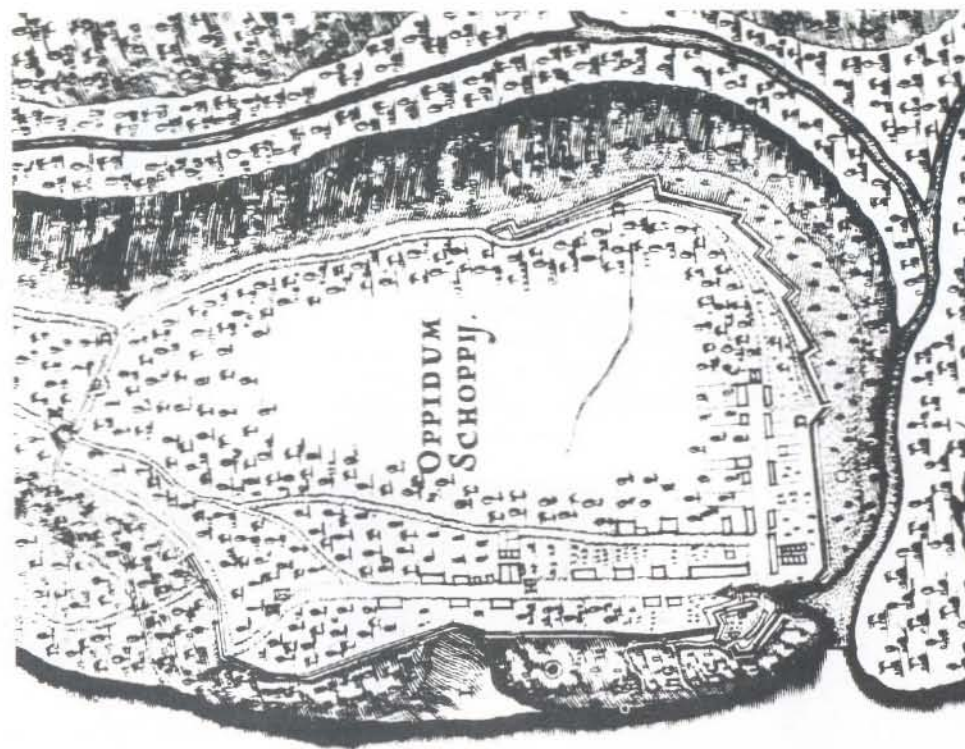
Quanto ao tombamento
Tombamento estadual.

Ocupação atual do sítio
Vila, sítio histórico.

Condições para visitaçã
Área pública de livre acesso.

Restrições à visitaçã
Sem restrições.

Estado de conservação
Restam alicerces de antigas construções, ruínas de igreja. A Igreja da Conceição, principal da vila, foi restaurada e é conservada. Para a identificação do complexo das obras de defesa, é necessário sondagem arqueológica específica.



Detalhe de mapa da Ilha de Itamaracá, onde está representada a Cidadela Schkoppe (Vila da Conceição).

Autor desconhecido

Inserto na obra História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barleus, Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647

se iniciaram entre Itamaracá e Pernambuco. As rígidas normas de comportamento impostas pelo primeiro donatário de Pernambuco, contrapunham-se à relativa falta de controle de Itamaracá, cujo donatário não se fixara no local. A proximidade entre as duas sedes suscitava o fluxo de moradores entre elas. A diferença entre os costumes, provocava descontentamentos. Eram diferenças que chegavam a incomodar a própria Olinda, levando o Governador de Pernambuco a interferir diretamente em Itamaracá, provocando desentendimentos.

No primeiro século, antes mesmo da instituição das capitanias hereditárias, a Ilha de Itamaracá foi alvo de uma

invasão de franceses que ali buscaram se fixar, mas logo foram expulsos.

Durante a invasão holandesa, após Olinda ter sido incendiada, os holandeses chegaram mesmo a cogitar seriamente em instalar a sede de seu governo na Vila da Conceição, a que chamavam de Vila Schkoppe. Apenas com a chegada de Nassau, se decide por implantar a sede holandesa no Recife, a Cidade Maurícia.

A presença holandesa na Ilha imprimiu à Vila obras de defesa mais complexas, que estão representadas na iconografia, mas que ainda carecem de estudos, de identificação no terreno.

Natureza dos vestígios

Estruturas arquitetônicas, artefatos relacionados à tralha cotidiana do forte, identificados arqueologicamente.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento histórico e iconográfico, reconhecimento arqueológico, plotagem, documentação fotográfica.

Fatores de destruição

Trânsito de veículos sobre antigos alicerces, implantação de barracas e bares na área de ocupação histórica.

Nível de risco de destruição

Situada em terras altas, próximo ao Canal de Santa Cruz, as obras de defesa corriam em meio à barranca, um desnível de cerca de 50 metros. A erosão natural, gradativa da barranca, as construções esparsas que ali se fazem, paulatinamente destruirão os vestígios que restam.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica.

Data da última avaliação

outubro de 1998.

Fotografado em

08/01/98

Data mais recuada

Primeira metade do século XVI.



A densa vegetação nativa e o coqueiral, envolvem esta face da Ilha de Itamaracá, ocultando a antiga Vila da Conceição, hoje Vila Velha, defendendo-a dos olhares curiosos. A partir do Canal de Santa Cruz, já não se pode ver suas casas, como nos tempos de Franz Post

Nome histórico
Forte Real do Bom Jesus.

Designação popular
Forte do Arraial Velho do Bom Jesus.

Nome de tombamento
Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade.

Outras designações históricas
Forte do Arraial do Bom Jesus;
Fortim do Arraial do Bom Jesus;
Fortaleza do Arraial Velho do Bom Jesus;
Fortim do Arraial Velho do Bom Jesus.

Número de registro do sítio UFPE/LA
PE 0016-Cb.

Referências / identificação
Referências textuais, iconográficas,
localização por escavação arqueológica parcial.

Capitania
Pernambuco.

Estado
Pernambuco.

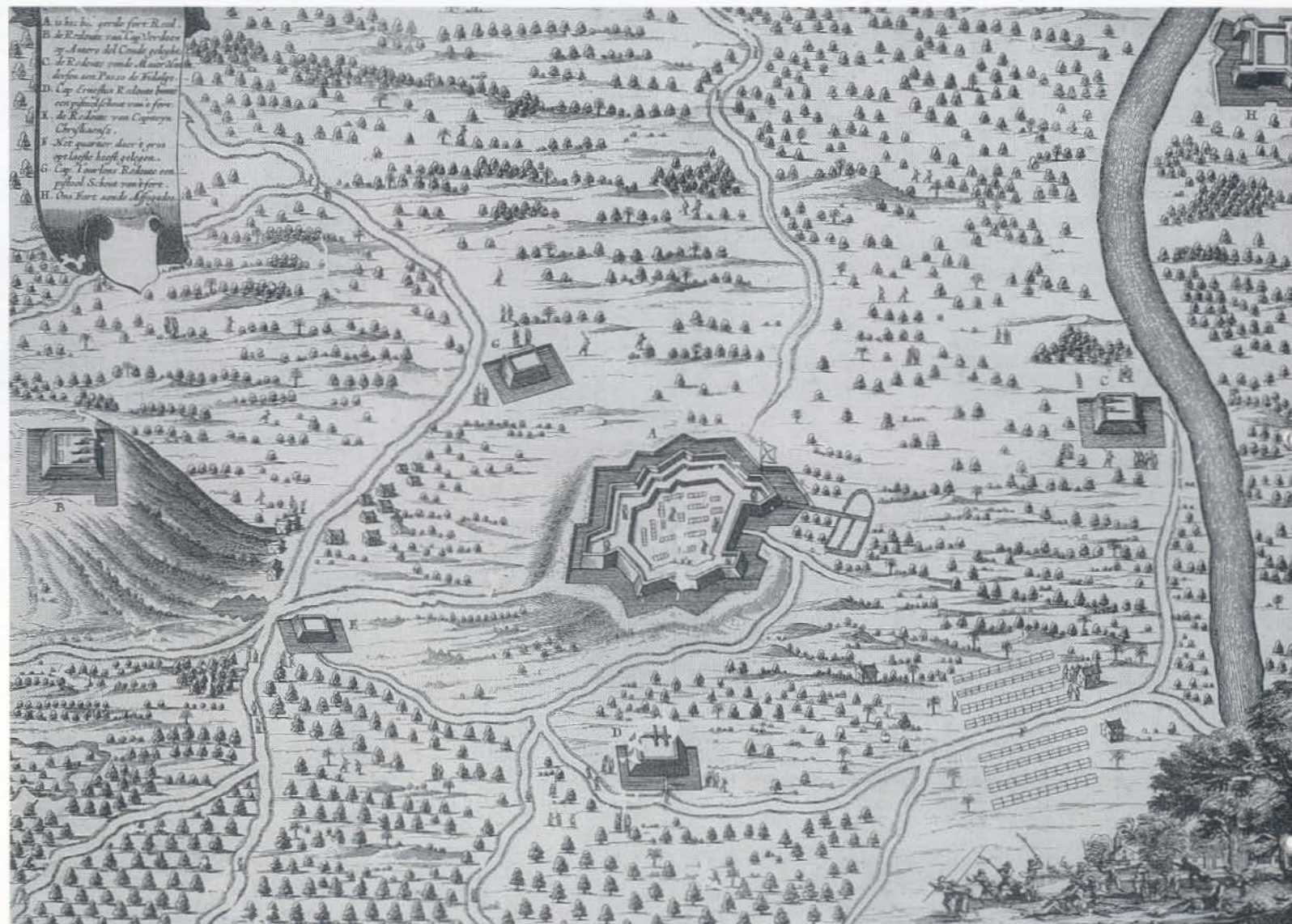
Município
Recife.

Localização
Em Recife, bairro de Casa Amarela.

Localidade
Estrada do Arraial, número 3250,
bairro de Casa Amarela.

Forte Real do Bom Jesus

Assédio ao Arraial de Bom Jesus pelos
holandeses em 1635
Gravura 28 x 36 cm, Commelyn, 1651



Quando de sua rendição após um longo cerco, o Forte Real do Bom Jesus, já semi destruído pelo fogo das baterias que o cercavam, foi arrasado pelos holandeses. Derrubadas suas muralhas, seus fossos entulhados. Apenas uma vaga lembrança de sua localização restava na memória coletiva. Ficou apenas a denominação retomada pela população que pouco a pouco voltava a ocupar a área: Arraial do Bom Jesus. Ao longo do tempo as chuvas se encarregavam de encobrir as cicatrizes deixadas no terreno pelas estruturas de terra arrasadas. Baseando-se em velhas descrições, em coincidências geográficas, o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco pode chegar a uma sólida aproximação do local em que existira o forte.

Baseados em argumentos circunstanciais, indutivos e dedutivos, mas sem dispor de elementos materiais que identificassem o sítio. Mas a terra sempre guarda o registro das interferências que se opõem ao trabalho da natureza. Se as muralhas foram inteiramente destruídas, o fosso cavado, mesmo tendo sido entulhado, poderia ser resgatado. E foi, através da pesquisa arqueológica realizada pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE. A técnica de escavação adotada permitiu localizar, identificar e posteriormente reabrir parte do fosso que cercava o forte



Durante a invasão holandesa a Pernambuco, quando as defesas à beira mar já haviam sido abatidas, as tropas luso-brasileiras retiraram-se para o interior. Buscando reorganizá-las e impedir o avanço flamengo em direção às unidades produtivas, os engenhos de açúcar, Matias de Albuquerque se empenhou na construção de um novo forte, o Forte Real do Bom Jesus. Possivelmente com base no traçado de Cristóvão Álvares, foi construído um forte em terra (taipa de pilão) circundado por um fosso de aproximadamente 4,5m de profundidade. Internamente, uma muralha construída em taipa de pilão, de altura aproximadamente igual à profundidade do fosso, contornava uma área irregular, formando ângulos salientes e reentrantes. Em torno do forte, logo se instalou um aglomerado de casas (1630-1635), cujos moradores buscavam na proximidade do forte, sua proteção.



Desta maneira se pode obter os testemunhos materiais de parte do contorno do forte. Nas paredes expostas do fosso durante os cinco anos que resistiu, restaram evidentes a superfície de contato com o material que entulhou o fosso.



Retirado o entulho, se pode observar o conjunto de estruturas que formava o fosso

Latitude

008° 01' 46,3" Sul.

Longitude

034° 54' 46,8" Oeste.

Quanto ao tombamento

Tombado federal.

Processo

487-T-53.

Livro Histórico Vol. 1 Folha 74 Inscrição 447 17/06/1974.

Ocupação atual do sítio

Os vestígios do sítio estão em área de um parque público.

Condições para visitação

Em área pública, de livre acesso.

Restrições à visitação

Sem restrições.

Estado de conservação

O sítio se encontra em estado vestigial.

Natureza dos vestígios

Estruturas do fosso, vestígios das muralhas, em terra, artefatos da tralha doméstica, artefatos bélicos.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento histórico e iconográfico, reconhecimento arqueológico, plotagem, escavação parcial, documentação fotográfica.

Daí partiram muitas das companhias de emboscada, que praticamente mantiveram os holandeses confinados à estreita faixa no litoral. Após 1633, a Resistência foi paulatinamente perdendo seus postos avançados. Com a queda do Passo dos Afogados, que fechava aos holandeses o acesso através do Rio Capibaribe, houve condições para que os holandeses pudessem atuar maciçamente contra o Arraial. Vários contingentes foram enviados e tomando de assalto pontos estratégicos, constituíram o cerco ao Forte Real do Bom Jesus. Desencadeou-se então um cerrado ataque e sobretudo um longo sítio. Suas muralhas de terra começaram a ruir, e a rendição se mostrava inevitável. Praticamente destrozado pelo pesado bombardeio que sofreu, exaurido pelo longo sítio, o forte rendeu-se em 1635. Pouco depois rendia-se o Forte de Nazaré. Era o fim da Resistência. Mas não foi o fim da luta, retomada a partir de 1639, com a Campanha pela Restauração.

Após a rendição, o Forte Real do Bom Jesus foi destrozado pelos holandeses e abandonado.

Ziguezagueando a meia encosta um conjunto de fossos simples e duplos configuravam a forma irregular do forte



No conjunto, entretanto, as profundidades variavam, assim como a largura, o que poderia sugerir um trabalho feito às pressas, ou mesmo não totalmente concluído



A contra-escarpa do fosso atingia em muitos pontos mais de 5 metros de profundidade

Fatores de destruição

Após a rendição o forte foi destruído pelos holandeses e abandonado. Agentes naturais se encarregaram de apagar suas marcas, nivelando a superfície.

Nível de risco de destruição

A implantação de um parque público na área não trouxe uma consciência de preservação das obras de defesa do antigo forte. Embora protegido por um gradil de ferro, freqüentemente, o trecho reaberto do fosso é utilizado como depósito de lixo. Ali não se faz controle da vegetação, que invadiu praticamente toda a área.

Condições/recomendações p/ escavação

Recomenda-se proceder escavações arqueológicas antes de implantarem-se novas obras no Parque, pois pouco se sabe do conjunto das obras de defesa do forte. Ademais, no local, após os combates havidos, muitos dos mortos foram provavelmente ali enterrados.

Medidas sugeridas

Marco indicativo. Preservação das estruturas em terra, pois se trata de um dos poucos exemplares remanescentes, no País, deste tipo de estrutura, comum nos séculos XVI e XVII, além da importância histórica do local.

Data da última avaliação

1997.

Fotografado em 17-Jun-97.**Data mais recuada**

1630.

As evidências materiais dos combates também ficaram ali registradas, como no caso de um projétil de canhão que atingiu a contra-escarpa, ficando alojado na parede



Em 1859, por ocasião da visita de D. Pedro II a Pernambuco, o Imperador buscou localizar as ruínas do antigo forte. Tendo sido infrutíferas as diligências que fez, concluiu então, que já não havia vestígios do forte. O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, já neste século identificou o 'Sítio Trindade', como as terras em que outrora existira o forte, ali implantando um marco alusivo. A exata localização do forte, entretanto, apenas foi possível através da pesquisa arqueológica realizada na área pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, que revelou parte do fosso, as bases das muralhas e do terrapleno, assim como grande quantidade de munições e objetos de uso pessoal dos combatentes.



Infelizmente nem a importância histórica do local, nem a rara oportunidade de se resgatar às estruturas em terra de um forte seiscentista, foram suficientes para garantir que o poder público municipal se empenhasse na conservação do forte, inserido em um sítio tombado. Mais uma vez abandonado à própria sorte, aos caprichos da natureza, o forte foi novamente tomado, dessa vez pela vegetação que se instalou no fosso.



Forte Ernesto

Nome histórico
Forte Ernesto.

Designação popular
Forte Ernesto.

Outras designações históricas
Forte do Ernesto.
Forte Ernestus.
Forte do Ernestus.
Forte Príncipe Ernesto.
Forte de Santo Antônio.

Referências / identificação
Referência textual e iconográfica, obras de defesa não localizadas.

Capitania
Pernambuco.

Estado
Pernambuco.

Município
Recife.

Localização
Cidade do Recife, na Ilha de Santo Antônio (conhecida à época como Ilha de Antônio Vaz).

Localidade
Provavelmente a área correspondente à atual rua Quinze de Novembro.

Até a chegada dos holandeses, a Ilha de Antônio Vaz (também chamada de Santo Antônio) era ocupada apenas por um Convento de Franciscanos Descalços (construído entre 1612/1613) e algumas casas de moradores. Logo nos primeiros momentos da invasão, o Convento abandonado às pressas pelos frades, foi ocupado pelas tropas, e transformado em um grande quartel. Junto ao convento, foi erguido o Forte Príncipe Ernesto, muitas vezes referido pelos brasileiros como Forte de Santo Antônio. Obras externas de defesa circundavam o forte e uma ampla área em torno do convento, configurando uma estrutura bem mais complexa que a de um simples forte.

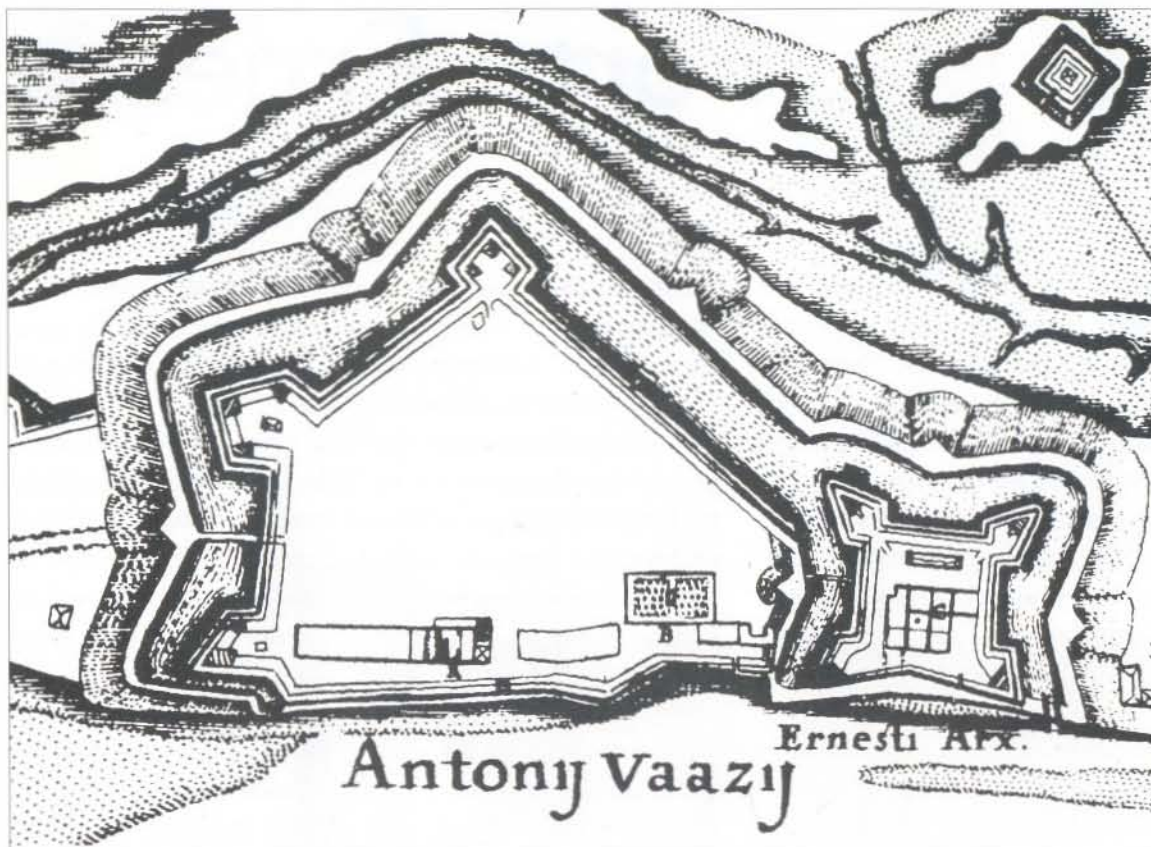
Além deste forte, os holandeses, instalaram na ilha alguns armazéns e tavernas e mantiveram o antigo convento, transformado em quartel. Até a chegada de Nassau, o povoamento da Ilha de Antônio Vaz progrediu lentamente. As poucas casas construídas na ilha, eram casas de baixo custo, que se contrapunham ao casario urbano, denso e caro do Recife. É que, apesar da presença do Forte, do grande quartel, a Ilha se mostrava vulnerável ao ataque das companhias de emboscada. Mas com a queda da resistência (1635) alterou-se o quadro. Foi na Ilha de Antônio Vaz, que após 1637, se implantou o projeto da cidade Maurícia. Ali, Maurício de Nassau fixou residência. Vrijburg foi construído ao norte do Forte Ernesto, no local onde existira um reduto e uma olaria.

Com a cidade Maurícia implantou-se também um amplo sistema defensivo, que fora iniciado antes. Defendida a Leste e a Oeste, contava este sistema com o Forte Ernesto a norte e o Forte Frederico Henrique a sul. Quatro

redutos, guarneciam os limites de Oeste do sistema, que empregava ainda um fosso com água e trincheiras de terra. As gamboas e as terras paludosas foram transformadas com o aprofundamento dos fossos e os aterros.

Com a Restauração (1654), o Forte Ernesto foi entregue aos luso-brasileiros, e na 'Relação dos bens holandeses no Recife' consta que o Forte à época montava 19 canhões, de bronze e ferro, de calibres diversos, e um morteiro de trabuco, sendo notadas entre as suas peças de bronze duas com as armas de Portugal e uma com as armas da Espanha.

O antigo convento, que servira de quartel e sua igreja, voltaram então, às mãos dos Franciscanos, cujo Prelado Superior à época, era o Padre Custódio Frei Daniel de S. Francisco. Logo se tratou de retomar às feições condizentes com os preceitos católicos. Quanto ao Forte Ernesto, foi desmontado, e os fossos que o ligavam ao de Cinco Pontas, foi entulhado. O novo sistema de defesa traçado pelo engenheiro Diogo da Silveira Velozo, em 1737, alterara inteiramente o antigo sistema de defesa implantado pelos holandeses.



Detalhe do mapa do Recife e da Ilha de Antônio Vaz, Pernambuco, em 1637, quando da chegada do Conde de Nassau. Autor desconhecido. Inseto na obra História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647

Autor desconhecido

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento histórico e iconográfico.

Fatores de destruição

Após a Restauração (1654) a área foi devolvida aos Franciscanos, que trataram de restabelecer as feições católicas do templo e do convento. O forte foi desmontado e os fossos entulhados.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII.

Comentários

Existe entre a documentação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano as “instruções e especificações segundo as quais deverá ser feito um forte na Ilha de Antônio Vaz, em redor do convento ali existente”, datadas de 29 de abril de 1630. Os contratantes da construção foram: Jan Comans, sargento da companhia de Van Els, que fez o lado sul da fortificação; Christoffel Deterson, soldado da companhia de Waerdenburch, que fez o lado ocidental e Hans Willem Louys, alferes da companhia de Rembach, que fez o lado norte. Não foi construído o lado oriental, que olhava para o bairro do Recife, permanecendo fechado pelo muro do convento. (“Relatório” de Carpentier, de junho de 1636).

Forte do Queijo

O Forte do Queijo é pouco mais que uma bateria. Um terraplino retilíneo, paralelo à costa, que poderia ter sido ampliado e transformado em uma cortina com a justaposição de bastiões



Quando Governador de Pernambuco (1620-26) Matias de Albuquerque buscou organizar melhor a defesa da Capitania. Entre outras obras de defesa, fez instalar próximo à praia, o Forte de São Francisco (em Olinda – não confundir com o outro, de mesmo nome, sobre os arrecifes do Porto do Recife). Sua construção iniciou-se em 1620, sendo concluída apenas em 1622. Como parte do projeto defensivo do litoral, elaborado por Matias de Albuquerque, as defesas do forte continuavam através de uma paliçada ao longo da costa até encontrar o Forte Santa Cruz do Mar. Durante a invasão holandesa, o forte foi ocupado e reformado. Alguns autores admitem que o primitivo Forte de São Francisco, estando arruinado em 1629 teria sido inteiramente substituído pelos holandeses.

Após a Restauração, o forte sofreu algumas reformas. A principal delas se deu à época do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, quando o forte foi reconstruído em alvenaria, passando a ser conhecido como Forte Montenegro.

Em torno do ano de 1880 o forte já se encontrava abandonado com quatro canhões enterrados na areia. Foi restaurado já no século XX, e atualmente o forte se encontra em bom estado de conservação.

Nome histórico

Forte do Queijo.

Designação popular

Forte do Queijo.

Nome de tombamento

Forte do Queijo.

Outras designações históricas

Forte de São Francisco;
Forte Montenegro;
Baluarte de São Francisco;
Reduto de São Francisco.

Número de registro do sítio UFPE/LA
PE 0208-Ln.

Referências / identificação

Referência documental, localização conhecida.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Olinda.

Localização

Em Olinda, próximo à Av. Getúlio Vargas, logo após o Carmo.

Localidade

Praia de São Francisco, próximo à praia do Carmo, Olinda.

Latitude

008° 00' 55,0" Sul.

Longitude

034° 50' 48,6" Oeste.



Uma estrutura de defesa aberta, com dois pequenos quartéis, voltados para a terra, que se protegem por trás do terrapleno





Apesar da simplicidade da construção, um detalhe em cantaria, sugeria esmero na construção em pedra e cal. As paredes rebocadas não receberam, entretanto, cunhais em cantaria

Quanto ao tombamento

Tombado federal.

Processo:

1.077-T-83. Livro Histórico Vol. 1
Folha 87 Inscrição 494 - 29/05/
1984.

Ocupação atual do sítio

Não ocupado, aberto à visitação pública.

Condições para visitação

Em área pública, de livre acesso.

Restrições à visitação

Sem restrições.

Estado de conservação

Bom estado (>75%).

Natureza dos vestígios

Estruturas arquitetônicas em pedra e cal.



Entre os quartéis uma
rampa dava acesso ao
terrapleno





Um mar forte que avançou sobre as construções próximas à praia dos Milagres, derrubando casas, tomando terrenos. Mas hoje, o mar está ali bem mais contido, pelos diques de pedra recentemente construídos



Sobre o terrapleno a artilharia montada sobre as plataformas, faziam a defesa de Olinda



Embora assentado em terras baixas, do alto das muralhas se podia observar um horizonte distante, livre de interferências que lhes prejudicasse a visão

Tipo de trabalho realizado

Forte restaurado pelo IPHAN. Mais recentemente, prospecção arqueológica, plotagem e documentação fotográfica.

Fatores de destruição

Desuso, agentes antrópicos.

Nível de risco de destruição

Desuso.

Condições/recomendações p/ escavação

Existe potencial para escavação arqueológica.

Medidas sugeridas

Reocupar, sistematizando as visitas.

Data da última avaliação

05/12/97.

Fotografado em 05-Dez-97.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII.

Guarita de João de Albuquerque

Nome histórico

Guarita de João de Albuquerque.

Designação popular

Guarita de João de Albuquerque.

Outras designações históricas

Forte de Santa Cruz do Mar;
Guarita de João de Albuquerque.

Referências / identificação

Referência documental e iconográfica. Obras de defesa não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Olinda.

Localização

Estava situado na praia, (sul de Olinda), possivelmente na praia hoje chamada 'Praia dos Milagres', próximo ao local onde se acha o Convento de São Bento.

Localidade

Obras de defesa não localizadas.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento histórico.

Fatores de destruição (provável)

Agentes naturais e antrópicos. Área reocupada.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica. Ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII. (Possivelmente suas obras teriam sido iniciadas em 1620 e em setembro de 1622 estaria praticamente concluído).

A prosperidade da Capitania de Pernambuco, sua crescente produção de açúcar, que por vezes abarrotava os armazéns no porto à espera do embarque para a Europa, atraía a atenção e a ação dos piratas. A experiência dos saques ou de tentativas de saques à Vila, se acumulava desde os tempos de Duarte Coelho. Em 1620, Matias de Albuquerque, capitão-general e ainda governador, da Capitania de seu irmão, Duarte de Albuquerque, se empenhou em reparar, armar e artilhar sua defesa. Em seu projeto de defesa do litoral se incluía uma paliçada ao longo da praia, que unia dois fortes: o de São Francisco ao norte e o de Santa Cruz do Mar, ao sul. Em 1620 teriam sido iniciadas as obras do Forte de Santa Cruz do Mar, sob o encargo de Cristóvão Álvares. Em setembro de 1622 as obras estavam praticamente concluídas.

Mas as obras e defesa freqüentemente exigiam conservação. Três anos após a saída de Matias de Albuquerque, as obras de defesa de Pernambuco já davam mostras do pouco cuidado que recebiam. Alguns dos fortes se encontravam desmantelados, enquanto que outros tiveram sua artilharia removida. Deste modo, as defesas da terra não puderam fazer face ao maciço ataque encetado em 1630, pela armada e pelas tropas holandesas, atuando em conjunto.

O Forte de Santa Cruz do Mar, assim como os demais fortes entre Olinda e Recife caíram em poder dos holandeses.

Em 1639, os holandeses consideraram necessária a conservação deste forte ao sul de Olinda, tendo em vista a possibilidade do surgimento de alguma emergência. Na cartografia de 1641, o forte é assinalado como 'a guarda dos judeus'.

Mas durante a Campanha da Restauração o forte foi tomado pelos luso-brasileiros (1645), e pouco tempo depois, retomado pelos holandeses. Mesmo antes do final da campanha, a 23 de abril de 1648, o forte caiu novamente em poder dos luso-brasileiros, sob a ação do Capitão Braz de Barros.

Após a Restauração, o Forte de Santa Cruz do Mar continuou a integrar o sistema de defesa de Pernambuco.

Em 1763 estava atuante, montado com 7 peças dos seguintes calibres: 2 peças calibre 10; 2 peças calibre 14; 1 peça calibre 20; 2 peças calibre 25; e sua guarnição era composta por 14 homens, assim distribuídos: 1 tenente: Domingos dos Santos de Almeida; 1 sargento: Ignácio Luiz do Ó; 1 condestável: Francisco José Roiz; 7 soldados do Regimento Olinda; 4 soldados da Companhia de Artilharia.

Comentários

Existe, no Arquivo Histórico e Ultramarino, uma planta do forte com 347 X 400 mm, colorida, e petipé de 80 palmos.

Fortim Alternar

Nome histórico
Fortim Alternar.

Designação popular
Fortim Alternar.

Outras designações históricas
Bateria do Asseca;
Forte de Santo Antônio Novo.
Fortim Alternar.
Casa da Asseca.

Referências / identificação
Referência documental, obras de defesa não localizadas.

Capitania
Pernambuco.

Estado
Pernambuco.

Município
Recife.

Localização
Estava situado numa ilha do Rio Capibaribe, próximo a sua confluência com o Beberibe.

Localidade
Obras de defesa não localizadas.

Quanto ao tombamento
Não é tombado.

Tipo de trabalho realizado
Levantamento histórico.

Fatores de destruição (provável)
Agentes naturais e antrópicos. Área reocupada.

Medidas sugeridas
Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data mais recuada
Primeira metade do século XVII (possivelmente construído em 1629).

Este fortim foi construído pelos portugueses em 1629, numa ilha que existiu no Capibaribe, próximo à sua confluência com o Beberibe, quase em frente ao Forte de São Jorge (Novo), situado no istmo que liga Olinda a Recife.

Durante o período da Resistência, era o ponto fortificado luso-brasileiro mais próximo das forças holandesas. Integrava o sistema de defesa que buscava manter os holandeses confinados ao litoral.

Posteriormente foi tomado e destruído pelos holandeses, que no mesmo local ou em área próxima, ergueriam pouco depois o Forte Waerdenburch.

A ilha em que foi construído desapareceu com um aterro que a ligou ao Continente.

Estava situado, provavelmente, nas proximidades do atual Hospital Militar da 7ª Região Militar.

O Forte de Santa Cruz do Mar, assim como os demais fortes entre Olinda e Recife caíram em poder dos holandeses.

Em 1639, os holandeses consideraram necessária a conservação deste forte ao sul de Olinda, tendo em vista a possibilidade do surgimento de alguma emergência. Na cartografia de 1641, o forte é assinalado como 'a guarda dos judeus'.

Mas durante a Campanha da Restauração o forte foi tomado pelos luso-brasileiros (1645), e pouco tempo depois, retomado pelos holandeses. Mesmo antes do final da campanha, a 23 de abril de 1648, o forte caiu novamente em poder dos luso-brasileiros, sob a ação do Capitão Braz de Barros.

Após a Restauração, o Forte de Santa Cruz do Mar continuou a integrar o sistema de defesa de Pernambuco.

Em 1763 estava atuante, montado com 7 peças dos seguintes calibres: 2 peças calibre 10; 2 peças calibre 14; 1 peça calibre 20; 2 peças calibre 25; e sua guarnição era composta por 14 homens, assim distribuídos: 1 tenente: Domingos dos Santos de Almeida; 1 sargento: Ignácio Luiz do Ó; 1 condestável: Francisco José Roiz; 7 soldados do Regimento Olinda; 4 soldados da Companhia de Artilharia.

Comentários

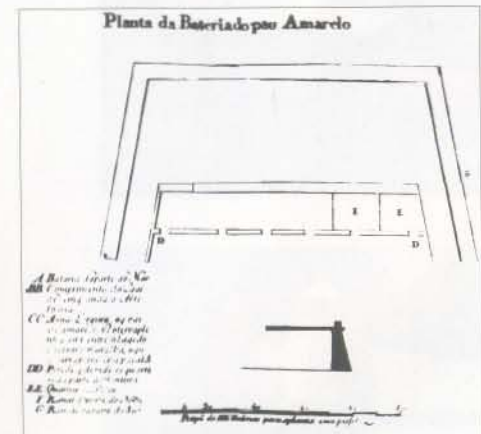
Existe, no Arquivo Histórico e Ultramarino, uma planta do forte com 347 X 400 mm, colorida, e petipé de 80 palmos.

Forte de Pau Amarelo

A Enseada de Pau Amarelo, localizada ao norte de Olinda, em razão de sua capacidade de desembarque, inspirava cuidados pelo menos desde o início do século XVII. Quando Governador (1620-26), Matias de Albuquerque buscou instalar no local uma bateria. Abandonada e desarmada, não pode ele contar com aquela bateria para se opor ao desembarque holandês que ali ocorreu em 1630.



A importância estratégica de um forte guardando a barra do Rio Pau Amarelo fora percebida desde muito cedo. Já no início do século XVII, planejava-se ali construir um forte. Entretanto, ao que parece, Pau Amarelo nunca chegou efetivamente a constituir-se em uma praça de importância maior de defesa, embora o desembarque das tropas holandesas de invasão tenha se dado nesta praia



Planta do Forte de Pau Amarelo.



O Forte de Pau Amarelo nas feições que hoje conhecemos, e que representa através da restauração feita pelo SPHAN, suas feições primitivas do início do século XVIII, restringe-se a uma única frente, um terrapleno fechado por duas guaritas

Nome histórico

Forte de Pau Amarelo.

Designação popular

Forte de Pau Amarelo.

Nome de tombamento

Forte de Pau Amarelo.

Outras designações históricas

Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres de Pau Amarelo;
Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres do Pau Amarelo;
Forte do Pau Amarelo.

Número de registro do sítio UFPE/LA

PE 0002-Ln.

Referências / identificação

Referência documental, localização conhecida.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Paulista.

Localização

Cerca de 16 km ao norte de Olinda e junto à Praia de Pau Amarelo.

Localidade

Praia de Pau Amarelo, em Paulista.

Latitude

007° 54' 36,8" Sul.

Longitude

034° 49' 22,2" Oeste.

Mesmo após a Restauração, inúmeras foram as solicitações para construção de uma estrutura defensiva capaz de guarnecer aquele trecho da costa. Entretanto, apenas em 1703, através de carta régia, foi determinada a construção de um forte naquela enseada. Para tanto, foram definidos os fundos a serem utilizados, tudo oriundo da própria capitania. Junto com a carta vieram também as plantas e as notas referentes à fortificação a ser construída, elaboradas em Portugal, por Francisco Pimentel. Sabia-se que tais plantas poderiam vir a ser modificadas, de modo a 'melhor se acomodarem ao terreno', a critério do Sargento-Mor, engenheiro, de Pernambuco. Mas cogitava-se, sobretudo da possibilidade de construir a fortificação sobre os arrecifes da barra do Pau Amarelo, e não na praia. Era uma proposta



apresentada por D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, considerando que, mais próximo à barra e às barreiras, a artilharia do forte atuaria em melhores condições. Construir o forte na laje, era apenas uma proposta a ser considerada, não uma determinação. A construção do forte, era a determinação.

Mas nem tão cedo a determinação foi cumprida. O início das obras remonta ao ano de 1729 (ou 1719, para alguns autores), tendo-se trabalhado nelas até 1738. Apesar do longo período em obras, o conjunto não foi concluído. Em 1745, uma 'notícia' da fortificação dava conta de que apenas uma parte fora edificada: uma bateria e dois meio baluartes, além de uma outra muralha de bateria, que servia para dar sustentação ao terraplano, ainda não concluído.

A rampa de acesso ao terraplano, permite o trânsito entre os quartéis e depósitos, construídos de encontro à contra-muralha, e à esplanada da artilharia





Nesta feição, as defesas estão voltadas para o leste, voltadas a enfrentar inimigos que viessem por mar

Os quartéis, cobertos de palha, abrigavam o corpo da guarda, a cozinha, o paiol, e o depósito de apetrechos de guerra. Naquela ocasião, o forte montava 4 peças de artilharia, e dispunha de um condestável com uma guarnição de 5 soldados fuzileiros e 2 artilheiros.

Mesmo em 1762 as obras projetadas ainda não haviam sido concluídas. Uma planta datada daquele ano traz, em sua legenda, informações relativas às condições do forte àquela época: o revelim não fora construído e o fosso não fora aberto. As obras são reiniciadas, e uma planta do ano seguinte (1763) mostra o quanto do fosso já fora concluído e o que restava por fazer.



Mais uma vez as obras não foram concluídas. Em 1808, volta-se a projetar a conclusão do Forte de Pau Amarelo (ou a sua reconstrução), e uma nova planta é enviada a Portugal, sem que contudo fossem tomadas providências.

Apesar de não ter sido concluído na íntegra, o forte continuava ocupado, artilhado.

Em 1801, em Pau Amarelo, estavam montadas 12 peças de calibre 10 a 40 e em 1817, a sua artilharia constava de 3 peças de bronze e 24 de ferro, com uma guarnição de 14 praças, sob o comando de um tenente.

Ao longo do tempo, o Forte de Pau Amarelo sofreu modificações e, em 1880, apresentava forma trapezoidal.

Segundo uma descrição feita pelo Major Salvador Coelho de Drumond e Albuquerque, em 1866, o forte era constituído por uma muralha e duas guaritas voltadas para o mar. Sobre o terrapleno, calçado em cantaria, haviam 9 banquetas e 6 canhoneiras, estando as 8 peças de artilharia que se encontravam no forte, quase todas desmontadas. Os quartéis, calabouço, paiol abobadado e casas para o comando e a arrecadação, assim como sua capela se encontravam em bom estado.

Desarmado e abandonado, o forte entrou em processo de arruinamento. Em 1973, foi restaurado pelo DPHAN (IPHAN, atualmente) em ação conjunta com o Exército.

É provável que estivesse nos planos ampliá-la, fecha-la. E o quanto foi construído denotou a preocupação com uma obra sólida, em pedra e cal, rebocada e com detalhes em cantaria de calcário; portais, molduras das janelas e a base de suporte das guaritas



Quanto ao tombamento

Tombado federal.

Processo

101-T-38. Livro Histórico Vol. 1 Folha 09 Inscrição 45 24/05/1938 e Livro de Belas Artes Vol. 1 Folha 15 Inscrição 84 24/05/1938.

Ocupação atual do sítio

Desocupado; aberto à visitação pública.

Condições para visitação

Em área pública, de livre acesso.

Restrições à visitação

Sem restrições.

Estado de conservação

Bom estado (>75%).

Natureza dos remanescentes

Estruturas arquitetônicas e artefatos relacionados à tralha cotidiana do forte, identificados arqueologicamente.

Tipo de trabalho realizado

Restauração, executada pelo DPHAN (atual IPHAN) / Exército. Prospecção arqueológica, plotagem, documentação fotográfica, pelo Laboratório de Arqueologia -UFPE.

Assentado em uma praia muito plana, quase sem recortes, de suas guaritas se podia alcançar com a vista até o horizonte a Norte, Leste e Sul, mesmo estando no interior da guarita

Comentários

Existem no Arquivo Histórico Ultramarino uma planta colorida desta fortaleza, datada de 1702, numa escala de 100 palmos, medindo 568 x 451mm, e outras duas datadas respectivamente de 1762 e 1763.



Fatores de destruição

Agentes naturais e antrópicos.

Nível de risco de destruição

Atualmente a área corresponde a uma praia muito freqüentada e a ocupação imobiliária já é intensa nas cercanias do monumento. Ser tombado, garante de certa forma sua preservação, mas por se encontrar desocupado, há o risco de depredação.

Condições / recomendações p/ escavação

Existe potencial para escavação arqueológica.

Medidas sugeridas

Reocupar, sistematizando as visitas.

Data da última avaliação

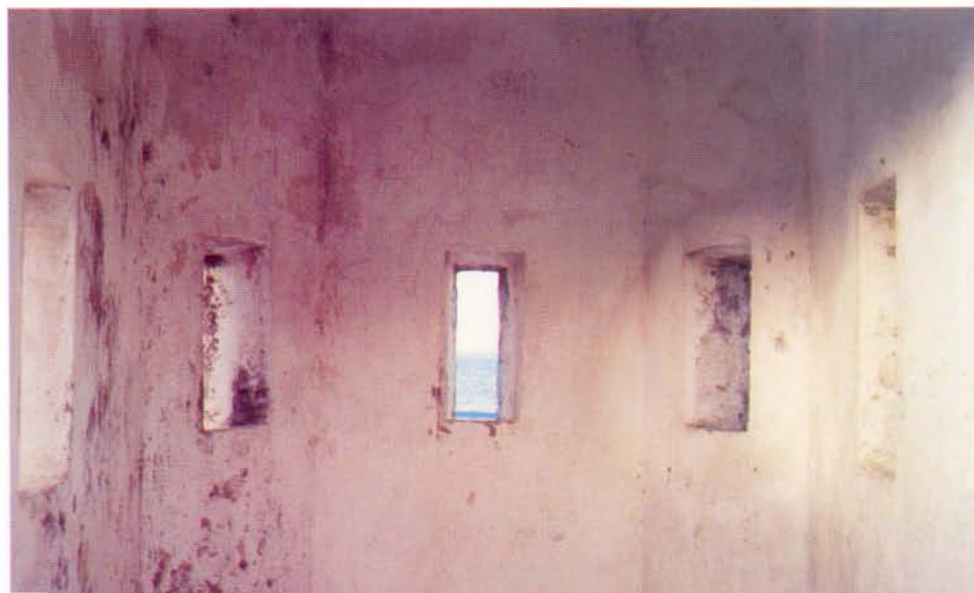
1997.

Fotografado em 03-Dez-97.**Data mais recuada**

1703.



Os antigos postos de "vigia", permitiam o alarme, mas teriam que ser abandonados na ocasião do ataque. As guaritas ofereciam certa proteção ao combatente, sem impedir sua capacidade de tiro



Do alto das muralhas olhando o mar, buscavam garantir a segurança da terra



Forte do Brum

Passados os primeiros momentos após a tomada do Recife, cuidaram os holandeses de reforçar as defesas de sua posição. Havia trazido entre eles o engenheiro Commersteijn, que se encarregaria de várias de suas obras de defesa. Tanto quanto aos portugueses, preocupava aos holandeses a defesa do porto. As feições naturais do porto propiciavam condições tais que, dois pontos deveriam ser efetivamente defendidos: a entrada principal da barra, ao norte, e a barreta dos afogados, um pouco mais ao sul. Eram as mesmas preocupações que haviam levado, desde cedo, os portugueses a situar suas obras de defesa.

A linha de arrecifes que corria paralela à costa, era bruscamente interrompida, bem próximo ao istmo que liga Olin-da às terras baixas na foz dos rios Capibaribe e Beberibe; este era o acesso principal ao porto. Durante o procedimento de aproximação, ao contornar o arrecife, os navios necessariamente aproam em direção ao istmo, o que confere à posição, uma extraordinária condição para a instalação de defesas na área. Já em 1595 os portugueses haviam levantado no local um forte, que ao longo do tempo fora destruído. Quando da chegada das tropas holandeses, o porto era defendido pelo Forte do Mar, erguido sobre os arrecifes e em frente a ele, no istmo, pelo Forte de São Jorge. Construída em 1626, existia também em frente à barra, uma bateria que reforçava a defesa confiada àqueles fortes. Em 1629 a bateria que fora desarmada e abandonada, agora inspirava cuidados. Em seu lugar iniciou-se a construção do Forte Diogo Paes, que não chegou a ser concluído.

Embora os holandeses tivessem se apossado das defesas armadas pelos portugueses para garantir a barra, os

poucos dias de combate haviam provocado danos significativos às já velhas estruturas. O Forte do Mar foi mantido no sistema de defesa holandês, mas não se animaram em reparar o Forte de S. Jorge.

No início do mês seguinte à invasão, em abril de 1630, portanto, o coronel Diederik van Waerdenburch, comandante das tropas invasoras, já havia se decidido por construir um forte sobre os alicerces do Forte Diogo Paes, iniciado pelos portugueses. Naquele local, os holandeses haviam, de início, instalado uma bateria.

O Forte do Brum, como passou a ser chamado, foi projetado pelo engenheiro Commersteijn e construído sob contrato pelo Alferes do Capitão Ellert, Ludolf Nieuwenhuysen e pelo Sargento do Capitão Craey, Joris Bos.

Não fora uma construção fácil. As obras do novo forte holandês tiveram início em maio, portanto, em um período de inverno, o que era agravado ainda, pelo desconhecimento pormenorizado da região. As dificuldades, não se limitaram apenas ao período das chuvas, mas ainda ao acesso ao material de construção como madeira, faxina, tijolos, telha, pedra e cal.

Por outro lado, os luso-brasileiros não davam tréguas aos construtores da nova fortificação. As companhias de emboscadas assediavam-na constantemente, demolindo o que era construído, estorvando os homens que saíam em busca de material para a construção. Preocupado com o retardo das obras e com a ameaça de perder a posição conquistada, o coronel Diederik van Waerdenburch, determinou o levantamento imediato de uma forte estacada. Eram

O forte do Brum, construído no século XVII para a defesa da barra do Porto do Recife, foi preservado, e hoje integra a paisagem do porto. Ali o antigo e o atual coexistem. Onde sequer casas poderiam ser construídas, para que não tolhessem a ação de defesa do forte, hoje, existem armazéns, silos, tanques de combustível



As muralhas do Brum resistiram ao tempo. Seu fosso, ao longo das muralhas, contornando todo o forte, hoje bastante entulhado, já não se comunica com as águas do mar. As 'obras do porto' afastaram do forte, o mar. Já não se pode perceber as causas que dificultaram a construção de bastiões do lado do mar, que levou o forte a ostentar uma muralha contínua em face ao porto, uma característica que o Forte do Brum manteve ao longo dos séculos



Nome histórico

Forte do Brum.

Designação popular

Forte do Brum.

Nome de tombamento

Forte do Brum.

Outras designações históricas

Scans Bruin;

Fortaleza de São João Batista do Brum;

Fortaleza do Bruyne;

Forte de São João Baptista do Brum;

Forte de São João Batista do Brum;

Forte Diogo Paes;

Forte Diogo Pais;

Forte do Brum;

Forte do Bruyn.

Número de registro do sítio UFPE/LA:

PE 0158-Ln.



fortes estacas assentadas, nas quais foram pregadas tábuas em ambos os lados e o espaço entre as tábuas preenchido com areia. Outra linha de estacas pontiagudas assentadas na parte externa da construção, dificultou consideravelmente os novos ataques dos luso-brasileiros, que então já não causavam maiores danos à construção. Mas não impediam a ação das emboscadas contra os grupos que saíam em busca de madeira e faxina para a construção.

Situado no istmo, o Forte do Brum, era praticamente banhado a leste pelo mar e a oeste pelo Rio Beberibe. O observador atual, situado no baluarte leste e que olhe para o mar, deve abstrair a faixa de terra que hoje separa o Forte do Brum do Porto do Recife. Toda esta faixa de terra constitui-se em aterro recente que se relaciona com a configuração atual do Porto de Recife. Aquela proximidade com o mar, exigiu uma adequação da planta do Forte do Brum, às condições do terreno, na situação da época de sua construção. A forma quadrangular interna foi mantida, entretanto os bastiões, em número de quatro, foram prejudicados em decorrência da proximidade com o mar: a leste, apenas dois meios bastiões foram construídos.

Havia, na época, tecnologia para construção de obras banhadas pelo mar, entretanto, deve ser considerado, que o Forte do Brum foi construído em tempo de guerra, conse-



A entrada do forte, voltada para o Recife era servida por uma ponte elevadiça que permitia ultrapassar o fosso. Ao longo dos tempos, alterando-se as estratégias de defesa, a ponte móvel foi substituída por uma ponte fixa que dá acesso ao forte

Referências / identificação

Referências documentais, textuais, iconográficas, arqueológicas; localização conhecida.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Recife.

Localização

Centro do Recife.

Localidade

No istmo que liga Olinda a Recife, atual bairro do Recife, próximo à Prefeitura da Cidade.

Latitude

008°03' 08,9" Sul.

Longitude

034°52'14,8" Oeste.

Quanto ao tombamento

Tombado federal.

Processo

I01-T e 155-T. Livro Histórico Vol. 1 Folha 09 Inscrição 43 24/05/1938 e Livro de Belas Artes Inscrição 83 24/05/1938.

Ocupação atual do sítio

Museu Militar do Forte do Brum.

Condições para visitação

Em área pública, de livre acesso.

qüentemente em ritmo acelerado. Os holandeses, optando por uma postura pragmática, preferiram sacrificar dois meios bastiões, que erguê-los completamente, em luta contra o mar. A sua construção em faxina e areia, recoberto com lama, era comum em sua época. Esta técnica construtiva, embora requeira reparos freqüentes, sobretudo quando utilizada em regiões de grande pluviosidade como é o caso do Recife, oferece algumas vantagens defensivas. A energia do impacto provocado por um projétil de canhão sobre uma muralha de terra ou areia, é mais absorvida e conseqüentemente dissipada, que o mesmo impacto sobre uma muralha de pedra. Além deste inconveniente, o impacto sobre uma muralha de pedra freqüentemente provoca estilhaços que podem atingir os defensores da fortificação, reforçando, conseqüentemente, o poder do atacante.

Apesar dos contratemplos, o Forte do Brum foi concluído ainda em 1630, quando foi artilhado com dois ca-

nhões de vinte e quatro libras, um de dezoito, um de dezesseis, um de dez libras, além de duas bombardas, num total de quatorze peças.

A importância estratégica deste forte ultrapassou a dominação holandesa. Após a Restauração, o forte foi ocupado pelas forças do Brasil, tendo sofrido reformas em diferentes ocasiões.

Em 18 de setembro de 1667, o então Governador Bernardo de Miranda Henriques, solicitou ao Rei permissão para restaurar o Forte do Brum, considerando a importância de sua posição para a defesa da capitania.

Atendendo aos reclamos que se fazia, em 15 de dezembro de 1668, foi nomeado para ocupar o cargo de Engenheiro de Pernambuco, Antônio Correia Pinto. Já em Pernambuco, o engenheiro após avaliar a situação em que se encontrava o Forte do Brum, elaborou a planta para a sua reconstrução.



As pesadas portas de madeira que se fechavam na iminência de ataques inimigos hoje estão abertas aos visitantes do forte



Os antigos quartéis abrigam hoje o acervo do Museu Militar, e sua praça de armas conservou sob os sucessivos aterros, estruturas primitivas do forte. As reformas a que foi submetido o forte, ocultaram a velha cacimba, que até a implantação do sistema de abastecimento de água da cidade, garantia a água, condição fundamental, que permitia fazer face a um possível cerco. Ocultou ainda um antigo piso em que se misturavam tijolos produzidos no Brasil e tijolos trazidos da Europa, pelos navios holandeses. Tais tijolos atendiam tanto à necessidade de lastro para os navios que aqui vinham buscar açúcar, quanto à necessidade que sentiam os holandeses, sobretudo nos primeiros anos, de material de construção. Estas estruturas do século XVII estão hoje preservadas, expostas à visitação pública.





Duas rampas nas laterais da praça da armas dão acesso ao terraplino, aos alojamentos, casa de comando às baterias do forte



Restrições à visitação

Sujeito a horário de funcionamento. Atualmente o horário de visitação do museu é das 13 às 17 horas.

Estado de conservação

Bom estado (>75%).

Natureza dos vestígios

Estruturas arquitetônicas; artefatos relacionados à tralha cotidiana do forte, identificados arqueologicamente.

Tipo de trabalho realizado

Reformado em diferentes ocasiões; restaurado pelo IPHAN. Escavações arqueológicas parciais pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE; documentação fotográfica.

Fatores de destruição

As sucessivas reformas a que foi submetido, alteraram muitas de suas características. Internamente e até ao nível das muralhas, fosso e barbacan, foi restaurado pelo IPHAN, num trabalho que privilegiou uma de suas últimas feições. As demais obras externas de defesa, como o hornaveque, paliçadas, etc., estas foram destruídos e a área reocupada.

A administração da reconstrução do Forte do Brum, esteve a cargo da Câmara de Olinda, entretanto, a partir de 1671, esta administração passou à responsabilidade de João Fernandes Vieira, na qualidade de Superintendente das Obras de Fortificação da Capitania de Pernambuco.

Embora em 1680 as obras do Forte do Brum já estivessem bastante adiantadas, apenas em 1690 foram efetivamente concluídas, quando era governador da Capitania de Pernambuco, Antônio Luiz Gonsalves da Câmara.

Ao longo do tempo, o Forte do Brum sofreu reformas, que alteraram sobretudo suas estruturas internas. Plantas do forte, de diferentes épocas, mostram que suas linhas externas, de um modo geral, foram mantidas. As estruturas externas de defesa, no entanto, hornaveque, paliçadas, etc., estas foram excluídas.

Em 1880 sua artilharia constava de 48 peças.

Foi reparado em 1886, 1889 1908 e em 1909.

Por ocasião da Primeira Grande Guerra, nele esteve acantonada a 2a Cia do 4o Batalhão de Posição, da Bahia.



Em 1958, já desarmado, era uma dependência da 7ª Região Militar, servindo como depósito. Serviu ainda como unidade de alistamento militar.

Em 1985, já como monumento tombado, o Forte do Brum foi parcialmente escavado pelo Laboratório de Arqueologia do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, em um trabalho que contou com o apoio do Comando Militar do Nordeste, da 7ª Região Militar e da Fundação Joaquim Nabuco.

A pesquisa arqueológica revelou alguns vestígios que remontam às primeiras construções, contribuindo para o maior entendimento dos que construíram e lutaram nesta fortificação. Foram encontrados pregos que provavelmente

te sustentaram as tábuas de contenção das muralhas; louças que permitiram resgatar informações quanto ao cotidiano dos diferentes ocupantes do forte; projéteis, que passaram nas mãos de atacantes e de defensores; cachimbos, tanto holandeses quanto portugueses, que devem ter minimizado as horas de preocupação; peças de jogos, que devem ter ocupado os guerreiros em momento de trégua; a cacimba, que se encontrava totalmente soterrada, mas que à época garantiu o abastecimento de água. Enfim, diversos outros elementos que possibilitaram reconstituir parte da história desta fortificação.

Atualmente, como Museu Militar do Forte do Brum, em suas exposições, presta homenagem ao Soldado Nordeste.

Do alto do terraço, a pequena capela domina o interior do forte



Nível de risco de destruição

A utilização do forte como Museu Militar, proporciona a devida conservação.

Condições/recomendações p/ escavação

Plenas condições para escavação. Recomenda-se não executar obras antes da realização de escavações arqueológicas, haja vista o interesse histórico/científico do forte. Mesmo obras externas deveriam ser precedidas de escavação arqueológica, em virtude da documentação textual e iconográfica fazerem referência a obras externas de defesa, hoje desaparecidas, cujos vestígios podem estar soterrados.

Medidas sugeridas

O forte vem sendo preservado, embora careça de obras para remoção de estruturas conflitantes, manutenção e reparos diversos.

Data da última avaliação
março de 1998.

Fotografado em 14-Fev-97.
Data mais recuada
1630.



Comentários

O forte atual foi construído em pedra e cal, com forma quadrangular, comportando do lado do mar, somente meios bastiões pequenos e, do lado do rio, bastiões inteiros e acabados. As grandes obras de modernização do Recife, realizadas no início deste século, pouparam o Forte do Brum; mas diferentes obras internas, alteraram significativamente suas dependências.

Em 1985 o Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco realizou pesquisa arqueológica na praça de armas do forte, pondo à mostra algumas das primitivas estruturas do forte, até então desconhecidas. Estruturas cuja necessidade de preservação é indiscutível, pois representa testemunhos de um período muito pouco representado de nosso acervo patrimonial.

O Forte do Brum está sob a guarda do Exército Brasileiro e abriga o Museu Militar, aberto à visitação pública.

Se hoje o Forte do Brum não defende com armas a cidade, defende com seu acervo, suas próprias estruturas preservadas, a história do seu povo

Nome histórico
Forte do Buraco.

Designação popular
Forte do Buraco.

Outras designações históricas:
Forte Madame Bruyne;
Domina Brunonis;
Fortaleza de Santo Antônio do Buraco;
Fortaleza de Santo Antônio do Buraco;
Fortaleza de Santo Antonio do Buraco;
Fortaleza de Santo Antonio dos Coqueiros do Buraco;
Fortaleza de Santo Antônio dos Coqueiros do Buraco;
Fortaleza de Santo Antônio dos Coqueiros.

Número de registro do sítio UFPE/LA
PE 0240-Ln.

Referências / identificação
Referência documental, localização conhecida.

Capitania
Pernambuco.

Estado
Pernambuco.

Município
Recife.

Localização
No istmo, entre Olinda e Recife.

Localidade
Istmo entre Olinda e Recife, a norte da última barra do porto de Recife, próximo à atual Escola de Aprendizes Marinheiros.

Forte do Buraco

Esta fortificação foi construída pelos holandeses, em 1630, entre Olinda e Recife, provavelmente no local onde teria existido o Forte de São Jorge Velho.

Seu nome original, que consta da cartografia holandesa, Domina Brunonis, é atribuído como tendo sido em homenagem à esposa de Bruyne (presidente do Conselho holandês).

Em 1630 sua guarnição era constituída de 1 capitão, 1 sargento, 1 condestável (chefe dos artilheiros), 10 soldados fuzileiros, 2 soldados artilheiros e seu armamento constava de 12 peças de diferentes calibres. Posteriormente foi artilhado com 3 peças de bronze e 19 de ferro.

Em 1654 foi ocupada pelos portugueses.

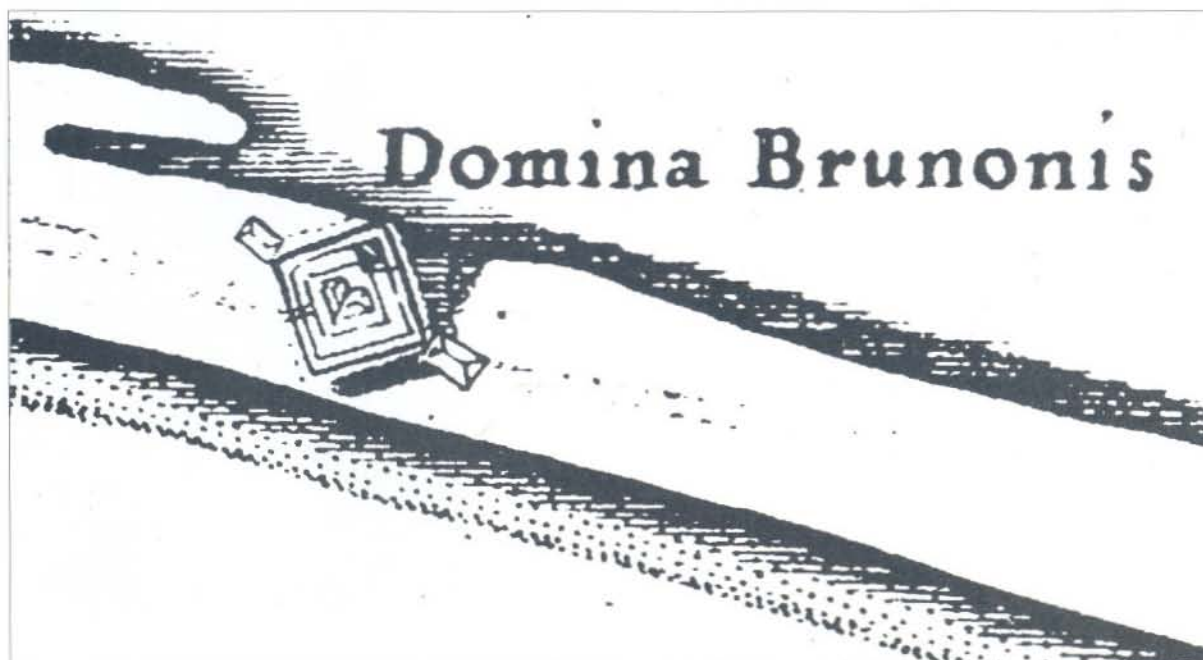
Em 1705 foi reconstruída e ampliada.

Em 1863 foi aumentada sua artilharia com mais 23 peças.

Em 1880 foi considerada fortificação de segunda classe.

Em 1883 foi reparada.

Em 1958 estava sendo demolida pela Marinha para construção do Terceiro Distrito Naval. Há referências de que parte de suas pedras foram aproveitadas no prolongamento do porto do Recife.



Detalhe do mapa do Recife e da Ilha de Antônio Vaz, Pernambuco, em 1637, quando da chegada do Conde de Nassau. Autor desconhecido. Inseto na obra História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647. Autor desconhecido

Latitude

008° 02' 28,3" Sul.

Longitude

034° 52' 04,0" Oeste.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Ocupação atual do sítio

Abandonado. As ruínas do sítio estão em área aberta. Não se faz controle da vegetação.

Condições para visitação

Em área pública, de livre acesso.

Restrições à visitação

A área erma, não oferece segurança à visitação.

Estado de conservação

Estado parcial (<75% >25%).

Natureza dos remanescentes

Estruturas arquitetônicas em pedra, artefatos relacionados à tralha cotidiana do forte, identificados arqueologicamente.

Tipo de trabalho realizado

Reconhecimento, documentação fotográfica, plotagem.

Fatores de destruição

Grande parte do sítio foi perturbada por "caçadores de tesouros". Fatores naturais também têm contribuído em muito para a destruição.



O istmo que liga Olinda a Recife, corresponde a uma estreita faixa de terra, quase paralela aos arrecifes da costa, formada sobretudo por depósitos eólicos de areia. Sua forma, em grande parte se deve à luta entre o rio, o mar e os ventos. O rio Beberibe, buscando saída para o mar, tem sua foz paulatinamente entulhada por depósitos marinhos e pelas areias trazida pelos ventos. Parcialmente tolhido, busca então alargar a saída em outra direção. Nesta contínua migração do rio em direção ao Sul, formou-se o istmo. No século XVII era referido como um extenso areal, ermo, descampado. Ao longo do tempo, foi sendo povoado, por homens, por plantas. Também como os homens, plantas nativas e espécies para aqui trazidas. Os homens nativos se foram, as plantas dividem o espaço. As águas do mar contidas entre os arrecifes e o mar constituem um porto tranqüilo, do mesmo modo que no rio se encontraram bons portos para embarcações menores. Portos onde carregavam e descarregavam muitos navios, que transportavam produtos entre a Europa e as Américas. Portos que eram ainda utilizados pelos

navios que precisavam de reparos. Portos que precisavam ser defendidos dos ataques de piratas e corsários. Quando ainda um grande areal descampado, o istmo se mostrava como um ponto estrategicamente importante para se instalarem fortificações que defendessem o porto. Sobretudo nas proximidades da barra principal de acesso ao porto. Mas esta área não oferecia facilidades de aquisição de material para construção, sobretudo para obras mais sólidas. Os fortes de madeira e terra, mesmo revestidos de barro, pouco duravam sob a ação das "chuvas de vento" dos invernos rigorosos. Rigorosos no sentido que podem ter os invernos das latitudes de 8 graus, caracterizados ali, não pelo frio, mas pelas muitas e fortes chuvas. Redutos e até mesmo fortes, construídos com esta técnica desapareceram quase que sem deixar vestígios. O Forte do Buraco, construído em pedra e cal, mesmo arruinado, resistiu. Suas grossas paredes, quase que ocultas pela vegetação, permanecem fincadas nas areias. Muralhas de pedra rejuntadas com argamassa de cal, que mostram na fachada a qualidade do trabalho do cantele.





O acesso ao forte se faz através de um trânsito de paredes retas, com teto em abóbada. Construído com base no princípio do arco romano, a abóbada do forte resistiu à ação das intempéries, à falta de cobertura e mesmo à redução do peso ao qual deveria ser submetido, garantindo-lhe a estabilidade. Resistiu ainda à ação predatória que retirou uma das pedras centrais do arco, uma das pedras de cunha, minando-lhe a resistência. O arco é suportado por paredes de pedras trabalhadas, assentadas praticamente com junta seca. As seteiras, por onde, do corpo da guarda, soldados podiam efetuar disparos na defesa do forte em casos de invasão, apresentam a abertura voltada para o trânsito. Os recortes escavados nas pedras do portal, dão mostras do peso que suportavam as dobradiças das portas de madeira do forte. Dobradiças de um lado presas à porta por cravos, e de outro, 'chumbadas às paredes.' Chumbadas no sentido literal do termo, presas com chumbo





Não só o trânsito apresentava estrutura em arco. Sobre o corpo da guarda e cadeia continuava a estrutura de arcos que ocupava o interior da cortina. Esta estrutura serviria para suportar um sobrado, comumente utilizado para as acomodações do comandante. Das janelas do sobrado se teria uma ampla visão do interior do forte e, por sobre as muralhas, uma visão da própria barra a ser defendida.



Também o Forte do Buraco defendia a entrada principal do porto do Recife, onde a linha de arrecifes é bruscamente interrompida. Sobre a linha de arrecifes, o farol da entrada da barra, construído sobre uma estrutura poligonal, é de certa forma uma homenagem ao antigo Forte do Picão que existiu naquelas proximidades, e foi demolido durante as grandes obras do porto. Hoje quase nada mais resta da face das muralhas voltadas para o mar. Depois de tombadas, suas pedras foram em grande parte removidas, restando os alicerces e parte do reparo de suas paredes, que o tempo se encarregou de desgastar, carreando, nivelando as areias.

Nível de risco de destruição

O estado de abandono representa o maior fator de risco de destruição, somando-se a isto o fato das ruínas não serem tombadas, portanto passíveis de serem removidas e a área reocupada.

Condições/recomendações p/ escavação

Plenas condições para escavação, tanto na praça de armas, dependências internas, terraplenos como no exterior do forte. Recomenda-se não executar obras antes da realização de escavações arqueológicas, haja vista o interesse histórico/científico do forte.

Medidas sugeridas

Proteção legal. Consolidação das estruturas remanescentes e controle da vegetação invasora (sobretudo a que se instalou nas muralhas e paredes). Inclusão em roteiros para visitação.

Data da última avaliação
10/12/97.

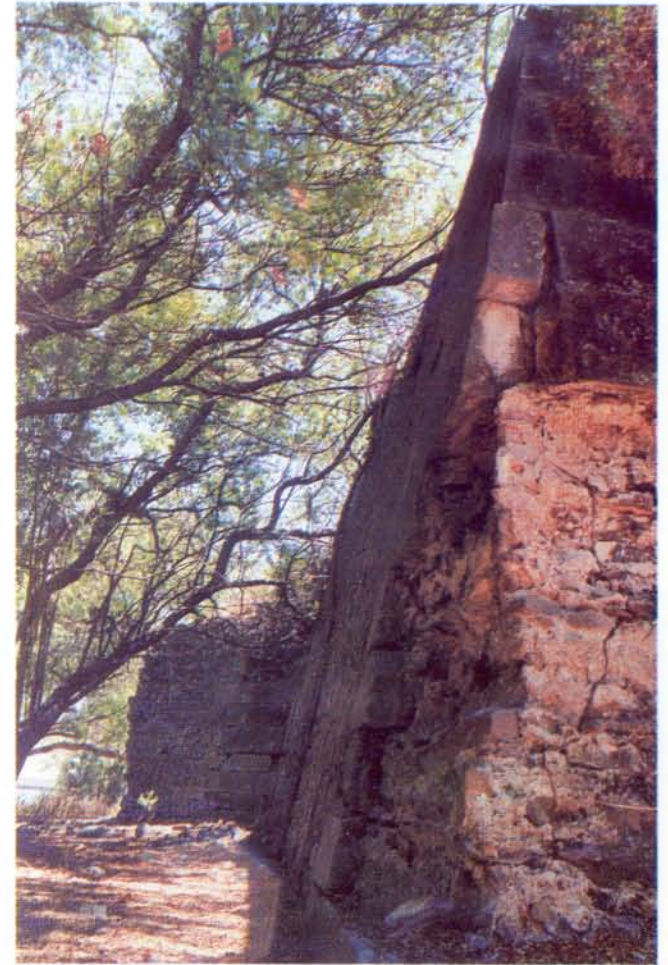
Fotografado em 10-Dez-97.

Data mais recuada
1630.

Em muitas partes o istmo foi alargado. Espaço tomado ao mar, grandes áreas tomadas ao rio. Mas nas proximidades do Forte do Buraco, a interrupção dos arrecifes ameaçava a capacidade de conquista dos homens. Diques artificiais foram construídos evitando-se assim que o mar retomasse o espaço conquistado pelas areias do istmo. Também ali, o rio foi mais difícil de conquistar. Nas imediações do 'buraco de Santiago', a ação natural não depositava a lama trazida pelas águas na mesma intensidade com que assoreava antigos portos, como no Cais do Lameirão



A face Norte das muralhas é a que se conserva em melhor estado. Aí se pode observar o trabalho de cantaria executado, a técnica utilizada na construção, a distribuição do material empregado. Também quanto à forma externa do forte, neste trecho se pode, sem dificuldade, discernir os contornos da face voltada para Olinda



Internamente, entretanto, as estruturas não se conservaram. A contra-muralha, as acomodações internas distribuídas naquela face do forte, em grande parte desmoronou; em consequência, o material que constituía o reparo vem sendo desgastado, carregado, descaracterizando ainda mais as feições internas do forte. A antiga rampa de acesso vem recebendo o acúmulo do material do reparo do terraplino, que pouco a pouco desmorona



À beira mar e sobretudo na margem do rio estão caídas, semi soterradas, muitas das pedras do forte. Pedras trabalhadas, que bem poderiam servir para ilustrar, para ensinar às novas gerações as técnicas, as soluções adotadas nos trabalhos de construção, como no caso da pedra preparada para suportar arcos contíguos, e que hoje vai sendo enterrada, afundada na lama do rio



Forte das Cinco Pontas

Antes da invasão holandesa a Pernambuco, a Ilha de Antônio Vaz era muito pouco ocupada. Além de um convento Franciscano, havia ali apenas alguns armazéns e casas esparsas de moradores. Com a invasão holandesa, o convento foi ocupado, transformando-se no grande quartel, que abrigava parte das tropas. Abrangendo o antigo convento, foi construído o forte Ernesto, no norte da Ilha.

Com a implantação do centro administrativo holandês nas proximidades do porto principal, nos 'Arrecifes' ou no 'Povo', foi na Ilha de Antônio Vaz e no Recife, que se concentrou grande parte da população. De início foi o Recife que mais se desenvolveu; na Ilha de Antônio Vaz, até pelo menos 1635, mantinham-se principalmente atividades rurais.



Quando de sua construção, o Forte das Cinco Pontas se constituía na defesa Sul da cidade. Correspondia, portanto, ao limite Sul da cidade. Com a expansão urbana, o forte foi totalmente envolvido. Sequer suas obras externas de defesa foram poupadas. Delas se conservou apenas o fosso mais próximo. Mas a cidade que o cingiu, também o conservou, e o elegeu para guardião de suas relíquias, de sua memória: transformou-o no Museu da Cidade do Recife

Nome histórico

Forte das Cinco Pontas.

Designação popular

Forte das Cinco Pontas.

Nome de tombamento

Forte das Cinco Pontas.

Outras designações históricas

Forte Frederik Hendrik;
Fortaleza de São Tiago das Cinco Pontas;
Forte Frederico Henrique;
Forte Frederick;
Heinrich Trots Den Duivel (Desafio Ao Diabo);
Vijfhuck (Cinco Pontas);
Fortaleza de Frederico Henrich.

Número de registro do sítio UFPE/LA:
PE 0209-Ls.

Referências/identificação

Referência documental, localização conhecida.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

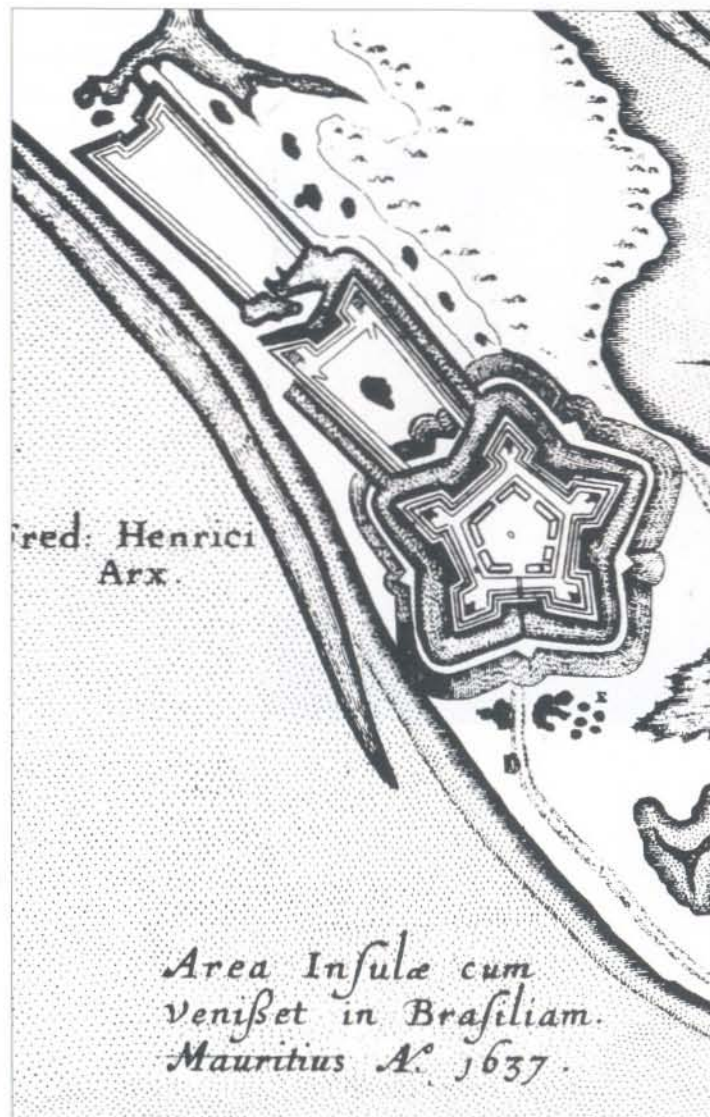
Recife.

Localização

Centro do Recife.

Localidade

Bairro de Santo Antônio, à época nos limites sul da cidade Maurícia.



Detalhe do Forte Frederico Henrique no mapa do Recife e da Ilha de Antônio Vaz, Pernambuco, em 1637, quando da chegada do Conde de Nassau

Autor desconhecido

Insero na obra História dos Feitos

Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647

Nos primeiros anos do domínio holandês, enquanto atuavam as forças da Resistência, era perigoso para os holandeses, viver na ilha. Os moradores de Antônio Vaz contavam com o apoio do Forte Ernesto, o que não se mostrava suficiente para defendê-los dos ataques surpresa das tropas de emboscada. Construíram então, em torno da Ilha, paliçadas e redutos para defendê-los contra as sortidas da 'guerra brasílica' imposta pelos da terra.

Por outro lado, do ponto de vista estratégico, a Ilha representava um dos principais pontos a serem defendidos pelos holandeses. Em primeiro lugar, proporcionava condições para se estabelecer uma defesa com base no cruzamento de fogo entre suas obras de defesa, de modo a melhor poder impedir o avanço inimigo. Em segundo lugar, mas não menos importante, garantia o abastecimento de água potável ao grosso das tropas. Toda a região que envolvia o porto o Recife correspondia a um grande areal, recortado por gamboas, pontilhado de áreas alagadas. A proximidade com o mar, as terras baixas alagadiças, a influência que recebia das marés, sua própria constituição geológica, tornava a região pobre em água potável. As cacimbas, em geral, tinham água salobra e os habitantes daquele 'Povo',



Seus bastiões e cortinas, hoje em número de quatro, refletem as sucessivas reformas a que foi submetido. Uma delas modificou substantivamente suas primitivas feições, quando o forte perdeu a característica tão marcante que lhe rendeu seu nome popular, que até hoje conserva: Forte das Cinco Pontas. Mesmo reduzido a 4 bastiões, tendo sido 'rebatizado' com seu nome católico, que reflete a mudança de seus defensores, mesmo assim, continuou sendo para a população o Forte das Cinco Pontas

quase sempre recorriam à Olinda, onde iam buscar água para beber. Uma exceção a este quadro eram as Cacimbas de Ambrósio Machado, possivelmente as únicas conhecidas à época, que forneciam boa água e deviam ser bem defendidas.

Em outubro de 1630, no mesmo ano em que se iniciara o domínio holandês no Brasil, Theodoro Waerdenburgh, o comandante das forças holandesas de terra, ordenou a construção de um forte na ponta sul da Ilha de Antônio Vaz (Ilha de Santo Antônio). Foi encarregado da traça, o engenheiro Commeresteyn. A posição escolhida, permitia ao forte Frederick Henrich cobrir dois objetivos principais: o porto, com a defesa da 'barreta dos afogados', e garantir o domínio das chamadas 'cacimbas de Ambrósio Machado'.

Próximo às cacimbas foi instalado o Forte Frederick Henrich que em decorrência de sua forma pentagonal, ficou conhecido como Forte das Cinco Pontas. O forte em terra, projetado pelo engenheiro Commersteijn, foi executado por Pieter van Bueren.

Por outro lado, a construção deste novo forte preocupava os luso-brasileiros. Em agosto desse mesmo ano de 1630, os luso-brasileiros atacaram o forte ainda em construção, tentando arrasá-lo, sem, no entanto, conseguirem êxito, apesar de uma árdua luta de 2 horas.

Os holandeses, temerosos de novo ataque, decidiram construir um Reduto auxiliar da defesa, uns 400 metros mais ao sul do Forte, denominando-o de Reduto Amélia ou Emília.

Em sua primeira feição, as muralhas do Forte Frederico Henrique pouco ultrapassavam os 12 a 13 pés de altura. Construído em terra, logo os invernos deterioravam suas estruturas.

Muralhas desgastadas, fossos secos e aterrados, paliçadas em grande parte caídas pela deterioração das madeiras, foi este o quadro que apresentava o Forte Frederick Henrich, quando da chegada de Nassau a Pernambuco.

Latitude

008° 04' 17,1" Sul.

Longitude

034° 52' 55,1" Oeste.

Quanto ao tombamento

Tombado federal.

Processo

101-T-38. Livro Histórico Vol. 1 Folha 09 Inscrição 42 24/05/1938 e Livro de Belas Artes Vol. 1 Folha 18 Inscrição 101 24/05/1938.

Ocupação atual do sítio

Museu da Cidade do Recife.

Condições para visitaçào

Em área pública, de livre acesso.

Restrições à visitaçào

Sujeito a horário de visitaçào.

Estado de conservação

Bom estado (>75%).

Natureza dos remanescentes

Após as reformas impostas ao monumento, as estruturas remanescentes estão sendo preservadas.

Tipo de trabalho realizado

Foram realizadas escavações arqueológicas através da FUNDARPE. Forte restaurado; documentação fotográfica.

Medidas sugeridas

O forte vem sendo bem preservado.

Data da última avaliação

11/02/98.

Fotografado em 07-Dez-97.**Data mais recuada**

1630.

Uma estrutura de paredes em pedra e cal, rebocadas, que deixam à mostra os cunhais em cantaria, que o branco das paredes faz ressaltar





No alto das muralhas, a proximidade entre as canhoneiras, reflete o poder de fogo, o volume da artilharia que se esperava empregar a serviço do forte, na defesa da cidade.

Logo pode Nassau constatar a pouca defesa que em tais condições aquele forte poderia oferecer; e se tratava de um importante posto, pois era o único capaz de garantir água no caso de um cerco à cidade. Mandou alargar e aprofundar os fossos; construir uma contra-escarpa no fosso; alargar e elevar as muralhas; e do lado do mar, construir uma sapata. Posteriormente ampliaram as defesas externas, com a construção de novos fossos em direção ao sul.

Quando da Restauração Pernambucana, o Forte das Cinco Pontas foi a última fortaleza a ser conquistada pelas tropas luso-brasileiras. Foi ainda no Forte das Cinco Pontas, onde se encontrava aquartelado o general Sigismund Von Schkoppe, que foram elaborados os termos da rendição das tropas holandesas. E a 28 de janeiro de 1654, na Campina do Taborda, o general Francisco Barreto de Menezes, recebeu oficialmente os termos de capitulação, quando ficaram definidos os moldes da evacuação dos holandeses de Pernambuco.



O acesso ao forte se fazia através de uma ponte levadiça sobre o fosso. Com a alteração das práticas de defesa, a antiga ponte foi substituída por um passadiço fixo, e não mais se cuidou de manter a profundidade do fosso. Também as práticas de aterramento das áreas alagadas tiveram seus reflexos nas estruturas do forte. O fosso seco e raso que hoje circunda o forte, quase não permite que seja visto como um obstáculo para qualquer força atacante. Acima das muralhas, um largo sobrado se estende por sobre toda a cortina. Apenas duas janelas de linhas retas, com cercadura em cantaria, se voltam para o exterior. Um número reduzido de janelas, considerando-se o clima quente, mas que permitem uma defesa com armas individuais e ao mesmo tempo deixa os defensores mais protegidos das armas inimigas pelas grossas paredes.



O sobrado sobre a cortina frontal se estende por sobre o trânsito, corpo da guarda e cadeia. Visto do interior da praça de armas, pode-se observar a varanda que repousa sobre colunas. A comunicação entre a praça de armas, o sobrado e o terrapleno se faz através de uma escadaria que substitui a rampa, comum nos fortes



Em 1847, o forte continuava em atividade e sua guarnição compunha-se de um capitão e 15 praças, e contava com 14 peças de bronze e 10 de ferro.

Sua primitiva feição, em forma de pentágono, com cinco bastiões, que o tornou conhecido como Forte das Cinco Pontas, foi mais tarde substituída. Após a Restauração o forte foi reconstruído em pedra e cal pelo engenheiro Francisco Correia Pinto, então em forma de quadrado, com 4 baluartes.

Posteriormente o forte foi transformado em quartel e prisão.

Após as sucessivas reformas a que foi submetido, em 1637, 1684, 1822, 1904 e em 1979, - esta última correspondendo à restauração realizada através do convênio entre a SEPLAN e a SPHAN (atual IPHAN) -, a fortificação adquiriu suas feições atuais, que conserva o traçado regular e quatro bastiões poligonais.





Sobre os quartéis que circundam a praça de armas, ergueram-se outros cômodos, no nível do terrapleno



Em sua feição atual, a porta de entrada, em arco, dá acesso ao trânsito reto, que conduz à praça de armas. No trânsito, seteiras de ambos os lados, cuja abertura maior estava voltada para o corpo da guarda. Apesar do trânsito em abóbada, a porta de comunicação com a praça de armas é de linhas retas, com portal em cantaria





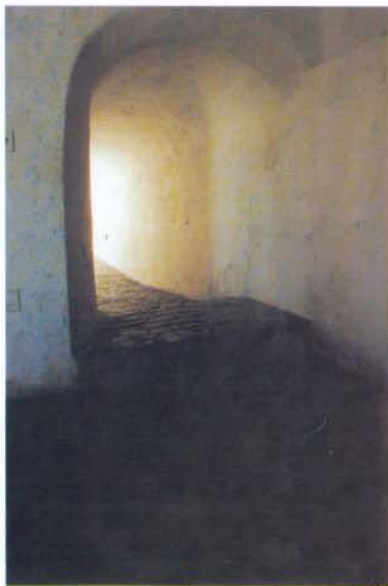
O nível dos amplos terraplenos que acompanham as cortinas se estende pelos bastiões, todos revestidos com tijoleira retangular. Aí não se distingue as bases dos canhões, uma estrutura comum nos fortes. Esta estrutura sobre a qual trabalha a artilharia, via de regra tem a forma trapezoidal, com a base menor junto à canhoneira. Não é a nível, uma leve inclinação descendente para junto da muralha, facilita o retorno do canhão à posição, depois do disparo. Tais estruturas, cerca de 20 cm mais altas que o plano geral do terraplano, em geral são revestidas de madeira ou têm o piso em pedra

Uma larga passagem, partindo da praça de armas, conduz ao terraplano, onde se instalava a artilharia. Um piso em tijolos retangulares capeia toda a área de movimentação dos artilheiros



No caso de ocorrer o pior na iminência de invasão, ou em caso de cerco, dispunha-se de uma saída alternativa do forte, a poterna. Uma longa passagem sob as estruturas do forte, um túnel abobadado, que permitia a saída no interior do fosso. Para evitar surpresas, uma grade de ferro fechava a saída da poterna

As canhoneiras se distribuem a toda volta do forte. Em função dos ângulos reentrantes e salientes, formados pelas cortinas, flancos e bastiões, as canhoneiras se dispõem de forma a não permitir 'ângulos mortos', isto é, pontos onde o inimigo possa ficar a salvo da artilharia



Forte Príncipe Guilherme



Nome histórico

Forte Príncipe Guilherme.

Designação popular

Forte Príncipe Guilherme.

Outras designações históricas

Forte Príncipe Guilherme;
Forte dos Afogados;
Forte Príncipe Willem;
Forte de Piranga.

Referências/identificação

Referência textual e iconográfica;
obras de defesa não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Recife.

Localização

Cidade do Recife, bairro de Afogados.

Localidade

Estava localizado onde é hoje o bairro de Afogados, provavelmente próximo a atual ponte do final da rua Imperial.

Desenho de Franz Post.
Detalhe da vista da área do Forte Príncipe Guilherme, ou dos Afogados, no Recife.
Insero na obra *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647

O vale do Capibaribe, quando da invasão holandesa, era habitado pelos mais ricos da terra e ali havia pelo menos dezesseis engenhos. O acesso ao vale era cuidadosamente guardado pelas tropas da Resistência, e por idênticas razões, era avidamente buscado pelos invasores.

Tal era a importância econômica que representava o vale do Capibaribe, que os holandeses chegavam mesmo a considerar que a posse daquelas terras, equivaleria, em lucros, à metade de toda a Capitania. Por outro lado, as terras dos Afogados representavam, na prática, a porta de acesso àquelas várzeas. Fortificar os Afogados significava para os luso-brasileiros, praticamente garantir o bloqueio às várzeas, impedindo aos holandeses, o acesso às riquezas da terra. Desde cedo havia se estabelecido o 'Passo dos Afogados' ou 'Passo de Francisco Barreiros', que atendia à produção de muitos engenhos em demanda ao porto. Nas suas imediações foram se instalando casas de moradia. Com a queda das fortificações do Recife, cuidaram os da Resistência de fortificar aquele passo, como um dos pontos de cerco com que buscavam conter o inimigo no litoral, afastados da zona de produção.

Por mais de uma vez, o "posto" da Resistência nos Afogados, foi acometido pelas tropas holandesas. O ataque realizado pelos holandeses em 10 de junho de 1631 foi energicamente repellido, mas o mesmo não sucedeu com o ataque que realizaram na madrugada de 18 de março de 1633. As tropas holandesas sob o comando do Coronel Remback lograram tomar de assalto o posto. Uma perda desastrosa para os da terra, pois não apenas deixava aberta a entrada para a várzea do Capibaribe, mas ain-

da assegurava aos holandeses o acesso ao Rio das Jangadas e o caminho para o sul da Capitania. A conquista daquele posto permitiria ainda aos holandeses flanquear pelo sul os demais postos de cerco, e ainda ter acesso ao Forte Real do Bom Jesus. O Forte Real do Bom Jesus, instalado afastado do litoral, para onde convergiam muitos dos caminhos para o interior, estava situado a igual distância de Olinda e do Recife. Dali partiam muitas das companhias de emboscada, e para lá acorriam as famílias em caso de necessidade.

Conquistada a praça dos Afogados, os holandeses não deixariam a área desguarnecida. Foi determinado que ali se construísse uma importante obra de defesa: o Forte Príncipe Guilherme, que os brasileiros denominavam Forte dos Afogados ou Forte de Piranga, uma denominação também associada à sua localização.

Deste Forte Príncipe Guilherme partiram os 400 holandeses que atacaram o engenho de Pedro da Cunha, na Várzea, sem entretanto lograr seus intentos. Ainda em 1633, sob o comando do Coronel Rembach, os holandeses tentam atacar o Forte Real do Bom Jesus. As companhias de emboscada foram ao encontro das tropas holandesas com pesada artilharia, e no combate ficou mortalmente ferido o comandante batavo, Coronel Rembach.

O forte construído pelos holandeses nos Afogados apresentava forma quadrangular com quatro baluartes completos, fortes muralhas e parapeito. No exterior das muralhas, uma berma com paliçada. Além da paliçada, um largo fosso, mais profundo em umas faces que em outras. Uma porta abobadada dava acesso a seu interior onde havia

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Ocupação atual do sítio

Área provavelmente reocupada.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento bibliográfico e iconográfico.

Fatores de destruição (provável)

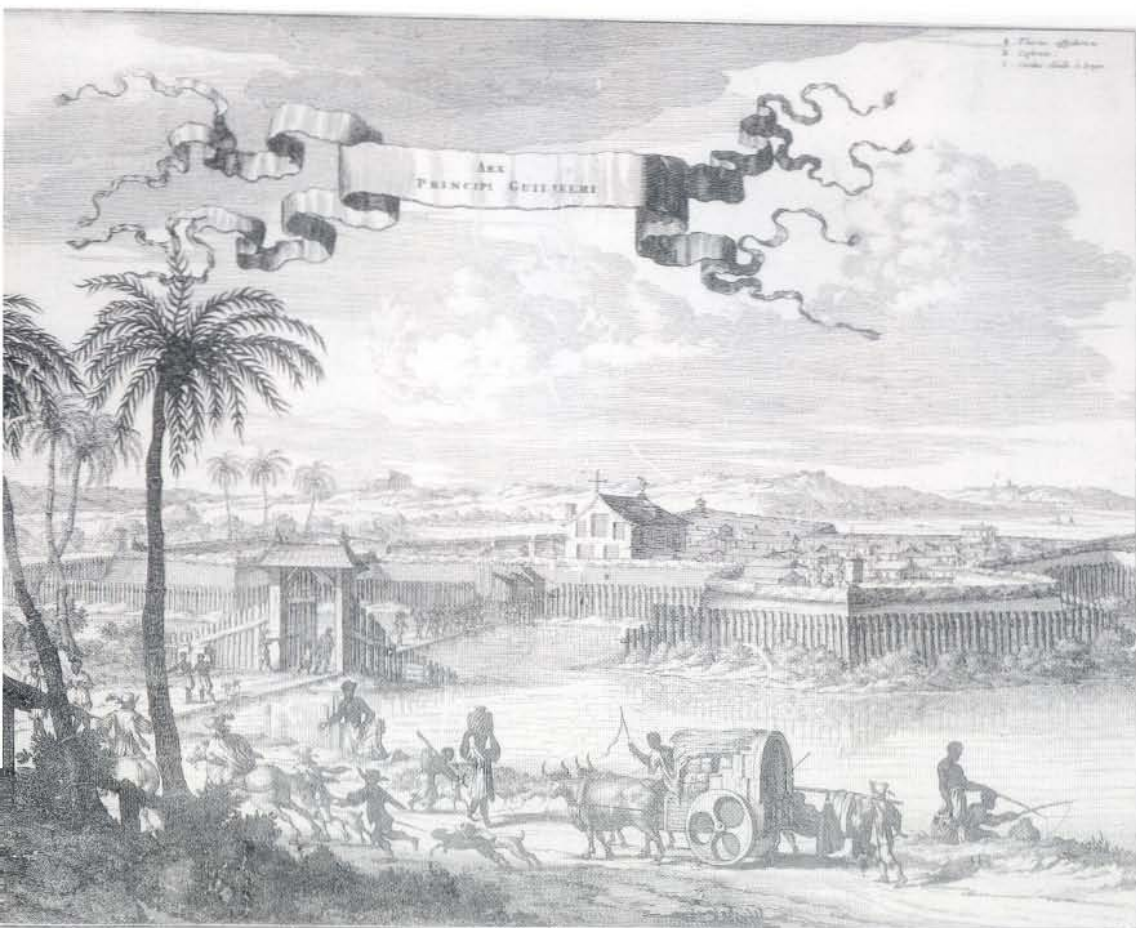
Agentes naturais e antrópicos. Área provavelmente reocupada.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII.



Gravura segundo desenho de Franz Post.
28 x 36 cm. Montanus, 1671

bons quartéis, casa de pólvora e corpo da guarda. A casa do comandante, em um plano superior se assentava sobre a abóbada da porta. A artilharia era composta de 2 peças de bronze de 24 libras; 2 de 18 libras; 1 de 12 libras; 2 de 8 libras; 2 de 5 libras; 2 de 3 libras; 1 peça de ferro de 6 libras e 1 de 5 libras.

O Forte Príncipe Guilherme não chegou a ser tomado durante a Campanha da Restauração. Quando em 1654 as tropas luso-brasileiras avançaram sobre o Recife, os efetivos holandeses que guarneciam os fortes Príncipe Guilherme, Forte do Brum e Forte do Buraco, abandonam seus postos na noite anterior e se concentram em Recife. Deste modo, as tropas luso-brasileiras ocuparam aqueles postos sem combate.

Após a expulsão dos holandeses, alterou-se o sistema de defesa do Recife. Vários fortes foram destruídos ou simplesmente abandonados, entre eles o Forte dos Afogados. O Forte dos Afogados, abandonado até 1687, foi, por ordem do Governador João da Cunha Souto Maior, mandado reconstruir, mas em 1746 já não integrava o sistema de defesa da cidade.

No início do século XIX (aproximadamente 1813), o que restava do antigo forte foi demolido e o material provavelmente utilizado para o aterro de uma gamboa.

Nome histórico

Forte Waerdenburch.

Designação popular

Forte das Três Pontas.

Outras designações históricas:

Arx Waerdenburchij.

Forte Waerdenburch.

Forte das Três Pontas.

Trincheira Kik in de Pot.

Forte Séqua.

Referência

Referência documental, obras de defesa não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Recife.

Localização

Cidade do Recife, na confluência dos rios Capibaribe e Beberibe, em uma ilha.

Localidade

Estava localizado na ilhota d'asseca, na junção dos rios Beberibe e Capibaribe, provavelmente fronteira à atual Rua da Aurora, possivelmente nas imediações das atuais garagens dos clubes de remo Náutico e Barroso.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Ocupação atual do sítio

Área reocupada.

Forte das Três Pontas

O Forte Waerdenburch, construído em 1631 pelos holandeses, integrava o plano de defesa do Recife. Foi instalado em uma ilha formada pelo Rio Capibaribe, próximo à confluência com o Beberibe, ocupando uma 'ponta de terra' chamada d'Asseca.

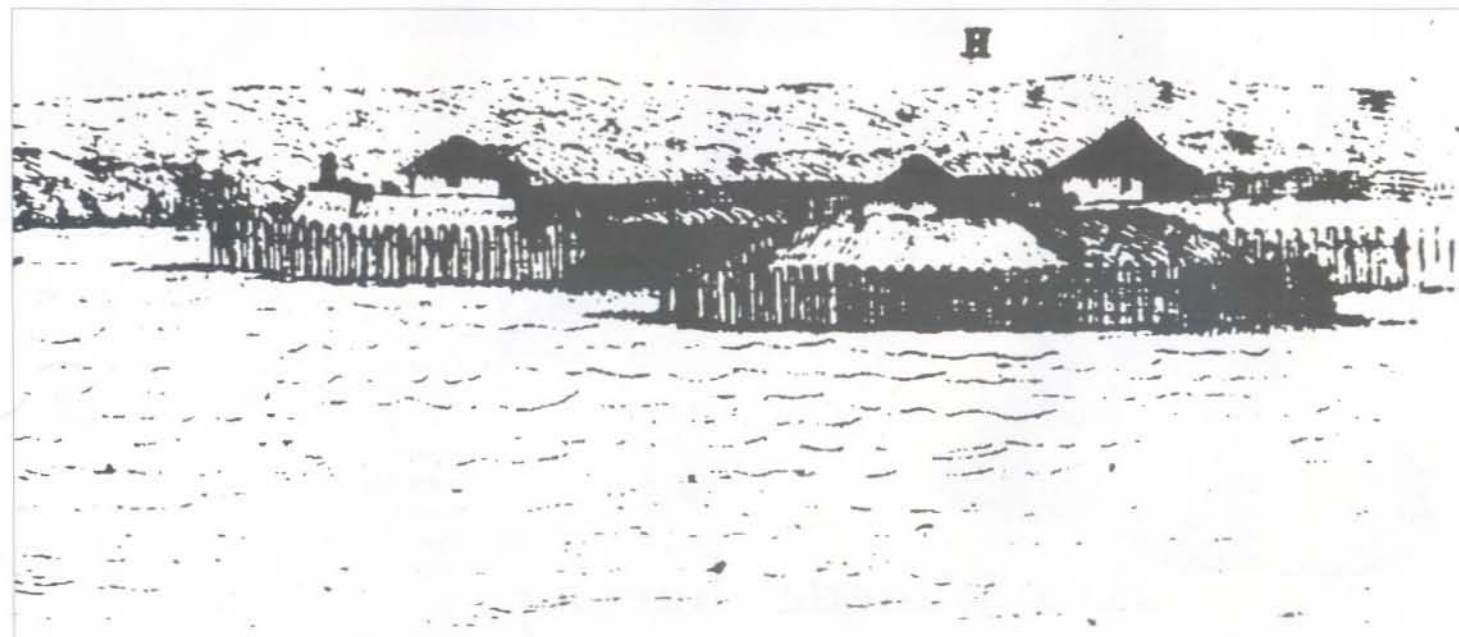
Para sua construção, foi necessário um grande número de homens pois, praticamente todo o material teve que ser transportado para a ilha: as vigas, os pranchões, as estacas para a paliçada. Ademais, não foi um trabalho tranquilo. As companhias de emboscada tentaram, a todo custo, impedir o avanço das obras, mas não tiveram sucesso, e o forte foi concluído.

Detalhe do Forte Weanderburg, na ilustração do Palácio Friburgo, construído pelo Conde de Nassau em 1641-42, no extremo norte da Cidade Maurícia.

Desenho de Franz Post

Inserto na obra História dos Feitos

Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647



Estado de conservação

Destruído, não restam vestígios aparentes à superfície.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento histórico e iconográfico.

Fatores de destruição (provável)

Agentes naturais e antrópicos. Área reocupada.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII.

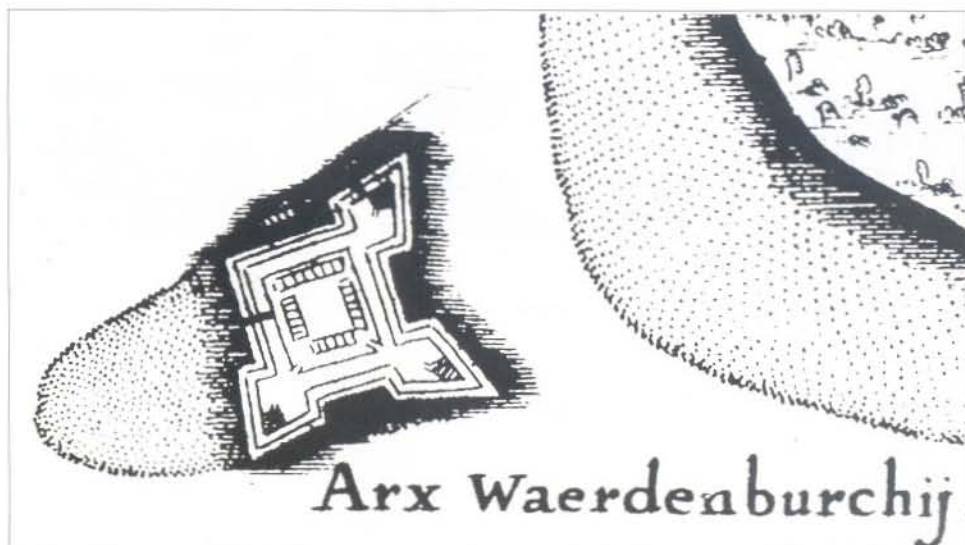
Provavelmente, naquela mesma ilha, a Resistência mantivera um fortim ou reduto até 1630, quando foi incendiado pelos holandeses.

De início, o Forte Waerdenburch apresentava uma forma quadrangular, com apenas três bastiões, voltados para Oeste, Norte e Leste. Dois aspectos, provavelmente concorreram para que o quarto bastião não chegasse a ser construído: as condições de terreno, e a segurança da cidade. Se construído, o quarto bastião estaria sobre uma área de terreno pouco firme, praticamente dentro do rio, de difícil construção e pior manutenção. Por outro lado, o quarto bastião estaria voltado para a Ilha de Antônio Vaz, ocupada pelos holandeses. Nesta situação, seria reduzida a expectativa de um ataque por aquele lado, ademais, a existência de um bastião voltado contra a área ocupada se tornaria arriscado, no caso do forte vir a ser tomado pelos inimigos. Esta preocupação se refletiu mais tarde, durante o governo Nassau, quando os holandeses se decidiram por alterar a forma e a disposição das defesas do forte. As duas cortinas

voltadas para a cidade foram derrubadas, e cada um dos três bastiões foi transformado em reduto fechado. Mantiveram, entretanto, as cortinas que unia os bastiões, de modo a preservar a proteção da praça de armas e a casa de pólvora. Elevou-se o nível dos bastiões e de suas defesas, reforçadas com paliçadas sobre o parapeito.

A manutenção daquele forte era muito dispendiosa. Construído em terra, com muralhas e berma em faxina, suas estruturas facilmente se deterioravam. As chuvas, as enchentes do rio, concorriam para que, a cada ano, boa parte do forte tivesse que ser reparado, com grandes despesas. Em razão das despesas com sua conservação, o forte foi mais tarde novamente mutilado. O baluarte voltado para o lado do mar, já fechado como um reduto, foi demolido.

Com a alteração do sistema de defesa do Recife, após a expulsão dos holandeses, o Forte Waerdenburch não foi mantido integrando a defesa da cidade, e como vários outros fortes, foi destruído. A ilha onde fora instalado desapareceu com um aterro que a ligou ao Continente.



Detalhe do Forte Weanderburg no mapa do Recife e da Ilha de Antônio Vaz, Pernambuco, em 1637, quando da chegada do Conde de Nassau

Autor desconhecido

Insero na obra História dos Feitos

Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647

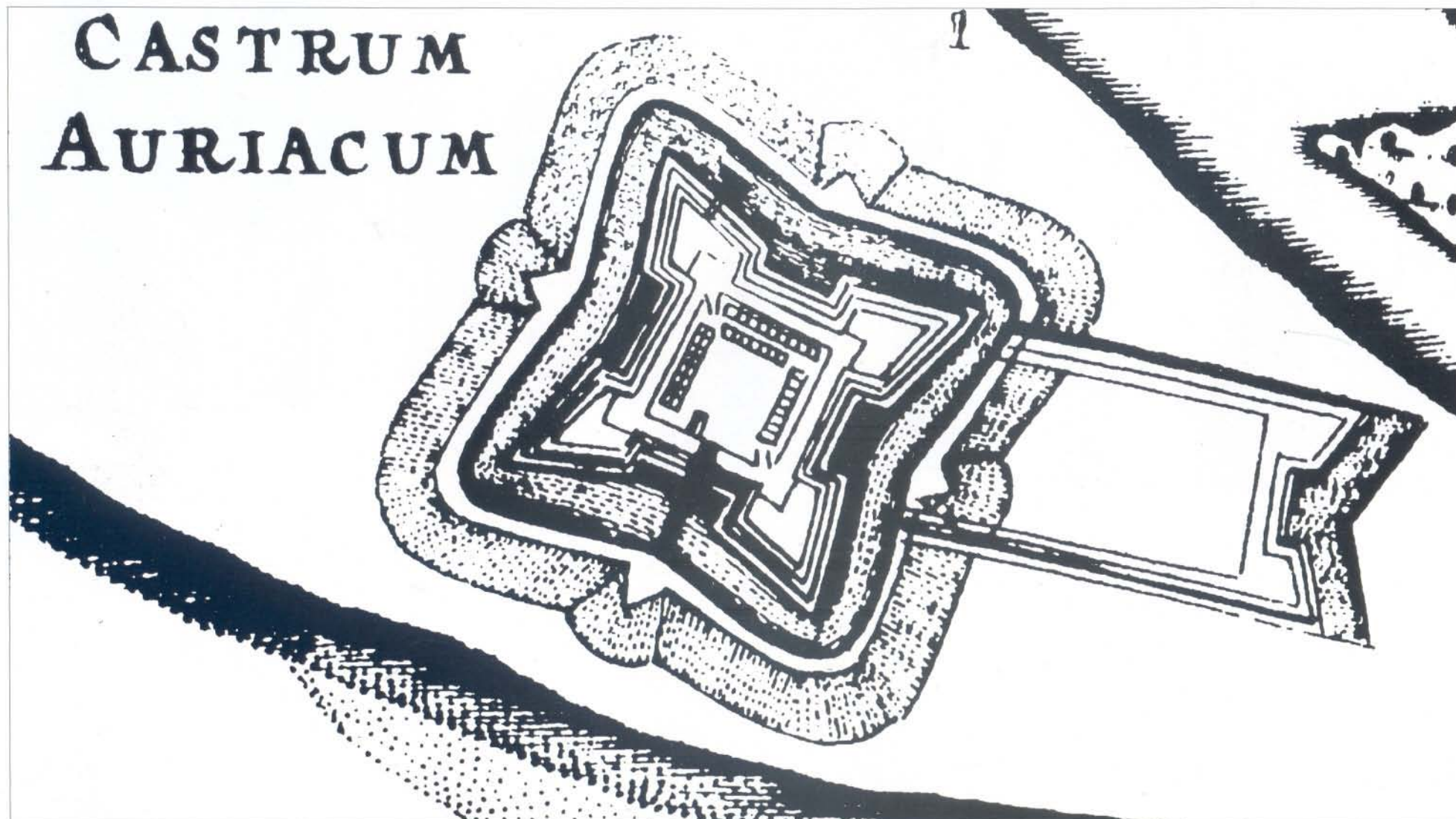
Detalhe de mapa da Ilha de Itamaracá, onde estão representados a Cidadela Schkoppe (Vila da Conceição) e o Forte Orange.

Autor desconhecido

Inserto na obra História dos Feitos

Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647

Forte Orange





Nome histórico
Forte Orange.

Designação popular
Forte Orange.

Nome de tombamento
Forte Orange.

Outras designações históricas
Forte de Orange.
Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá;
Fortaleza de Santa Cruz.
Castrum Auriacum

Número de registro do sítio UFPE/LA
PE 0034-Ln.

Após a morte de Rembach, Sigismund van Schkopp, assumiu a condição de chefe supremo das forças de terraholandesas. Em 1631, Steyn Callenfels, comandou a construção de um pequeno forte numa ilhota ao sul da Ilha de Itamaracá, a que chamaram de Orange. Com base neste forte, puderam os holandeses sob o comando de Schkopp, realizar com sucesso o ataque a Itamaracá, cuja defesa estava a cargo de Salvador Pinheiro. As estruturas de defesa do Forte Orange foram ampliadas e pouco mais tarde consistia em um complexo de defesa com paliçadas e hornaveques. Defendia a barra de Itamaracá, que dava acesso ao antigo porto de Pernambuco e às vilas de Igarassu (Pernambuco) e da Conceição - depois Vila Schkoppe (Itamaracá).



A Fortaleza de Santa Cruz, mais conhecida como Forte Orange, guardava o acesso à barra dos Marcos, a entrada para o 'Porto de Pernambuco' e à Vila Conceição, sede da Capitania de Itamaracá. A 'boca da barra', próxima ao forte, é uma área de muitos ventos que se alteram segundo a época do ano. Apesar da grande quantidade de detritos trazidos pelos rios que deságuam entre a ilha de Itamaracá e o continente, conserva-se um canal com profundidade suficiente para navegar embarcação



de até 9 metros. Sobretudo na barra, faz-se necessário conhecer o canal. Os bancos de areia que ali se formam, modificam-se, mudam de lugar ao sabor das correntezas, dos ventos dominantes, do volume de água e quantidade de detritos dos rios. Tais variações não atingem apenas os navegadores; também o forte é submetido aos caprichos dos ventos e das águas. Implantado à beira mar, por vezes as areias ameaçam galgar as muralhas do forte, e apesar da altura, invadem seus terraplenos



Referências/identificação

Referências documentais, textuais, e arqueológicas. Localização conhecida.

Capitania

Itamaracá.

Estado

Pernambuco.

Município

Itamaracá.

Localização

Ilha de Itamaracá.

Localidade

Ponta sudeste da Ilha de Itamaracá.

Latitude

007° 48' 38,6" Sul.

Longitude

034° 50' 22,0" Oeste.



O frontão acima da porta de acesso, guarda consigo o símbolo da Metrópole, em um trabalho de cantaria executado em calcário. Praticamente todo o forte foi construído em pedra calcária, sobretudo suas muralhas, com cunhais bem definidos pelo trabalho do cantel. As paredes do trânsito que dá acesso ao interior do forte, expõem de ambos os lados, uma seqüência de seteiras através das quais, a guarda do forte poderia, protegida, disparar contra inimigos que tivessem rompido o fogo da artilharia e derrubado



Também o mar deixa suas marcas nas paredes de pedra; por vezes cavando perigosamente as bases, por vezes depositando grandes volumes de areia a seus pés. Mesmo sua entrada, voltada em direção oposta ao mar, se vê muitas vezes entulhada pela areia trazida pelos ventos



a pesada porta de madeira da entrada do forte. Outras defesas esperavam pelo inimigo; uma segunda porta (esta de guilhotina), no meio do trânsito era um segundo obstáculo a ser vencido em meio ao fogo cruzado da guarda. Um terceira porta, no limite da praça de armas era o último obstáculo físico a ser vencido por quem se determinasse a invadir o forte. Obstáculos que teriam que ser vencidos a curta distância, pois, a forma sinuosa do trânsito deste forte não permite que o fogo da artilharia disparado do exterior do

forte, atingisse diretamente as duas portas internas. Os canhões inimigos poderiam à distância derrubar a porta principal, mas não atingiriam as portas internas. Atingiriam por certo as paredes curvas, mas não chegariam à praça de armas, ao pátio interno. É provável que das paredes do trânsito se desprendessem lascas de pedra, que, devido ao impacto sofrido, fossem transformadas em múltiplos projéteis. Mas os soldados defensores estariam a salvo, por traz das grossas paredes laterais



Quanto ao tombamento

Tombado federal.

Processo

101-T-38. Livro Histórico Vol. 1 Folha 08 Inscrição 41 e Livro de Belas Artes Vol. 1 Folha 16 Inscrição 86 24/05/1938.

Ocupação atual do sítio

Aberto à visitação pública. O forte se encontra sob a administração da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE – FADE -, sob 'Permissão de Uso' concedida pelo IPHAN / Minc.

Condições para visitação

Em área pública; sujeito a horário e pagamento de taxa de visitação. Horário de visitação: de Terça-feira a Domingo, no horário das 08:00 às 17:00h., inclusive feriados; Nos meses de janeiro, fevereiro, junho e julho, a visitação ao Forte Orange funciona diariamente.

Restrições à visitação

Está sujeito a horário e pagamento de taxa de visitação.

Estado de Conservação

Estado parcial (<75% >25%).

Natureza dos remanescentes

Estruturas arquitetônicas em pedra e cal, artefatos relacionados à tralha cotidiana do forte, identificados arqueologicamente.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento histórico, iconográfico; plotagem; escavação arqueológica parcial; parcialmente restaurado, documentação fotográfica.

Em fins de 1632, Bagnuolo tentou tomar o forte, mas sua missão não fora cercada de segredo. Conhecendo as intenções dos luso-brasileiros, os holandeses bem preparados, resistiram ao ataque, vencendo por fim às tropas de Bagnuolo que retirou-se sem sequer levar consigo a artilharia. Deixava ao inimigo as 4 peças de bronze que retirara do Forte Real do Bom Jesus (velho).

Em 1654, quando pouco restava sob domínio holandeses, o forte foi abandonado pelas tropas holandesas e em seguida ocupado pelos luso-brasileiros, sob o comando de Francisco Figueira.

De seu armamento constavam 25 peças de diferentes calibres, variando de 12 a 20 polegadas.

Reconstruído em 1696, sua guarnição se compunha de 1 Sargento-mor (major); 1 capitão; 1 Tenente; 1 sargento; 1 Condestável (Chefe dos artilheiros) e duas companhias dos Terços de Recife, com artilheiros especializados.



Por sobre o trânsito, o corpo da guarda e demais dependências encostadas à contra-muralha da cortina da entrada, corria um piso em madeira, o assoalho de um sobrado, que seria, provavelmente, as acomodações do comandante e de seu alto escalão. Para vencer o amplo vão do corpo da guarda e cadeia, usaram arcos romanos para sustentação do piso superior, sem perder o espaço necessário à mobilidade dos soldados, que precisavam se revezar nos disparos, para recarregar suas armas



Fatores de destruição

Agentes naturais.

Nível de risco de destruição

Os principais fatores de risco são os agentes naturais. A ação de impacto das ondas põe em risco dois baluartes e uma cortina do forte.

A deposição eólica de areia, tanto na parte externa quanto na interna, põe em risco a estabilidade das muralhas. Na década de 70, o peso da areia acumulada muito contribuiu para o desabamento de parte da muralha, hoje restaurada.

Condições/recomendações p/ escavação

Plenas condições para escavação, sobretudo na praça de armas, terra-plenos e no exterior do forte. Recomenda-se não executar obras antes da realização de escavações arqueológicas, haja vista o interesse histórico/científico do forte. Mesmo construções externas deveriam ser precedidas de escavação arqueológica, em virtude da documentação textual fazer referência a obras externas de defesa, hoje desaparecidas (podem estar soterradas).



Medidas sugeridas

Obras de defesa contra a ação das ondas seria recomendável. Outro ponto é a retirada sistemática da areia que, trazida pelos ventos, se acumula sobre as estruturas do forte.

Data da última avaliação

22/03/97.

Fotografado em 22-Mar-97.

Data mais recuada

1631.

O combate na área do trânsito representava o extremo da defesa, quando o inimigo já tivesse logrado desembarcar; quando já estivessem a um passo para a luta corpo a corpo. O objetivo principal do forte era a defesa a longa distância, era impedir o desembarque das forças do inimigo, que se esperava viesse por mar. Sobretudo no caso deste forte, situado em uma ilha bem próxima ao continente que contava com defesa nas duas barras de acesso. Sua defesa estava baseada sobretudo em sua artilharia pesada, nos canhões que se distribuíam sobre a esplanada, montados e a postos em suas plataformas. Dali podia-se descortinar a imensidão do mar, avistar qualquer aproximação, exigir a identificação dos que se dirigiam para a costa. Por suas bandeiras podiam conhecer suas intenções e precaverem-se

Reformado em 1777, este forte foi ocupado em 1817, durante a Revolução Pernambucana, pelo Padre Tenório.

Ao que parece a construção deste forte não chegou a ser concluída aos moldes previstos em planta.

Em 1971, o forte foi parcialmente escavado pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE, quando foram identificados a cozinha, a capela, os alojamentos e os paióis. Foram resgatados objetos de uso pessoal dos holandeses, munições e canhões de vários calibres. Em um deles havia a seguinte inscrição: "Anno, Domini 1622 Joanes, Sithof me. Fecit Bruxeles". Em 1973 foi parcialmente restaurado pela SPHAN.





Nestas ocasiões, a rotina relativamente calma do forte transformava-se. Pelas rampas de acesso ao terrapleno que permitiam a comunicação entre a praça de armas e a área onde se assentava a artilharia fazia-se uma intensa movimentação, abastecendo-se cada bateria com os apetrechos necessários. Os pesados projéteis até poderiam ser mantidos ao relento, mas a pólvora, as buchas, as mechas, eram guardadas no paiol, no depósito de palamentas e só em casos de alarme deveriam ser levadas para junto da artilharia

Para a defesa, buscava-se ainda a ajuda dos céus. A capela, dominando a visão de quem assomasse na porta do forte, demonstrava a todos a fé que professavam. O alojamento ao lado da capela, dava início a uma sucessão de dependências que praticamente contornavam a praça de armas. No centro da praça de armas uma cacimba garantia o abastecimento de água para os 'gastos'. Mas para beber não era boa água, era salobra. Para a praça de armas convergiam as águas das chuvas, que caíam nos telhados; uma água que poderia ser captada e estocada em cisternas, como se vê em muitos fortes;





Diferentemente das demais paredes voltadas para a praça de armas, a parede que limita o trânsito e corpo da guarda, abaixo de uma estrutura para sobrado, não é a prumo. Na realidade é a própria contra-muralha, no interior da qual construíram-se aqueles cômodos

Também nos alojamentos, as paredes eram de pedra e cal. Mas aí já se pode perceber uma maior heterogeneidade do material. Calcário, arenitos cortados no mar, nos arrecifes muitas vezes, e mesmo concreções areníticas extraídas nas barreiras, e até mesmo fragmentos de corais, conhecidos como 'cabeça de carneiro'. Aí, o trabalho de levantamento das paredes exigiu pouca preparação do material a ser utilizado. Exceto nos cunhais em cantaria, nas paredes internas as pedras eram assentadas com maior liberdade, deixando muitas vezes brechas entre elas. Essas brechas eram preenchidas com uma 'farofa' de lascas de pedra, fragmentos de tijolos e de telhas, fragmentos de coral, tudo isto em meio à argamassa de cal. Mas tudo seria coberto pelo reboco, que deixava à mostra apenas os portais e molduras além dos cunhais, tudo em cantaria





É de cantaria ainda a base que suporta em balanço as guaritas elevadas do solo, fechando os bastiões e que permanecem como se continuassem o trabalho das antigas sentinelas, a perscrutar o horizonte

Fortim de Catuama



O litoral norte do atual Estado de Pernambuco é mencionado por diferentes documentos do século XVI, antes mesmo da divisão do território em Capitânicas. Condições favoráveis à aportagem, reconhecidas desde o início do século XVI, fizeram com que a área nas proximidades da Ilha de Itamaracá fosse registrada na cartografia portuguesa desde cedo. Já em 1519, o planisfério feito em Sevilha e atribuído a Jorge Reinel, e um dos mapas do 'Atlas de Lopo Homem de Pedro e Jorge Reinel', cerca de 1519-22, fazem referência ao Rio de Pernambuco, ou Jusará, com seu porto.

O 'porto de Pernambuco' é assinalado na porção continental, em frente da barra sul do canal que separa do continente a Ilha de "Ascensão" (Itamaracá). Próximo a este porto, em 1516, o Rei de Portugal mandara Cristóvão Jaques erguer "uma casa de minha feitoria" para o "trato do pau-brasil", onde mais tarde (1532) Pero Lopes de Souza erguera o Reduto dos Marcos, para a defesa da feitoria régia.

O Fortim de Catuama foi construído em um ponto elevado, próximo à barra. Um local bem ao gosto português, para se instalar um ponto de defesa. Daí podia-se descortinar muito longe qualquer embarcação que se aproximasse, vinda do Norte ou do Sul. Não era uma barra de fácil aproximação, era necessário conhecer bem o canal, ou mandar barcos menores fazer o reconhecimento

Nome histórico

Fortim de Catuama.

Designação popular

Fortim de Catuama.

Outras designações históricas:

Fortim da Barra de Catuama.

Número de registro do sítio UFPE/LA

PE 0242-Ln.

Referências/identificação

Referência documental; localização por prospecção.

Capitania

Itamaracá.

Estado

Pernambuco.

Município de

Itamaracá.

Localização

Sobre um outeiro, próximo à barra norte do Canal de Santa Cruz, na Ilha de Itamaracá.

Localidade

Praia do Fortim, no pontal norte da Ilha de Itamaracá.

Latitude

007° 41' 47,6" Sul.

Longitude

034° 50' 16,2" Oeste.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.



Pouco resta de suas muralhas. Sua forma ainda podia ser reconhecida nos meados do século XIX, mas hoje, resta apenas um pequeno amontoado de pedras.

O acesso ao porto se fazia tanto através da barra sul – a Barra dos Marcos -, quanto através da barra norte – a Barra de Catuama. Estas mesmas barras davam acesso ao Rio Igarassu, através do qual chegavam as embarcações à Vila de Igarassu. Era ainda através do Canal de Santa Cruz que se desembarcava para a Vila Conceição, sede da capitania de Itamaracá, mais tarde cogitada para sede do governo holandês no Brasil. Durante os primeiros séculos, à medida que prosperava a Capitania de Pernambuco, aquela região contribuía com grande parte da pedra e da cal que iriam ser

utilizadas nas construções de Olinda. Tudo transportado pelas embarcações que trafegavam através do canal. Defendendo a barra sul, instalara-se o Reduto dos Marcos, enquanto que na barra norte se instalou, mais tarde, o Fortim de Catuama.

No diário de visita a Itamaracá do Imperador Dom Pedro II (1859) encontra-se o seguinte relato: “ao meio dia menos 7 minutos estava defronte da Barra de Catuama com

a Ponta do Seleiro à esquerda, à direita um fortim em ruínas e por detrás o pequeno Rio Taperioca, (talvez ita-pê-joc _ caminho de pedra de picar ou caminho de pedra ou pedras pontiagudas). Há currais que concorrem para entulhar cada vez mais o canal. Por detrás do fortim entra a gamboa do Carapari.”. Referia-se, o Imperador, ao Fortim de Catuama, que fora o guardião do norte da Ilha de Itamaracá.



Comentários

As prospecções arqueológicas realizadas pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE na ponta norte da Ilha de Itamaracá, permitiram a localização de ruínas de uma estrutura de fortificação, que provavelmente correspondem aos vestígios remanescentes do antigo Fortim de Catuama. Os vestígios são de difícil identificação. Reconhece-se pelas descrições do local, e na memória de alguns populares que afirmam ter conhecido restos das paredes nas primeiras décadas do século XX. Em 1859, já se encontrava em ruínas.

As pedras que restaram no local, que não foram levadas para outra serventia, já não mostram claramente os contornos do fortim. Em breve sua área será reocupada por outra construção e os vestígios que restam daquela defesa da barra de Catuama terão desaparecido.

Ocupação atual do sítio

Os vestígios do sítio estão em propriedade particular, lote não construído.

Condições para visitação

Em área particular, de acesso restrito.

Restrições à visitação

Área de condomínio.

Estado de conservação

O sítio se encontra em estado vestigial (<25%).

Natureza dos remanescentes

Remanescentes de estruturas arquitetônicas.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento histórico; reconhecimento e plotagem; documentação fotográfica.

Fatores de destruição

Não é reconhecido como área de interesse. Área para construção.

Nível de risco de destruição

Inserido em uma área já loteada, é provável que em breve a área seja construída.

Condições/recomendações para escavação

Restam poucos vestígios aparentes na superfície. Uma escavação prospectiva poderia definir o local exato da fortificação.

Medidas sugeridas

Marco indicativo.

Data da última avaliação

06/03/98.

Fotografado em 10-Dez-97.**Data mais recuada**

Provavelmente século XVII.



Entre as construções que já começam a fechar a visão da barra, do local onde existiu o fortim ainda se pode observar as praias ao norte, até próximo à barra do Rio Goiana

Nome histórico

Reduto de Tejucupapo.

Designação popular

Reduto de Tejucupapo.

Outras designações históricas:

Trincheiras.

Número de registro do sítio UFPE/LA

PE 0066-Gm.

Referências/identificação

Referências textuais; documentação arqueológica. Localização estimada através da análise documental realizada pelo Instituto Arqueológico, que após marco indicativo no local. O perímetro do reduto e seu fosso, foram identificados através de escavações arqueológicas.

Capitania

Itamaracá.

Estado

Pernambuco.

Município

Goiana.

Localização

Distrito de Tejucupapo.

Localidade

Terras da Propriedade Megaó de Cima.

Latitude

007° 35' 44,2" Sul.

Longitude

034° 53' 30,0" Oeste.

Reduto de Tejucupapo

Reduto que em 1646 resistiu a um ataque holandês, encetado por uma tropa de 600 homens que tentava tomar víveres da população. O local é referido como tendo sido em grande parte defendido por mulheres, pois a maior parte dos homens teria saído a fazer emboscadas à tropa holandesa que se aproximava. Buscavam, então os holandeses, não o ouro, mas a 'maior riqueza' de que dispunha a população: víveres, sobretudo a farinha de mandioca.

A fome assolava a população do Recife e de Maurícia, onde estavam praticamente confinados os holandeses. Soldados, oficiais, comerciantes, artesãos, colonos de um modo geral, todos padeciam pela escassez de alimentos. Habitua-dos aos produtos vindos da Holanda, ressentiam-se ainda mais com as dificuldades de acesso aos produtos da terra. A farinha de mandioca, que desde os tempos de Nassau escasseava, agora era um produto pelo qual valia a pena arriscar-se em combates. Já não podiam exigir aos luso-

brasileiros o plantio dos pés de mandioca por cabeça de escravo, ou impor as fintas, o confisco da farinha. Em abril de 1646, já começara a apertar-se o cerco de Recife. A questão da fome se agrava com o retardo no envio de víveres da Holanda. Apelaram, então, para buscar alimentos em outras áreas, mais afastadas do Recife. Iriam por mar, pois os caminhos por terra já não ofereciam segurança, mesmo às tropas armadas. Buscam no norte, nas proximidades de Goiana, em Tejucupapo, uma área tradicional de plantio da mandioca. Os holandeses foram frustrados no seu intento, tolhidos pela ação da população local. Todos combatem; em emboscadas e na defesa de um pequeno-reduto, onde se abrigou a população não 'capaz de pegar em armas'. Mulheres, crianças ainda muito jovens e os velhos. Mas de uma forma ou de outra, todos se mostraram capazes, e se armaram como foi possível; combateram e fizeram com que o inimigo recuasse, voltando a embarcar para Recife, sem atingir seus objetivos de abastecerem-se de mandioca.

Ocupação atual do sítio

Os vestígios do sítio estão em propriedade particular. É feito controle da vegetação. Permitida a visitação pública

Condições para visitação

Em área particular, de acesso restrito

Restrições à visitação

Horário de visitação: das 8 às 16 horas

Estado de conservação

O sítio se encontra em estado vestigial (< 25%).

Natureza dos remanescentes

Estruturas em terra das obras de defesa: fosso resgatado através de escavações arqueológicas.

Tipo de trabalho realizado

Escavação arqueológica parcial, permitindo a recuperação do perímetro do fosso e a identificação da localização da paliçada que o cercava. Reconstituição da paliçada de pau a pique; documentação fotográfica.

Fatores de destruição

Agentes naturais e antrópicos.

Nível de risco de destruição

O trânsito indiscriminado de pedestres vem alterando significativamente a forma do reduto, em alguns trechos. O abandono a que foi submetido, a falta de conservação permitiu que a paliçada de pau a pique reconstituída após sua identificação através da pesquisa arqueológica, fosse destruída por agentes naturais e antrópicos.

**Condições/recomendações p/ escavação**

O fosso que se encontrava completamente soterrado e não reconhecido, foi escavado em 1971 pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE. Restaurado o fosso, a paliçada foi reconstituída pela Prefeitura. Hoje destruída.

Medidas sugeridas

Controle da vegetação e do trânsito de pedestres em áreas inadequadas. Inclusão em roteiros para visitação. Reconstituição da paliçada de pau a pique.

Data da última avaliação

julho 1998.

Fotografado em dezembro de 1971 / julho de 1998.

Data mais recuada

1646.



Pouco se sabia acerca do Reduto de Tejucupapo; sua forma, dimensões, material de construção, não eram conhecidos. Apenas sua localização aproximada, com base nos textos e na tradição popular, que guardara o nome do local. A pesquisa arqueológica realizada pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE, em 1971, que contou com o apoio da Prefeitura local, permitiu localizar-se o antigo reduto. A escavação trouxe à luz as marcas que o tempo tratara de encobrir. O velho fosso que circundava o reduto pode ser reaberto, e as marcas da estacada, possibilitaram a reconstituição da paliçada que o defendia





Mas hoje, como acontecia durante a guerra contra os holandeses, as estruturas de terra e de madeira não resistiram por muito tempo. O sol e as chuvas, os agentes biológicos, agindo sobre as estruturas em pouco tempo as deterioraram. Sem o cuidado de reposição das peças danificadas, em breve a paliçada ruiu, e a vegetação invadiu o fosso e a praça de armas. As areias trazidas nas enxurradas, gradativamente assoreiam o fosso. O obelisco aposto pelo IAHGP, resiste ao tempo, acolhendo as novas placas que homenageiam os que ali lutaram, na defesa de suas terras.



Comentários

No local há um obelisco implantado pelo Instituto Arqueológico, no qual foram assentadas 3 placas comemorativas:

1 - "AQUI, EM 1646 AS MULHERES DE TEJUCUPAPO CONQUISTARAM O TRATAMENTO DE HEROINAS, POR TEREM COM AS ARMAS, AO LADO DOS MARIDOS, FILHOS E IRMÃOS, REPELIDO 600 HOLANDESES QUE RECUARAM DERROTADOS. MEMÓRIA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO EM 1931."

2 - "A Polícia Militar homenageia os trezentos e cinqüenta anos do feito memorável das Heroínas do Tejucupapo, patenteando a bravura DO POVO PERNAMBUCANO. 24 de abril de 1996".

3 - "Os poderes Executivo e Legislativo de Goiana celebram solenemente os 350 anos da batalha do Monte das Trincheiras, conhecida pela epopéia das 'Heroínas de Tejucupapo', realizada no dia 24 de abril de 1646. Goiana, abril de 1996. José Roberto Tavares Gadelha - Prefeito João José Monteiro de Souza - Vice-Prefeito Vereador Paulo Geraldo dos Santos Veigas - Presidente".



Forte do Rio Formoso

Nome histórico

Forte do Rio Formoso.

Designação popular

Forte do Rio Formoso.

Referências/identificação

Referência textual; obras de defesa não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Rio Formoso.

Localização

Entre os povoados da Barra do Rio Formoso e da Pedra.

Localidade

Estava situado na margem direita do Rio Formoso, a pouco mais de 1 km da sua foz.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Estado de conservação

Destruído.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento histórico, prospecção arqueológica.

Fatores de destruição (provável)

Agentes naturais e antrópicos.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica. Ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII.

Em 7 de fevereiro de 1633 durante a expansão do domínio holandês em direção ao Rio São Francisco, tropas holandesas (600 homens) comandadas pelo então major Von Schkoppe, atacaram o Forte do Rio Formoso. Armado com apenas duas peças de canhão e com uma guarnição de 20 homens, os combatentes não aceitaram a intimação para rendição. O forte resistiu a três pesadas acometidas do inimigo. No quarto assalto, os holandeses puderam enfim entrar no forte, onde encontraram toda a guarnição morta, e apenas um combatente, seu comandante, Pedro de Albuquerque, gravemente ferido. As perdas dos invasores atingiram 80 baixas.

Sirinhaém

Frans Post 1645
Vila Formosa de Sirinhaém, Pernambuco (Vila
fortificada).

Inserto na obra História dos Feitos
Recentemente Praticados Durante Oito Anos no
Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade
do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das
gravuras que ilustram 1ª edição de 1647



Nome histórico

Vila Formosa de Sirinhaém.

Designação popular

Sirinhaém.

Outras designações históricas:

Vila Formosa de Sirinhaém; obras de defesa da Vila (vila fortificada (?) Forte(?)).

Referências / identificação

Referências textuais e iconográficas, obras de defesa não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

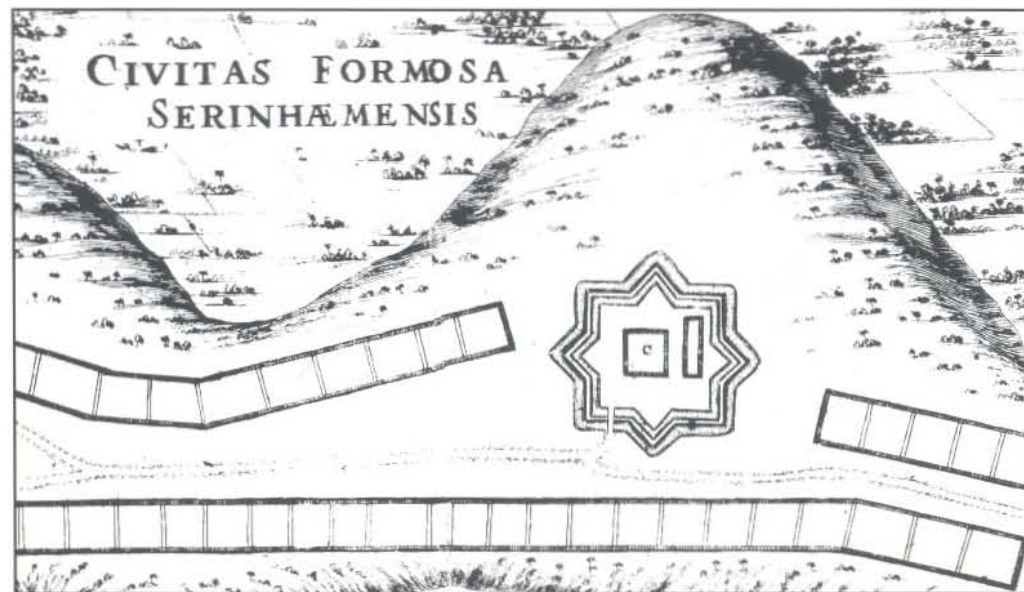
Município

Sirinhaém.

Vencidos os índios que dominavam a região do Cabo de Santo Agostinho, rapidamente as terras do sul de Pernambuco começaram a ser povoadas por portugueses. Ocuparam não apenas a faixa litorânea, mas espalharam-se pelas terras do interior mais próximo. Instalaram-se engenhos, e várias povoações se formaram. Ocupavam preferencialmente as margens dos rios que permitiam a navegação, e, em geral, os povoados se assentavam próximo a portos naturais. Sirinhaém fora um desses povoados. Estava situado à margem do Rio Sirinhaém, cerca de duas milhas do litoral e dispunha de um porto. Já em 1627, contava com cerca de 500 habitantes, quando foi elevada à categoria de vila: Vila Formosa de Sirinhaém. Naquelas terras, moíam cerca de 12 a 13 engenhos, que apresentavam uma significativa produção para a época. Era dos melhores açúcares de Pernambuco. Apesar da pouca profundidade do Rio Sirinhaém na sua foz, todo o açúcar produzido na área era transportado pelo rio, em barcaças que chegavam a levar entre 100 e 110 caixas de açúcar.

Quando da invasão holandesa a Pernambuco, de início não se contou com os moradores de Sirinhaém, nem das povoações das áreas vizinhas, do sul da Capitania. Só de maneira esporádica se pode contar com os moradores do Cabo, de Ipojuca, de Sirinhaém e de Porto Calvo. Sua participação se tornou mais efetiva quando os holandeses já se aventuravam além do Recife e do norte da capitania.

Em novembro de 1632, em uma primeira investida, os holandeses desembarcaram próximo ao Rio Sirinhaém, cerca de 500 soldados e 100 marinheiros, que chegaram em 12 navios e algumas barcaças. Marcharam sobre o engenho de Romão Perez, cerca de uma milha da vila, saquearam e queimaram o engenho, sem que houvesse reação dos moradores surpreendidos. A muito custo, o Capitão Mateus Gomes de Lemos e Albuquerque conseguiu reunir cerca de 60 homens, que foram dar combate aos holandeses, que já se retiravam. Foi o início das investidas contra os engenhos do sul da Capitania, e de uma mais efetiva participação da gente do Cabo e de Sirinhaém, na guerra.



Detalhe do Forte de Vila Formosa de Sirinhaém, no mapa de Vila Formosa de Sirinhaém, Pernambuco
Autor desconhecido

Inserto na obra História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647

Localização

Cidade de Sirinhaém.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento histórico, prospecção arqueológica.

Fatores de destruição (provável)

Agentes naturais.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII.

Em 1635, as forças da Resistência já se encontravam bastante debilitadas. Com a anulação do cerco que procuraram impor aos holandeses, confinando-os ao Recife, haviam perdido sucessivamente seus postos de defesa, restando praticamente o Forte Real (Velho) do Bom Jesus e Forte de Nazaré. As capitanias ao norte de Pernambuco haviam sido conquistadas, impunha-se aos holandeses concluir a conquista de Pernambuco, exterminando seus dois últimos redutos de guerra. A partir daí poderiam dirigir seus esforços de conquista contra a Bahia. A deliberação do Conselho, com base na opinião de Schkoppe, conduziu a um ataque simultâneo e independente ao Arraial (Velho) do Bom Jesus e à Nazaré.

Na Vila de Sirinhaém, reuniu-se o Conselho dos principais oficiais pernambucanos, na tentativa de fazer face à investida holandesa. O contingente luso-brasileiro em Pernambuco, contava então com cerca de 1350 homens, divididos em três frentes: cerca de 450 acudindo no Arraial (Velho) do Bom Jesus, 600 no Forte de Nazaré, e 300 em Sirinhaém. Mas, não sem muita luta, os últimos redutos brasileiros se renderam, e os holandeses puderam, então, domi-

nar a Capitania de Pernambuco. Restava, entretanto uma pequena parte das tropas brasileiras em Sirinhaém.

Logo após sua chegada a Pernambuco em 1637, Nassau preparou o ataque a Sirinhaém. Exceto a sua guarda pessoal e as companhias comandadas por Carlos de Nassau e pelo Capitão Haus, todas as tropas foram por terra. Por mar seguiram, em 33 navios de carga, o aparato bélico e as provisões. Por fim, Sirinhaém foi dominada.

De acordo com o Relatório do Conselho Político Willem Schott (Haia, 1639) a Capitania de Pernambuco foi dividida em quatro jurisdições ou Distritos: Olinda (a mais importante), Igarassu, Vila Formosa de Sirinhaém, e a quarta que tinha início em Sirinhaém e daí até o Rio São Francisco.

Em 1645, a defesa de Sirinhaém, sob a dominação holandesa esteve entregue a Samuel Lamberg e C. Moucheron. Mas, atacada e cercada pelas forças comandadas pelo Capitão Paulo da Cunha Souto Maior, assistido por Vidal de Negreiros, Vila Formosa de Sirinhaém capitula. Era mais uma vitória da Campanha da Restauração, que retomava Pernambuco.

Nome histórico

Vila de Nazaré.

Designação popular

Povoação de Nazaré.

Outras designações históricas:

Nazaretta (Vila de Nazaré fortificada?).

Povoação de Nazaré.

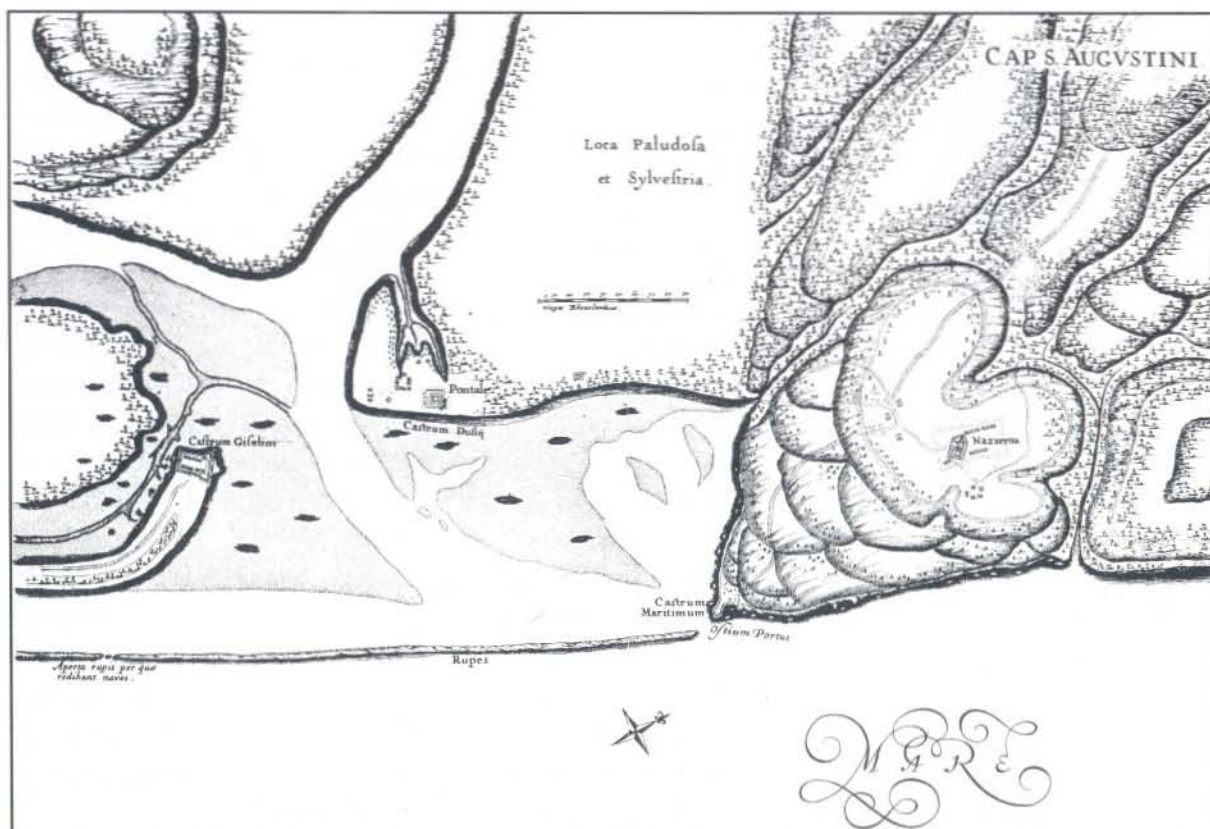
Vila de Nazaré.

Referências/identificação

Referência documental.

Vila de Nazaré

As terras do sul de Pernambuco não foram facilmente ocupadas quando do início da instalação da Capitania. Mas eram terras de há muito conhecidas. Conhecidas dos cartógrafos, conhecidas dos navegadores. Desde cedo serviram de referencial aos que atravessando o Atlântico, chegavam às terras de Santa Cruz. O que servia de baliza aos navegadores, era um 'famoso cabo', cujas características eram descritas com minudências. Nas cartas de navegação e nos textos, haviam detalhes de como reconhecê-lo, tanto pela posição astronômica quanto pelos sinais da terra, e ainda pelos sinais do fundo do mar. Apesar de não apresentar altitudes muito elevadas, as terras do Cabo de Santo Agostinho, como era conhecido, destacavam-se em uma paisagem de terras muito baixas. Outros fatores contribuíam para a importância que se atribuía ao cabo: o porto abrigado, a aguada, a qualidade do pau-brasil que ali se



Autor desconhecido.

Mapa do Cabo de Santo Agostinho e do estuário de Suape, Pernambuco, com suas fortificações.

Inserto na obra História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647.



Autor desconhecido

Nazaretta – Detalhe da Vila de Nazaré no mapa do Cabo de Santo Agostinho e do estuário de Suape, Pernambuco, com suas fortificações.

Inserto na obra História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647

podia obter. Mas não foram os portugueses os primeiros a desfrutar destas vantagens. Ao contrário; ali os portugueses eram 'usurpados de seus direitos' sobre a terra. Eram sobretudo os franceses que, através de um contato amistoso com os nativos do local, desfrutavam dos produtos da terra. Muito custou aos portugueses inverter este quadro. Se foi difícil para os portugueses, muito mais custou aos nativos da região. Inicialmente foi o esforço para afastar os corsários, em seguida o esforço para combater os índios e ocupar da terra. As tentativas portuguesas de estabelecer engenhos no sul da Capitania, terras que previam ser muito produtivas para a cana-de-açúcar, resultavam infrutíferas em face às reações dos índios que se abrigavam em suas matas. É sobretudo a partir de 1569 que se desencadeiam as ações de conquista portuguesa das terras do cabo. Mesmo a ação comandada por Jerônimo de Albuquerque falhara; os índios vitoriosos continuaram a atacar os assentamentos de portugueses, matando, incendiando, destruindo a tudo e a todos. Uma grande campanha contra os nativos do Cabo foi programada pelo governador da Capitania, utilizando-se de tropas de portugueses, e valendo-se sobretudo de uma outra tropa, bem mais numerosa, de nativos. Utilizavam-se os portugueses de antigas rivalidades tribais; levavam consigo índios, inimigos renhidos das tribos do Cabo.

Capitania
Pernambuco.

Estado
Pernambuco.

Município
Cabo de Santo Agostinho.

Localização (aproximada)
A meia encosta, sobre as elevações do Cabo de Santo Agostinho.

Localidade
Obras de defesa ainda não identificadas.

Quanto ao tombamento
Não é tombado.

Estado de conservação
Destruídas as obras de defesa. Até o momento não foram identificados à superfície remanescentes das obras de defesa da povoação.

Tipo de trabalho realizado
Levantamento textual e iconográfico; prospecção arqueológica.

Fatores de destruição (das obras de defesa) (provável)
Agentes naturais.

Medidas sugeridas
Prospecção arqueológica sistemática, específica.

Data mais recuada
Primeira metade do século XVII.

Só a partir de 1571 se pode ocupar com mais tranquilidade as terras férteis do Cabo. Os colonos que ali receberam terras em sesmaria, ao iniciar a implantação de seus engenhos, puderam usufruir dos partidos de campos cultivados, que os nativos, quase dizimados, deixaram para trás em sua fuga.

Já no início do século XVII, Nazaré do Cabo, era uma das mais prósperas povoações do sul de Pernambuco. Assentada próximo ao mar, sobre uma elevação, sua posição lhe permitia descortinar uma ampla visão do litoral. A pouca distância, a ponta do Cabo de Santo Agostinho assinalava a entrada do porto, bem protegido da força do mar. Praticamente a única entrada para o porto, visto que a pequena brecha nos arrecifes, mais ao sul, era considerada impraticável para as embarcações, ou no mínimo, muito arriscada. A iconografia holandesa registra Nazaré (Nazaretta) cercada por obras de defesa, e ligada por caminhos às fortificações em torno do porto.

Toda a área da barra de Nazaré (ou de Suape) foi palco de muitas lutas sobretudo durante a dominação holandesa do Nordeste e ainda mais tarde, durante a Revolução Praieira. Um número significativo (considerando-se a extensão da área) de entrincheiramentos, redutos, fortins e fortes se sucedem à medida que a área era disputada entre as forças da terra e as holandesas. Também a sucessão de nomes que remetem ao local, é outro fator que dificulta a identificação de cada uma das estruturas ali montadas.

Comentários

VARNHAGEN, em seu livro *História Geral do Brasil Vol. I, Tomo 2*, apresenta uma 'Planta do porto do Cabo de Santo Agostinho, gravada segundo desenho da época. 1636'. Nesta iconografia está registrado 'Torre onde estava antes o Forte de Nazaret'. Neste trecho, a planta apresenta uma vista de perfil das terras altas do Cabo. Pela localização da 'Torre', bem poderia ser a área da própria Vila de Nazaré, o que poderia sugerir que o primitivo Forte de Nazaret, corresponderia a uma fortificação de pelo menos parte da Vila. Na área foram localizadas ruínas de diferentes obras de defesa, entretanto a identificação de cada uma delas está sendo feita na medida em que se analisa o conjunto.



Forte de Nazaré

Nome histórico

Forte de Nazaré.

Designação popular

Não é do conhecimento popular.

Outras designações históricas:

Forte de Nazaré.

Forte de Nossa Senhora de Nazaré.

Forte Velho (?).

Referências/identificação

Referência documental, e iconográfica

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Cabo de Santo Agostinho.

Localização(aproximada)

Cabo de Santo Agostinho, próximo à entrada da Barra.

Localidade

Obras de defesa ainda não identificadas.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Estado de conservação

Destruído. Possivelmente restam ruínas deste forte, que ainda não puderam ser identificadas, no conjunto dos vestígios das obras de defesa localizadas na área do Cabo de Santo Agostinho.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento textual e iconográfico; prospecções arqueológicas.

Fatores de destruição (provável)

Agentes naturais, ou reocupação da área por outra obra de defesa.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII, anterior a 1631.

Desde que Pernambuco fora invadido pelos holandeses (1630), e o porto do Recife dominado, praticamente todas as atividades portuárias luso-brasileiras na Capitania foram transferidas para o porto de Nazaré. Apesar do domínio holandês nos mares, alguns navios conseguiam escapar ao bloqueio e acessar o porto de Nazaré, comerciando ali suas mercadorias com os luso-brasileiros. Em virtude da guerra, seus lucros eram enormes, face a grande demanda de produtos europeus. Por outro lado, compravam os produtos da terra por preços muito baixos. Guarnecendo o porto havia apenas um pequeno forte armado com quatro peças, que era flanqueado por dois redutos, construídos por ordem do Governador Matias de Albuquerque. Em março de 1632, tropas holandesas desembarcadas ao norte do Cabo de Santo Agostinho, na enseada de Calheta, atacam o forte visando a tomada do porto. Foram derrotados, e retornaram a Recife.

Esta vitória das tropas da terra, sob o comando do Capitão Bento Maciel, foi atribuída a um milagre de Nossa Senhora de Nazaré. Este forte que atuara na defesa do Porto de Nazaré, bem poderia ter sido referido como 'Forte de Nazaré', denominação que poderia ter sido também adotada para o forte construído por Bagnuolo, e que ostentava em sua capela a imagem da santa.

A importância do porto requeria maiores cuidados, e desta forma foi determinada a construção de um novo forte para guarnecer a área, aquele que ficaria também conhecido como Forte de Nazaré. Posteriormente outros redutos foram sendo construídos naquela faixa, ao longo do litoral.

Comentários

VARNHAGEN, em seu livro *História Geral do Brasil Vol. I, Tomo 2*, apresenta uma 'Planta de porto do Cabo de Santo Agostinho, gravada segundo desenho da época. 1636'. Nesta iconografia está registrado 'Torre onde estava antes o Forte de Nazaré'. Neste trecho, a planta apresenta uma vista de perfil das terras altas do Cabo. Pela localização da 'Torre', bem poderia ser a área da própria Vila de Nazaré, o que poderia sugerir que o primitivo Forte de Nazaré, corresponderia a uma fortificação de pelo menos parte da Vila.

Na área foram localizadas ruínas de diferentes obras de defesa, algumas das quais foram identificadas, entretanto a nomeação de cada uma delas está sendo feita na medida em que se analisa o conjunto

Nome histórico

Forte de Nazaré.

Designação popular

Não é do conhecimento popular.

Outras designações históricas:

Forte de Nazaré

Forte de Nossa Senhora de Nazaré.

Forte Velho (?).

Referências/identificação

Referência documental, e iconográfica.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Cabo de Santo Agostinho.

Localização (aproximada – referência textual)

Nas terras baixas próximas ao pontal do Cabo de Santo Agostinho, sobre os bancos de areia que se formam na enseada protegida pelos arrecifes.

Localidade

obras de defesa ainda não identificadas.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Condições para visitaçào

Do antigo sistema de defesa do Cabo de Santo Agostinho, restam diferentes ruínas que se encontram em área aberta, pública.

Forte de Nazaré (construído após 1632)

Restrições à visitaçào

Grande parte das ruínas está inserida Zona de Preservação Cultural do Complexo Industrial Portuário de Suape, aberta à visitaçào pública.

Estado de conservaçào

Destruído. Possivelmente restam ruínas deste forte, que ainda não puderam ser identificadas, no conjunto dos vestígios das obras de defesa localizadas na área do Cabo de Santo Agostinho.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento textual; prospecções arqueológicas.

Fatores de destruiçào: (provável)

Abandono, agentes naturais.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica.

Data última avaliaçào (da área)

maio de 1998.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII.

Após a incursão holandesa de março de 1632 ao porto de Nazaré, tornou-se evidente a necessidade de melhor protegê-lo. Não apenas obras menores, redutos, baterias, mas um novo forte deveria ser erguido na área de Nazaré. Encarregou-se da elaboração do projeto e de sua execução, desde a escolha do local, o conde de Bagnuolo. Sua construção, entretanto, não atendeu às expectativas do então Donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, que fazia sérias críticas às obras, sobretudo quanto à localização e à própria construção. Possivelmente uma construção em madeira e terra. Na sua opinião, o terreno arenoso em que fora construído não lhe dava segurança, e o próprio forte, por sua localização, não defendia a barra e sequer a povoação do Pontal. Ainda segundo o donatário, a única virtude do forte seria a ermida da santa.

Em 2 de julho de 1635 o Forte de Nazaré rendeu-se aos holandeses. A queda deste forte, juntamente com a do Forte Real do Bom Jesus (Velho) cerca de quatro semanas antes, representam o fim da Resistência pernambucana à dominação holandesa. Uma dominação que se expandiu até o Maranhão ao norte e à Sergipe ao sul e que iria durar até 1654, quando foram expulsos. Durante a campanha da Restauração, toda a área do Cabo voltou às mãos dos lusobrasileiros, bem antes da retomada do Recife.

Comentários

Segundo uma descrição, coeva, o forte construído pelo conde de Bagnuolo teria sido erguido sobre a areia. Ainda na cartografia está assinalado no 'pontal' uma obra de defesa. O local registrado como Pontal (Pontale), não corresponde à extremidade do cabo, área de terras altas, rochosas. Ao contrário, corresponde às terras baixas de uma enseada, correspondendo, portanto, às condições do 'pontal' assinalado na cartografia. Acresce-se a isto, a existência de vestígios de obras de defesa na área das terras baixas, no 'pontal'. Entretanto, não se pode ainda, a nível dos trabalhos realizados, afirmar que tais vestígios correspondam ao Forte de Nazaré.

Por outro lado, VARNHAGEN, em seu livro *História Geral do Brasil Vol. I, Tomo 2*, apresenta uma 'Planta de porto do Cabo de Santo Agostinho, gravada segundo desenho da época. 1636'. Nesta iconografia está registrado 'Forte Velho'. Pela localização, este forte velho (1636) bem poderia corresponder ao Forte de Nazaré (construído após 1632).

Entretanto, ainda na mesma planta, mais ao sul, em frente à barreira, existe uma referência a um 'Forte de Madeira', em linhas pontilhadas (indicando provavelmente que não existia naquela ocasião – 1636). Este forte, por sua localização e características (um forte de madeira, sobre a areia e que não defendia nem a barra, nem o Pontal), poderia sugerir se tratar do forte construído por Bagnuolo. Entretanto, este 'forte de madeira' estaria muito distante do porto e seria de difícil acesso por tropas a pé, em virtude da intensa rede hidrográfica na área. Esta localização seria mais compatível com a informação relativa aos holandeses dominarem o porto e a povoação do Pontal, enquanto que os da terra mantinham o domínio da barra e do Forte de Nazaré.

Na área foram localizadas ruínas de diferentes obras de defesa, entretanto a identificação de cada uma delas está sendo feita na medida em que se analisa o conjunto.

Comentários com base na prospecção arqueológica

Na cartografia coeva, o local registrado como Pontal (Pontale), não corresponde à extremidade do cabo, área de terras altas, rochosas. Ao contrário, corresponde às terras baixas de uma enseada. Segundo uma descrição, também coeva, o forte construído pelo conde de Bagnuolo teria sido erguido sobre a areia, correspondendo portanto, às condições do 'pontal' assinalado na cartografia. Ainda na cartografia está assinalado no 'pontal' uma obra de defesa. Portanto, não se pode considerar que este antigo Forte do Pontal de Nazaré corresponda às ruínas existentes sobre os rochedos do cabo, que, ainda pela cartografia, corresponde ao Castelo do Mar. Acresce-se a isto, a existência de vestígios de obras de defesa na área das terras baixas, o 'pontal'. Não se pode ainda, entretanto, a nível dos trabalhos realizados, afirmar que tais vestígios correspondam ao Forte de Nazaré.

Castrum Dussen

Nome histórico

Castrum Dussen.

Designação popular

Não é do conhecimento popular.

Outras designações históricas:

Forte Van Der Dussin.
Forte Van Der Dussen

Referências/identificação

Referência documental, e iconográfica. Obras de defesa não identificadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Cabo de Santo Agostinho.

Localização (aproximada)

Nas terras baixas próximas ao pontal do Cabo de Santo Agostinho, nas imediações dos bancos de areia que se formam na enseada protegida pelos arrecifes.

Localidade

Obras de defesa ainda não identificadas.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Estado de conservação

Destruído. Provavelmente restam ruínas deste forte, que ainda não puderam ser identificadas, no conjunto dos vestígios das obras de defesa localizadas na área do Cabo de Santo Agostinho.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento textual, prospecções arqueológicas.

Fatores de destruição (provável)

Agentes naturais.

Medidas sugeridas

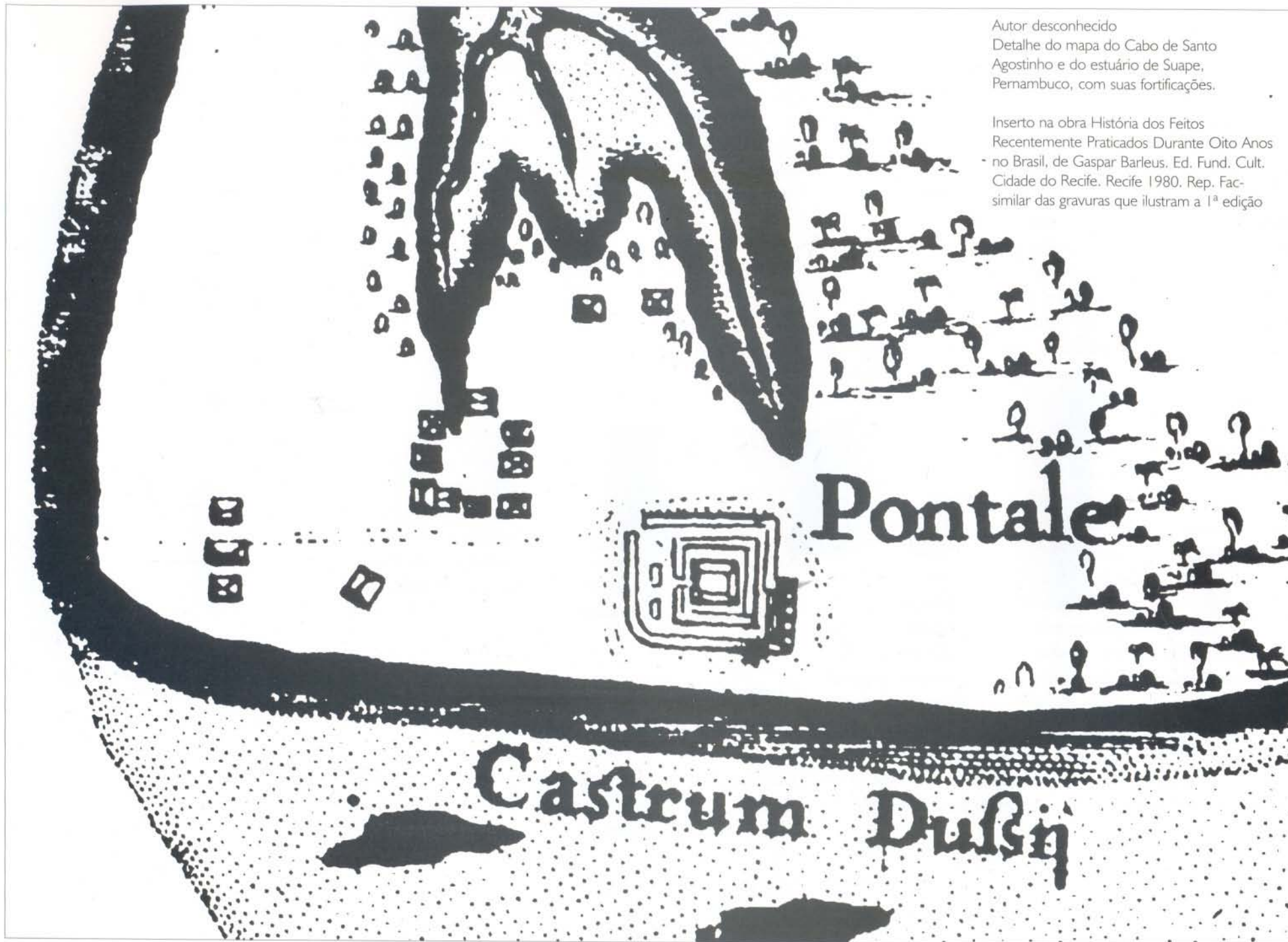
Prospecção arqueológica sistemática, específica.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII.

Até 1634, o porto do Cabo de Santo Agostinho continuava sendo a porta principal por onde os pernambucanos podiam receber suprimentos, socorro de guerra. O domínio holandês já ganhara uma maior dimensão, mas lhes interessava ocupar todo Pernambuco, atingir os engenhos do sul da capitania, fechar o porto aos pernambucanos. A defesa de Nazaré, capaz de mobilizar companhias de emboscada e de garantir o porto, representava um empecilho àquelas pretensões. Após a derrota sofrida na tentativa de 1632, optaram os holandeses por usar de uma estratégia visando desviar a atenção das tropas de defesa. Em 1634, o general Van Schkoppe desembarca na Paraíba e dá início a uma operação que sugere a intenção de sitiar o Forte de Cabedelo. Isto atrairia contingentes pernambucanos para o norte, deslocando-se a pé pelo interior. Após alguns dias em que ocupara seus homens armando barracas e abrindo trincheiras, o general embarcou às pressas suas tropas, em demanda ao Cabo de Santo Agostinho.

O Forte de Nazaré, comandado então por Pedro Correia da Gama, contava com cerca de 350 homens, grande parte pescadores, que moravam na área e que acorreram ao Forte de Nazaré ao ser dado o alarme quando da chegada da frota holandesa. Como previra Duarte de Albuquerque Coelho, a posição do forte não permitia a defesa da povoação do Pontal. Mas os holandeses não ousaram aventurar-se atravessando a barra de acesso ao porto, então com uma única passagem conhecida. Por duas vezes desembarcam em praias próximas e marcharam para o Pontal. Estas tentativas não surtiram o efeito desejado. Batidos pelas tropas de terra, por duas vezes foram obrigados a retroceder e reembarcar.



Autor desconhecido
Detalhe do mapa do Cabo de Santo
Agostinho e do estuário de Suape,
Pernambuco, com suas fortificações.

Inserto na obra História dos Feitos
Recentemente Praticados Durante Oito Anos
no Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult.
Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-
similar das gravuras que ilustram a 1ª edição

Numa terceira tentativa, parte da frota passou a barra, ainda que sob o fogo das baterias, e dirigiu-se ao Pontal. Nesta ação, a perigosa barra os fez perder 3 navios, os demais (9) abriram fogo contra a povoação. Antes de fugirem, os moradores atearam fogo às casas e armazéns e em navios que se encontravam no porto. Logo os holandeses trataram de deter o fogo, buscando salvar a carga que havia. Dominaram o porto e a povoação, mas não podiam se aventurar e sair da barra sem grandes danos. Assim ficaram sem comunicação com o restante da frota se não contassem à época, com o apoio de Calabar, que era um homem instruído, educado pelos padres da Companhia de Jesus, bom conhecedor da região, e que havia, de início, participado das Companhias de emboscada que faziam a Resistência. Calabar ousou buscar passagem através da barreta mais ao sul, considerada até então impraticável. Durante a maré baixa, alargou um pouco a passagem a golpes de marreta e picão. Através dela pode conduzir, rebocados e com carga aliviada, os navios holandeses, para grande surpresa da tropa que sob o comando de Matias de Albuquerque e do conde de Bagnuolo, chegava para acudir o Pontal. Os reforços da terra chegaram a tomar uma bateria construída às pressas pelos holandeses, assim como as trincheiras que os holandeses haviam aberto. Um falso alarme, entretanto, produziu efeitos desastrosos na tropa da terra, promovendo a desordem e o desbaratamento das forças. Desta forma permaneceram os holandeses senhores do porto e do Pontal, enquanto que os da terra mantinham o domínio da barra e do Forte de Nazaré. Mas para os luso-brasileiros o importante porto fora perdido. Mesmo depois que a frota partiu rumo a Recife, deixando ali cerca de 2000 homens, foram infrutíferas as tentativas luso-brasileiras de recobrar o porto e o Pontal.

Em 1635, o Forte de Nazaré caiu em poder dos holandeses, que fortificaram a área. Só muito mais tarde, à época da Campanha da Restauração a área do Cabo de Santo Agostinho retorna às mãos dos luso-brasileiros.

A 3 de setembro de 1645 o Forte Van Der Dussen ou do Pontal, então uma construção em alvenaria, voltou às mãos dos luso-brasileiros. Era seu comandante o holandês Hocchstraten.

Comentários

VARNHAGEN, em seu livro *História Geral do Brasil Vol. I, Tomo 2, apresenta uma Planta de porto do Cabo de Santo Agostinho, gravada segundo desenho da época. 1636'. Nesta iconografia está registrado 'Forte projectado'. Pela localização, este forte projectado (1636) bem poderia corresponder ao Forte Dussen. Na área foram localizadas ruínas de diferentes obras de defesa, entretanto a identificação de cada uma delas está sendo feita na medida em que se analisa o conjunto.*

Comentários com base na prospecção arqueológica

Este forte dominado pelos batavos está assinalado na cartografia holandesa; por sua localização bem poderia estar relacionado ao Forte do Pontal de Nazaré.

Nome histórico

Castrum Giselini.

Designação popular

Não é do conhecimento popular.

Outras designações históricas:

Forte Gijsselingh.

Referências/identificação

Referência documental, e iconográfica.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Cabo de Santo Agostinho.

Localização (aproximada)

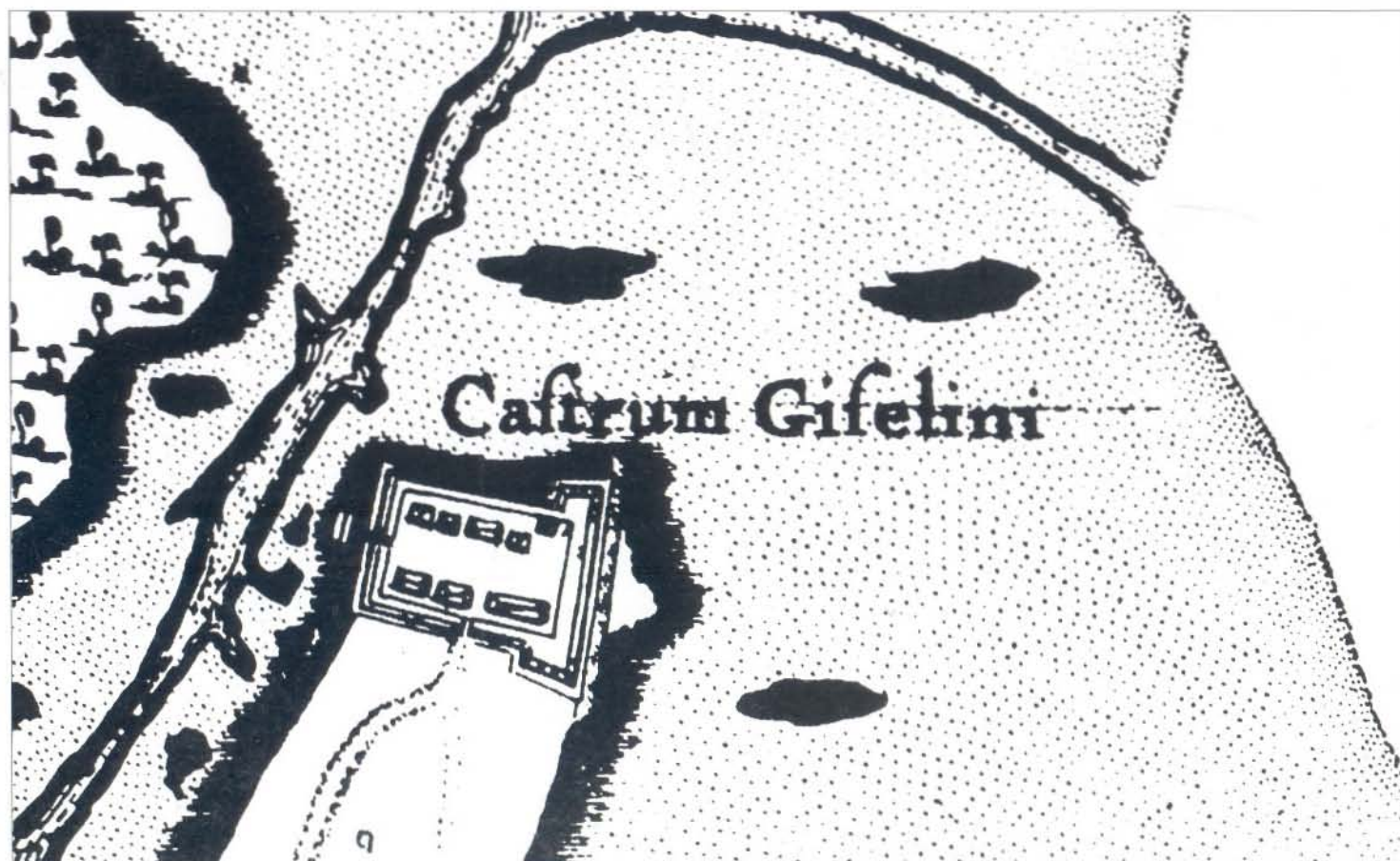
Cabo de Santo Agostinho. Em uma ilha de terras baixas próximas ao sul do Pontal, na enseada protegida pelos arrecifes. - Cabo de Santo Agostinho.

Detalhe do mapa do Cabo de Santo Agostinho e do estuário de Suape, Pernambuco, com suas fortificações. Autor desconhecido
Autor desconhecido

Inserto na obra História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647

Castrum Giselini

Um pequeno forte montado sobre uma ilha de areia, ao sul da enseada que se forma entre o Cabo de Santo Agostinho e a ponta sul, bem próxima aos arrecifes. A ilha foi à época denominada “Walcherem”, e o Forte Gijsselingh, em homenagem a um dos chefes da expedição.



Localidade

obras de defesa ainda não localizadas.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Estado de conservação

Provavelmente destruído. Possivelmente restam ruínas deste forte, que ainda não puderam ser identificadas, no conjunto dos vestígios das obras de defesa na área do Cabo de Santo Agostinho.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento textual; prospecções arqueológicas.

Fatores de destruição (provável)

Agentes naturais.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII.

Comentários

VARNHAGEN, em seu livro *História Geral do Brasil Vol. I, Tomo 2*, apresenta uma 'Planta de porto do Cabo de Santo Agostinho, gravada segundo desenho da época. 1636'. Nesta iconografia está registrado 'Thyszoon'. Pela localização e forma, 'Thyszoon', bem poderia corresponder a uma fortificação, o Forte Giselini. Deste modo, o Forte Giselini poderia estar relacionado em suas origens ao entrincheiramento *Thyszoon* (ou *Thyszoon*), organizado em 1634 por Calabar.

Na área foram localizadas ruínas de diferentes obras de defesa, entretanto a identificação de cada uma delas está sendo feita na medida em que se analisa o conjunto.

Nome histórico

Reduto (?).

Designação popular

Não é do conhecimento popular.

Referências/identificação

Referência documental, e iconográfica.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Cabo de Santo Agostinho.

Localização (aproximada)

Cabo de Santo Agostinho.

Localidade

Obras de defesa ainda não identificadas.

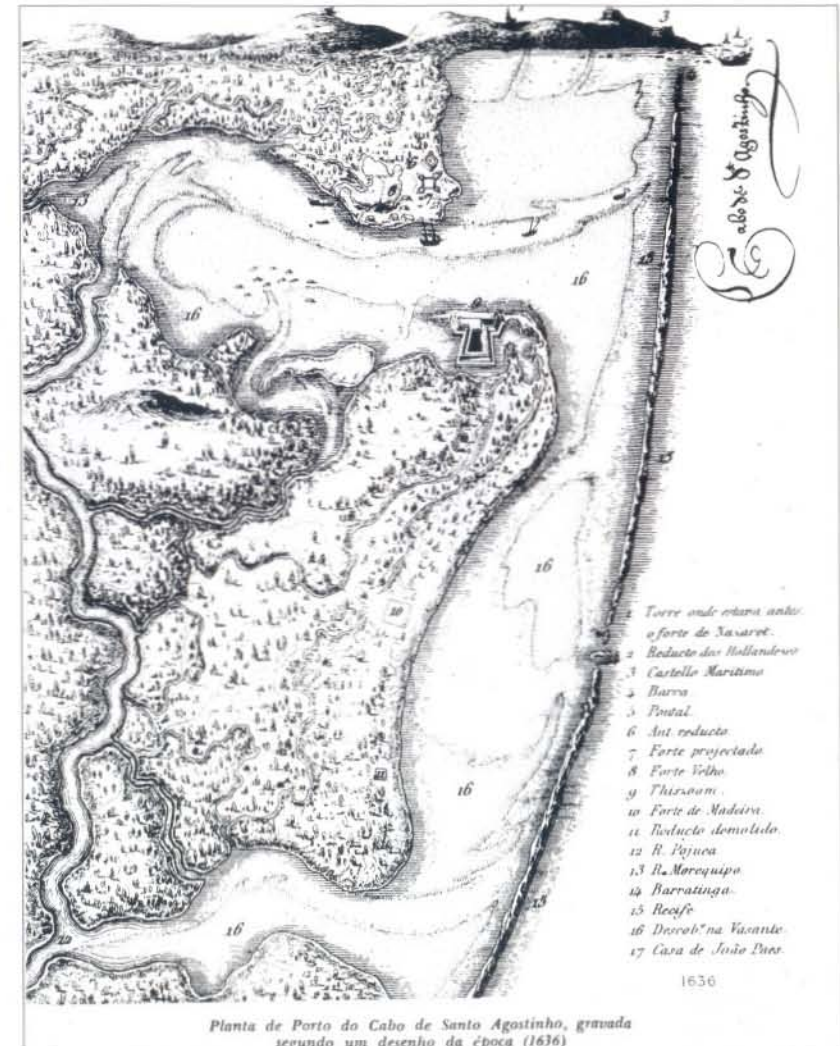
Quanto ao tombamento

Não são tombados.

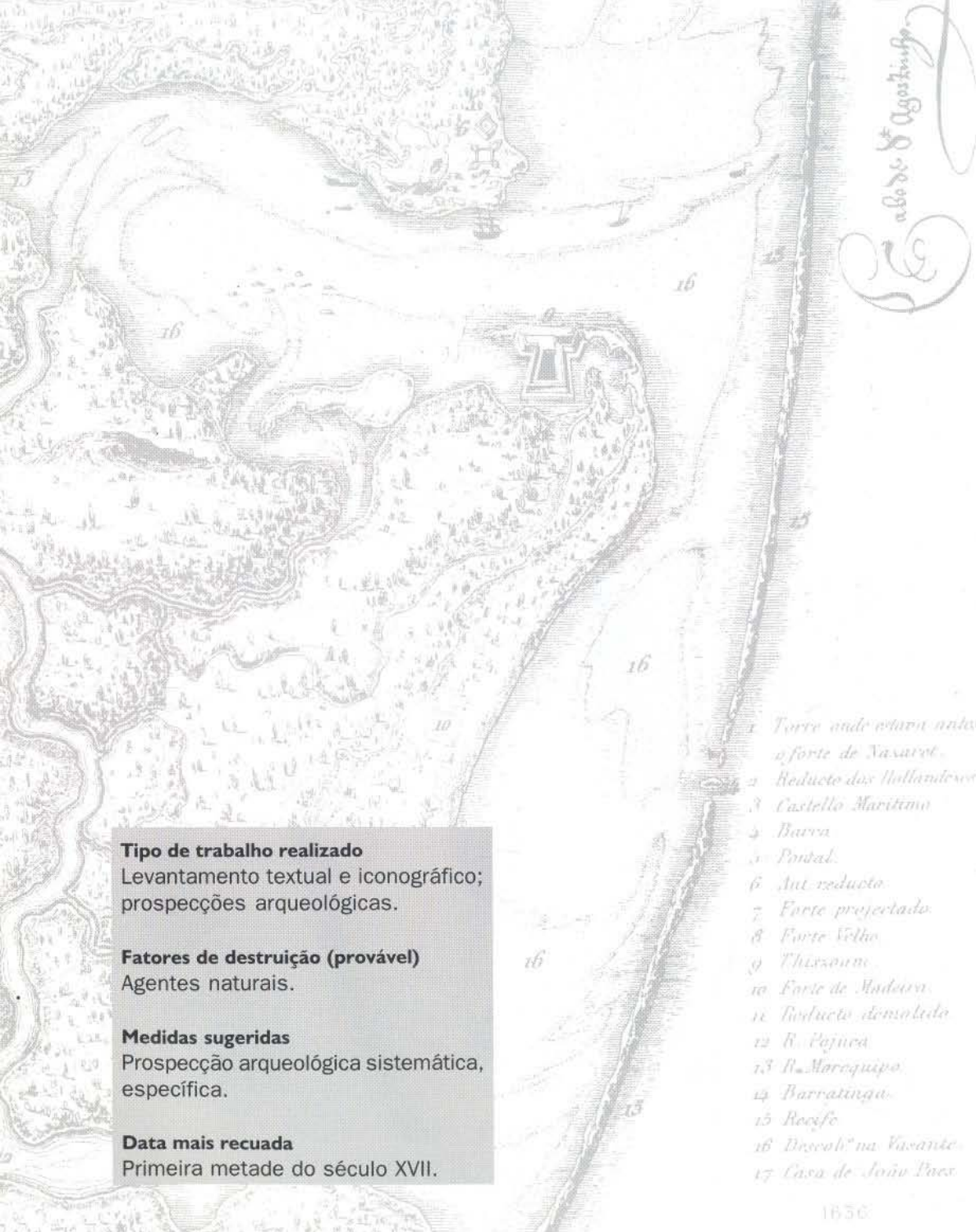
Estado de conservação

Provavelmente destruídos. Restam diversas ruínas, vestígios do conjunto das obras de defesa na área do Cabo de Santo Agostinho que ainda não puderam ser identificadas.

Redutos do Cabo de Santo Agostinho



'Planta de porto do Cabo de Santo Agostinho, gravada segundo desenho da época. 1636'. Inserto na obra de VARNHAGEN, em seu livro História Geral do Brasil Vol. I, Tomo 2



Cabo de S. Agostinho

Tipo de trabalho realizado
Levantamento textual e iconográfico;
prospecções arqueológicas.

Fatores de destruição (provável)
Agentes naturais.

Medidas sugeridas
Prospecção arqueológica sistemática,
específica.

Data mais recuada
Primeira metade do século XVII.

- 1 Torre onde estava antes o forte de Nazaré.
- 2 Reducto dos Hollandezes
- 3 Castello Maritimo
- 4 Barra
- 5 Pontal.
- 6 Ant. reducto.
- 7 Forte projectado.
- 8 Forte Velho
- 9 Thirzaum
- 10 Forte de Andara.
- 11 Reducto demolido
- 12 R. Pajuca
- 13 R. Morequiço.
- 14 Barratinga.
- 15 Recife
- 16 "Discolh" na Vassante.
- 17 Casa de João Paes

Comentários

Diferentes redutos, tanto holandeses quanto luso-brasileiros, são referidos na área:

Dois redutos (luso-brasileiros) flanqueavam o Forte de Nazaré.

Um Reduto (possivelmente holandês) nas terras baixas próximas ao Pontal do Cabo de Santo Agostinho, pouco ao norte do Castrum Dussen, nas imediações dos bancos de areia que se formam na enseada protegida pelos arrecifes.

Um Reduto (possivelmente holandês) ao sul do Forte de Nazaré (aquele construído após 1632), que em 1636 já se encontrava demolido.

Um Reduto (possivelmente holandês) em frente a barratinga.

Um Reduto holandês na margem esquerda do Rio Morequiço.

Outros redutos, ao longo do litoral são ainda mencionados.

Na área foram localizadas ruínas de diferentes obras de defesa, entretanto a identificação de cada uma delas está sendo feita na medida em que se analisa o conjunto.

Forte de São Francisco Xavier

Esse forte foi construído em 1630 pelos portugueses no extremo norte do Cabo de Santo Agostinho fazia parte do sistema de defesa do mais importante porto ao sul da Capitania. No século XVII, é muitas vezes referido como uma bateria ou reduto, que guardava a enseada de Gaibu. Tinha como objetivo evitar que tropas, desembarcassem a norte do porto e atacassem, por terra, suas defesas.

Tinha forma de um pentágono irregular, e suas bateri-

as estavam instaladas em dois níveis distintos: as baterias altas, em número de 4, e as baterias baixas, em número de 2. Os quartéis, a casa do comandante, a casa de palamentas e a da pólvora, estavam instaladas em uma outra construção, independente das baterias.

Em 1775 foi restaurado.

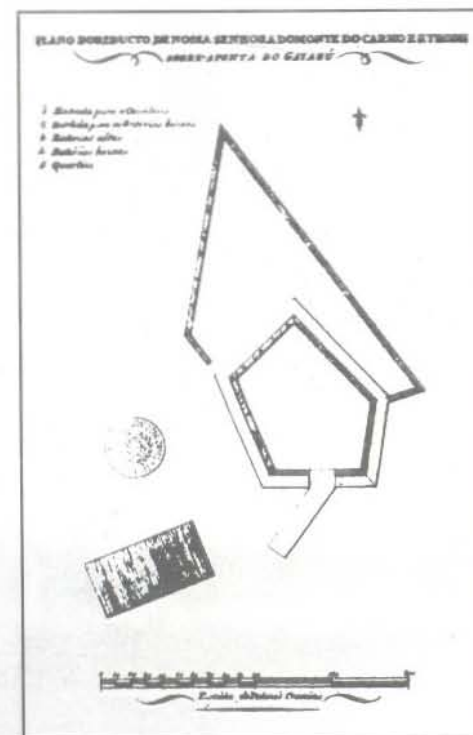
Em 1797 foi reconstruído e artilhado com 12 peças.

Em 1880 sua artilharia estava reduzida a 6 peças.

Em 1958 já estava reduzido a ruínas.



Dominando a enseada de Gaibu, sobre os rochedos que avançam para o mar, foi instalado desde o século XVII uma fortificação, com o objetivo de defender o acesso às terras produtivas do Cabo de Santo Agostinho. Era um ponto de desembarque relativamente fácil às tropas que visassem conquistar o porto, um pouco mais ao Sul, sem ter que enfrentar a artilharia dos fortes e baterias que defendiam a entrada da barra do porto de Santo Agostinho



Nome histórico

Forte de São Francisco Xavier.

Designação popular

Forte de Gaibu.

Outras designações históricas

Forte de Gaibu.

Reduto de São Francisco Xavier.

Forte de São Francisco Xavier.

Reduto de Nossa Senhora do Monte do Carmo e São Tomé.

Número de registro do sítio UFPE/LA

PE 0203-Ls.

Referências/identificação

Referência textual, localização conhecida.

O Forte de São Francisco Xavier, mais conhecido como Forte de Gaibu, não foi assentado no ponto mais elevado do promontório. Optou-se por um trecho um pouco mais abaixo, à beira da falésia. Abandonado, a terra que servia para formar a superfície sobre a qual se instalaram os canhões, hoje se constitui no solo mais profundo onde as árvores puderam crescer

Comentários

A estrutura dos quartéis ainda não foram identificadas em campo.



Todo o forte foi tomado pela vegetação, de porte variado, que praticamente esconde as antigas estruturas



Construído em pedra, suas muralhas foram erguidas com material local, em grande parte aproveitando-se formas naturais



Capitania
Pernambuco.

Estado
Pernambuco.

Município
Cabo de Santo Agostinho.

Localização
Praia de Gaibu.

Localidade
À beira da falésia sul, na enseada de Gaibu, ao norte do Cabo de Santo Agostinho.

Latitude
008° 20' 32,9" Sul.

Longitude
034° 56' 50,9" Oeste.

Quanto ao tombamento
Não é tombado.

Ocupação atual do sítio
As ruínas do sítio estão em área aberta. Não se faz controle da vegetação.

Condições para visitação
Em área pública, de livre acesso.

Restrições à visitação
Sem restrições.

Estado de conservação
Estado residual (<25%).

Natureza dos remanescentes
Estruturas arquitetônicas em pedra.

Tipo de trabalho realizado
Prospecção, plotagem, documentação fotográfica.

Fatores de destruição
Desuso/abandono, agentes naturais e antrópicos.

Nível de risco de destruição
A vegetação, sobretudo as árvores que se implantaram entre as pedras do forte, são um fator de desagregação das estruturas. Outro fator é o descaso, o abandono em que se encontra, o que permite a ação predatória de caçadores de tesouros, ou mesmo a retirada de suas pedras para outros fins.

Condições/recomendações p/ escavação
Por diversas ocasiões a área foi escavada, sobretudo em busca de "tesouros", há entretanto condições para escavação arqueológica sistemática. Recomenda-se não executar obras, antes da realização de escavações arqueológicas, haja vista o interesse histórico/científico do forte.

Pouco resta de suas muralhas, arrasadas quase a nível do piso, e envoltas pela vegetação

Medidas sugeridas

Consolidação das estruturas remanescentes e controle da vegetação invasora (sobretudo a que se instalou nas muralhas e paredes).

Data da última avaliação
10/11/97.

Fotografado em 13-Out-97.

Data mais recuada
Primeira metade do século XVII.



Quem se dispõe a descer o rochedo até o mar, segue por uma trilha que acompanha as antigas muralhas do forte. Vistas deste ponto, as estruturas do forte podem ser perfeitamente reconhecíveis, mas o conjunto de sua forma se perde em meio às folhas da vegetação que agora domina o forte





Nome histórico

Bateria de Calhetas.

Designação popular

Não é do conhecimento popular.

Número de registro do sítio UFPE/LA

PE 0201-Ls.

Referências/identificação

Referências textuais. A documentação textual faz referência a duas baterias na enseada de Calhetas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Cabo de Santo Agostinho.

Localização

Praia de Calhetas.

Localidade

Pontal da enseada de Calhetas.

Latitude

008° 20' 38,3" Sul.

Longitude

034° 56' 35,6" Oeste.

Na enseada de Calhetas, um pouco ao Norte do Cabo de Santo Agostinho, as águas abrigadas dos ventos dominantes, oferecem um porto capaz apenas para embarcações menores. Mas o suficiente para permitir o aproveitamento da boa aguada que desce pelas encostas. Uma aguada muito conhecida dos navegadores desde o século XVI, que ali podiam reabastecer-se de água

Bateria de Calhetas

A Enseada de Calhetas, como indica o próprio nome, era o principal ponto de abastecimento de água, nas proximidades do Cabo de Santo Agostinho. Ali encontravam os navegantes condições favoráveis para se deter e reabastecer de água suas embarcações. Os navios amigos deveriam ali encontrar segurança, e os inimigos deveriam ser impedidos de ter acesso. Duas baterias foram instaladas na Enseada de Calhetas para a defesa do porto.

Poderia ainda servir de ponto de desembarque de tropas e esta era mais uma razão para que fosse defendida



Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Ocupação atual do sítio

As ruínas do sítio estão em área aberta. O poder municipal faz eventualmente controle da vegetação. Área aberta à visitação pública.

Condições para visitação

Em área pública, de livre acesso.

Restrições à visitação

Sem restrições.

Estado de conservação

Estado residual (<25%). Construída sobre uma ponta de pedras, quase ao lume d'água, pouco resta de sua forma original que possa ser discernível em meio à vegetação rasteira da área. Por acidente ou propositalmente, um dos canhões da bateria foi ter no mar, entre as pedras, e ali foi abandonado.

Natureza dos vestígios

Restos das estruturas em pedra do parapeito da bateria e os restos de um dos canhões que serviam na bateria, e que hoje se encontra em meio às pedras, coberto pelas águas do mar, nas marés altas.

Tipo de trabalho realizado

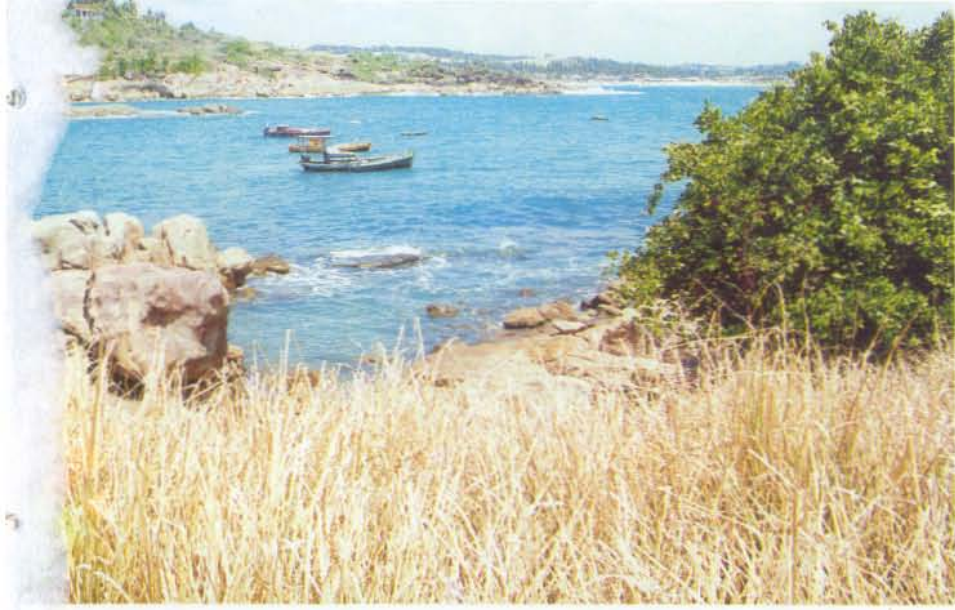
Levantamento textual; prospecções arqueológicas; plotagem, documentação fotográfica.

Fatores de destruição

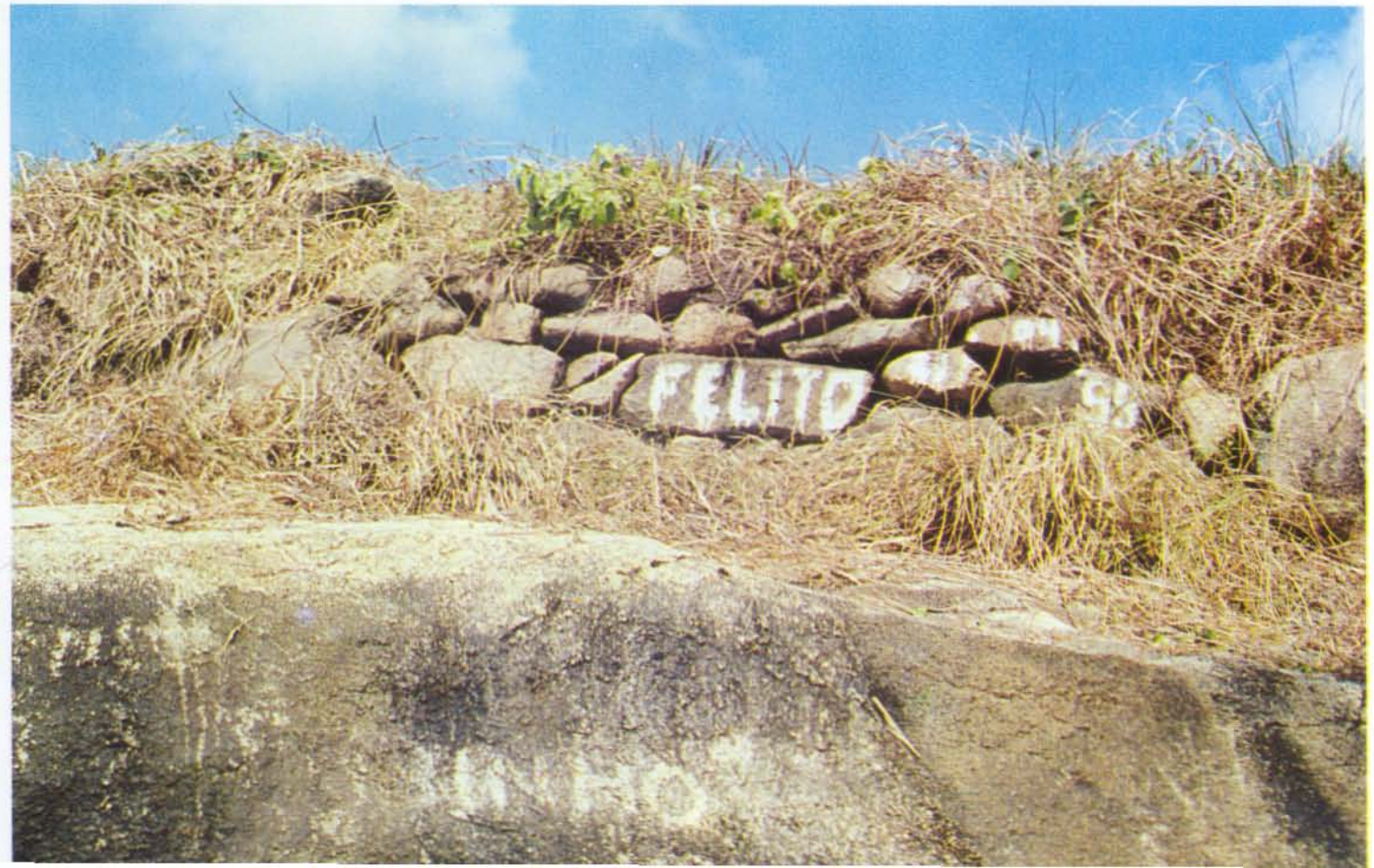
Desuso/abandono; agentes naturais e antrópicos.



Ali foram construídas duas baterias



Sobre os rochedos que avançam para o mar, foi instalada uma bateria, com parapeito em pedra



Uma construção simples, em que se utilizou material local, em grande parte pedras em sua forma natural, sem outros trabalhos, assentadas umas sobre as outras

Nível de risco de destruição

O abandono em que se encontra, permite a ação predatória como a retirada de suas pedras para outros fins. O canhão, abandonado no mar, entre as pedras, em adiantado estado de oxidação, foi em grande parte destruído.

Medidas sugeridas

Consolidação das estruturas remanescentes e controle da vegetação invasora. Colocação de placa alusiva.

Data da última avaliação

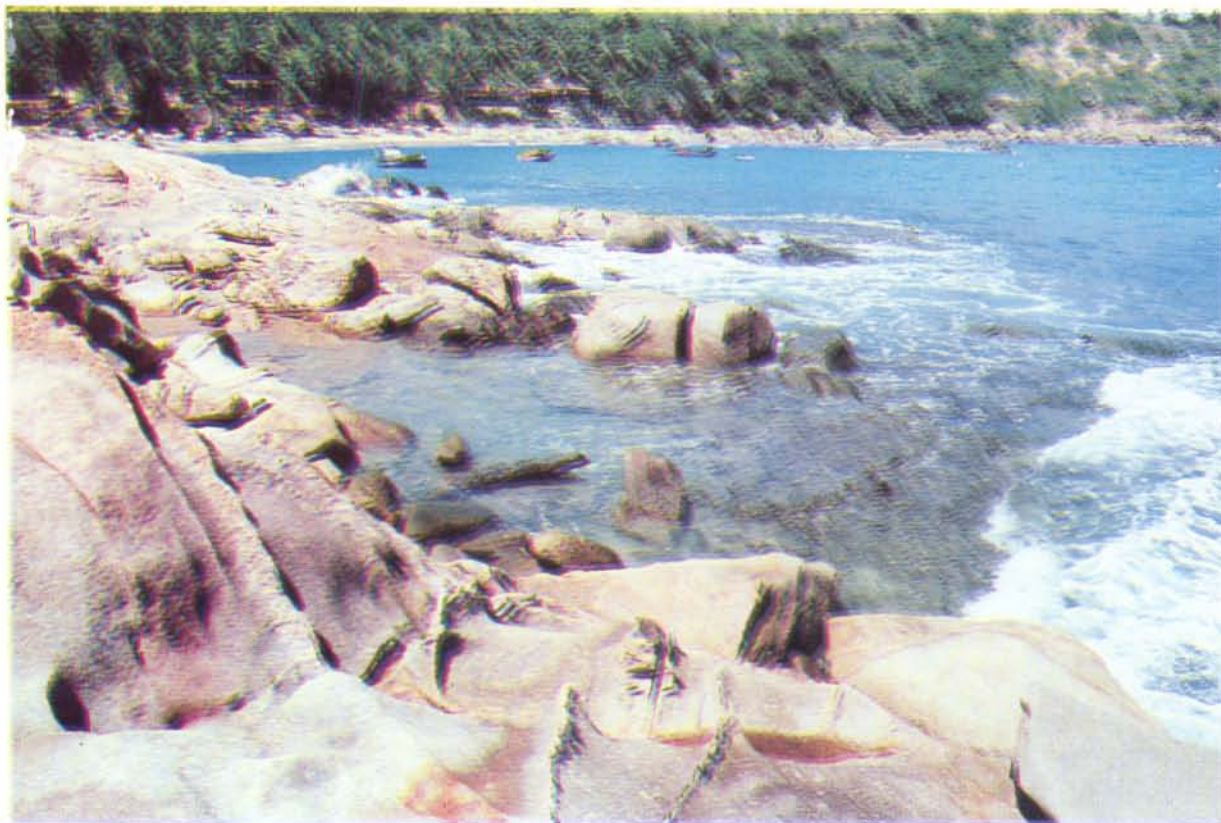
10/10/97.

Fotografado em 13-Out-97.**Data mais recuada**

Primeira metade do século XVII.

Cruzava fogo com uma segunda bateria construída naquela enseada, provavelmente assentada na outra ponta, a Norte





Com a perda da importância estratégica, foi abandonado e possivelmente desarmado. Mas pelo menos um de seus canhões foi abandonado; não em posição de combate, mas atirado ao mar, entre as pedras



Castelo do Mar

Comentários:

A denominação *Castelo do Mar* foi também utilizada para um outro Forte, assentado sobre os arrecifes no porto do Recife – o Forte de São Francisco, da Laje, ou do Picão. Estava montado sobre os rochedos, bem acima da entrada do porto, na barra. Uma entrada difícil, arriscada, mesmo para os que bem a conheciam. A longa linha de arrecifes que defende a enseada, era interrompida apenas a poucos metros dos rochedos, deixando uma passagem estreita entre as pedras, onde o mar nem sempre é calmo. Ao contrário, sob a ação dos ventos, as ondas batem com força no paredão natural, subindo pelas escarpas, tornando arriscada a passagem entre as pedras.



Detalhe do mapa do Cabo de Santo Agostinho e do estuário de Suape, Pernambuco, com suas fortificações.

Autor desconhecido

Inserto na obra *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*, de Gaspar Barleus. Ed. Fund. Cult. Cidade do Recife. Recife 1980. Rep. Fac-similar das gravuras que ilustram a 1ª edição de 1647

Nome histórico

Castelo do Mar.

Designação popular

Castelo do Mar.

Outras designações históricas

Castrum Maritimus.

Castello Marítimo

Reduto da Barra de N.S. de Nazaré”;

Forte de Nossa Senhora de Nazaré

(?).

Número de registro do sítio UFPE/LA

PE 0188-Ls.

Referências/identificação

Referências textuais e iconográficas;

localização conhecida.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Cabo de Santo Agostinho.

Localização

Cabo de Santo Agostinho.

Localidade

Próximo ao Povoado de Nazaré, sobre o pontal do Cabo.

Latitude

008° 21' 25,4" Sul.

Longitude

034° 56' 45,6" Oeste.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Na ponta extrema do Cabo de Santo Agostinho, em frente à entrada principal do porto, foi instalado o forte conhecido como Castelo do Mar





Um pequeno forte, construído em pedra e cal, que repousa sobre as rochas que afloram junto ao mar. Nas grandes marés, os arrecifes que defendem o porto, são ultrapassados pelo nível do mar. Mas mesmo assim não se pode navegar sobre eles. As espumas brancas revelam sua presença, e indicam a pequena profundidade sobre aquela linha de pedras



Este fora talvez o ponto mais importante a ser defendido daquele porto ao sul da Capitania. A fortificação era constituída de uma muralha que a fechava por três lados. A face voltada para a enseada, se comentava em 1763, 'que fora de novo principiada mas não fora concluída'. Não era fechada na face voltada para o continente. Internamente a defesa era dividida em duas baterias, uma das quais estava caída em 1763. Contava internamente com cinco cômodos distribuídos entre o corpo da guarda, armazém para as balas, casa dos apetrechos para a artilharia, a casa de pólvora e um pequeno vestibulo que dava acesso à casa da pólvora. Ali não haviam quartéis, nem casa do comandante. Estas acomodações ficavam em uma construção a parte, a montante: o "quartel do forte".

A cartografia coeva registra o Castelo do Mar, localizado sobre a extremidade do cabo, junto à barra, em uma área rochosa, batida pelo mar. Na historiografia, alguns autores admitem que o forte construído sobre o rochedo, na ponta do cabo, seria o Forte de Nazaré. Tal situação, entretanto, não corresponde àquela descrita por autores coevos: Duarte de Albuquerque Coelho critica Bagnuolo com dureza pela construção do Forte de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho, pois, segundo o Donatário, a única coisa que o Forte de Nazaré tinha de bom era uma ermida da santa, pois fora edificado em terreno arenoso e em posição tal que não defendia nem a entrada da barra nem o Pontal.

Mas o Castelo do Mar não foi preservado. Apesar de algumas iniciativas de recuperação e consolidação de partes da estrutura, está reduzido a ruínas



A ação do vento atuando sobre suas paredes nuas promove o desgaste da argamassa de cal que rejuntava as pedras, deixando à mostra a forma de cada uma das pedras com que se construiu o forte. Este é um outro fator preponderante para o aspecto que apresentam as paredes desgastadas, e que contribui para a aceleração do processo de arruinamento. Para a construção, utilizou-se de material local, rocha granítica, em princípio material muito resistente. Magmáticas ou metamórficas, ricas em minerais de quartzo, as rochas granitóides em princípio oferecem uma maior resistência ao trabalho que o calcário e o arenito, rochas sedimentares. Mas a Natureza parecia propiciar aos construtores outras facilidades enquanto lhes negava as fontes calcárias, tanto para o fabrico da cal, quanto para as próprias paredes. Em se tratando de uma área que em termos de tempo geológico fora submetida a tectonismos, as forças que trouxeram o granito à superfície, se encarregaram também de fragmentá-lo. Sob ação do intemperismo muitos blocos escamaram-se, esfoliaram-se, adquirindo gradativamente formas arredondadas. As superfícies expostas destes blocos foram sofrendo um processo de intemperismo, ora formando uma espécie de pátina, ora lentamente desagregando seus cristais. Muitos destes blocos, 'preparados pela Natureza' em tamanhos convenientes, foram aproveitados na



construção das paredes do forte. Evitava-se assim o trabalho de quebrar os grandes blocos nas dimensões desejadas. Mas a utilização das formas naturais não oferecia faces 'vivas', mais favoráveis à pega da argamassa que as superfícies em processo de intemperização. Esta técnica de construção empregada no Castelo do Mar, lhe confere a característica do desgaste de suas paredes, onde a desagregação da argamassa se faz mais facilmente e deixa à mostra as formas arredondadas de seus blocos. Quando em atividade, suas paredes foram rebocadas, e os cunhais, estes foram em pedra trabalhada



Entre as ruínas de suas estruturas internas, pode-se ainda bem perceber a casa de pólvora, com o teto abobadado para defendê-la do impacto de possíveis tiros. Contavam ainda com um depósito para os apetrechos da artilharia, um depósito para as balas e o corpo da guarda. O acesso aos depósitos, exceto à casa de pólvora, se fazia através do corpo da guarda. A casa de pólvora tinha acesso independente, através de um pequeno vestíbulo, também protegido por uma sólida porta



Ocupação atual do sítio

Aberto à visitação pública. As ruínas do sítio estão em área aberta. Eventualmente, faz-se o controle da vegetação.

Condições para visitação

Em área pública, de livre acesso.

Restrições à visitação

Sem restrições.

Estado de conservação

Estado parcial (<75% >25%).

Natureza dos remanescentes

Estruturas arquitetônicas.

Tipo de trabalho realizado

O sítio foi em parte escavado pela Fundarpe. Em diferentes ocasiões, parte das muralhas foi restaurada pelo IPHAN. Documentação fotográfica.

Apesar de sua importância estratégica, o Castelo do Mar é uma estrutura pequena, de poucos cômodos. Quase toda área ocupada por uma esplanada para assentamento da artilharia

Tais dúvidas com relação à identificação dos fortes, decorrem muitas vezes do fato de alterarem-se os nomes pelos quais os fortes são referidos, quando de sua tomada pelos inimigos. Outro fator que também concorre, é a utilização de um mesmo nome para estruturas diferentes, que se sucederam do tempo.

Ademais, na iconografia coeva, os fortes de Nazaré e o Castelo do Mar, estão indicados como estruturas diferentes.

Por outro lado, na iconografia mais recente, uma planta de 1763, existente no Arquivo Histórico Ultramarino, cujas estruturas correspondem àquelas das ruínas sobre os rochedos junto à barra, na posição correspondente ao Castelo do Mar, da iconografia seiscentista, traz em seu título “Reduto que se acha na Barra de N.S. de Nazaré”, (e não “Forte de Nossa Senhora de Nazaré”).





De suas canhoneiras, distribuídas ao longo da muralha, alcançavam boa parte da costa acidentada, recortada. O forte visava defender a terra de inimigos vindos pelo mar, que buscassem entrar no porto. Quase nada poderia fazer contra embarcações que, fora de seu raio de ação, lograssem se aproximar da costa, e protegidos pelos recortes da costa, desembarcassem suas tropas. Menos ainda poderia fazer contra um ataque vindo por terra. Tais defesas estariam a cargo de outras unidades locais, os redutos espalhados ao longo da costa, em pontos estratégicos, as próprias estruturas de defesa do povoado



Fatores de destruição

Desuso / abandono/ agentes naturais/ antrópicos.

Nível de risco de destruição

Desuso / abandono / Agentes naturais/antrópicos.

Medidas sugeridas

Consolidação das estruturas remanescentes e controle da vegetação invasora (sobretudo a que se instalou nas muralhas e paredes). Inclusão em roteiros para visitação.

Data da última avaliação

09/10/97.

Fotografado em 13-Out-97.**Data mais recuada**

Primeira metade do século XVII.



Suas muralhas foram assentadas diretamente sobre o rochedo, bem junto ao mar, acompanhando os caprichos do terreno rochoso



Sua situação no terreno o torna inacessível pelo mar, que atinge com ímpeto o rochedo que lhe serve de base, tornando impossível o desembarque





As muralhas que antes abrigavam os defensores do forte, hoje oferecem segurança contra os predadores, às aves que ali fazem seus ninhos

Quartel da Barra de Nazaré

Designação popular

Quartel do Forte de Nazaré.

Outras designações

Quartel da Barra de Nazaré.

Número de registro do sítio UFPE/LA
PE 0189-Ls.

Referências/identificação

Localização conhecida, (no momento) sem referência documental.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Cabo de Santo Agostinho.

Localização

Cabo de Santo Agostinho.

Localidade

Próximo ao Povoado de Nazaré, a meia encosta do pontal do Cabo.

As estruturas conhecidas como 'Quartel de Nazaré', constituem-se em uma seqüência de cômodos contíguos, assentados em uma 'crista militar'. Está relacionado ao 'Castelo do Mar', onde não existem alojamentos para a tropa, apenas para o corpo da guarda

Esta estrutura estava relacionada ao "Reduto da Barra de N.S. de Nazaré", o "Castelo do Mar". Corresponderia, provavelmente, ao alojamento (quartéis) do comandante e dos soldados que serviam no Reduto.



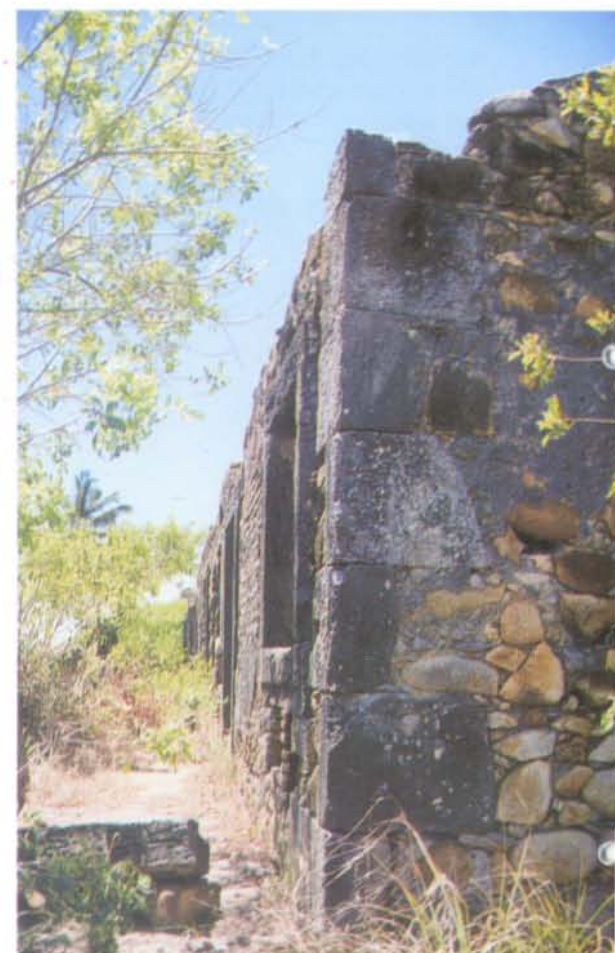
Grossas paredes construídas com pedras e tijolos, rejuntados com argamassa de cal e rebocadas, deixavam à mostra os portais e molduras de janelas em cantaria.

Hoje em ruínas, foi uma sólida construção, de cômodos paralelamente dispostos, todos voltados para o mar, para o forte mais abaixo na encosta.





De cantaria eram também as estruturas de 'conversadeiras', um assento de pedra em cada canto da janela, do lado interno



À frente do conjunto, corria um parapeito de pedras, que poderia vir a ser muito útil em casos de um combate mais próximo, em que os inimigos, desembarcados em outro ponto do litoral, tivessem galgado uma posição na encosta. A área entre o parapeito e as paredes dos cômodos, bem poderia ter recebido uma cobertura, constituindo um alpendre, que protegeria da incidência direta do sol e das chuvas de vento, as portas e janelas do alojamento

Latitude

008° 21' 25,5" Sul.

Longitude

034° 56' 44,3" Oeste.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Ocupação atual do sítio

As ruínas do sítio estão em área aberta. Não se faz controle da vegetação.

Condições para visitação

Em área pública, de livre acesso.

Restrições à visitação

Sem restrições.

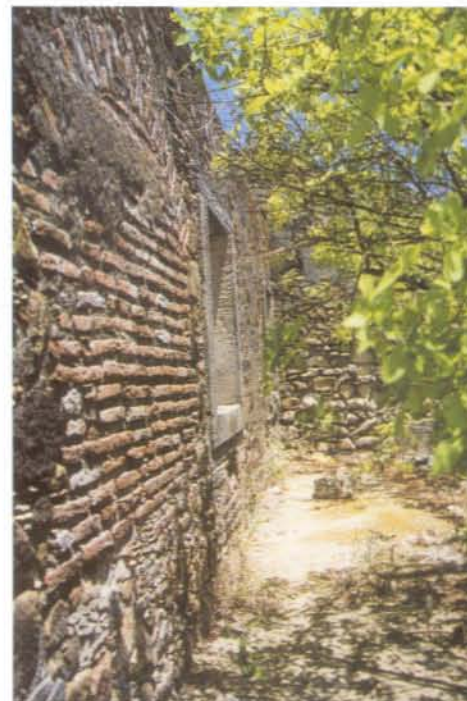


Uma porta em cada cômodo permitia acessar diretamente a área externa voltada para o mar, possibilitando assim um pronto deslocamento dos defensores. Uma outra porta permitia o acesso à área posterior, onde possivelmente havia outros cômodos. Em cada um dos amplos cômodos, uma janela garantia a circulação do ar, a entrada da brisa marinha, que amenizaria as altas temperaturas da região. Cada cômodo dispunha também de um armário incrustado na parede, uma abertura suportada por um arco em tijolos, e fechado do lado externo também por tijolos.



Comentários

VARNHAGEN, em seu livro *História Geral do Brasil Vol. I, Tomo 2*, apresenta uma 'Planta de porto do Cabo de Santo Agostinho, gravada segundo desenho da época. 1636'. Nesta iconografia está registrado a meia encosta, acima do 'Castello Marítimo', o 'Reducto dos Hollandeses'. Neste trecho, a planta apresenta uma vista de perfil das terras altas do Cabo. Pela localização do 'Reducto', bem poderia ser a área correspondente ao Quartel da Barra de Nazaré.



Hoje tudo reduzido a ruínas, sofrendo não apenas o desgaste natural do tempo, mas sobretudo sendo vítima da ação predatória de desocupados e de caçadores de tesouros, que buscam encontrar entre as paredes, 'botijas' contendo valores



Estado de conservação

Estado parcial (<75% >25%).

Natureza dos vestígios

Estruturas arquitetônicas: ruínas das paredes em pedra e cal.

Tipo de trabalho realizado

Prospecção arqueológica; documentação fotográfica.

Fatores de destruição

Desuso/abandono. Agentes naturais e antrópicos.

Nível de risco de destruição

As paredes de pedra do antigo quartel, sem cobertura, vem gradativamente desmoronando sob a ação quer de agentes naturais, quer da ação antrópica, num processo que se agrava à medida que cada uma das pedras tomba, abrindo caminho para as demais.

Medidas sugeridas

Consolidação das estruturas remanescentes e controle da vegetação invasora (sobretudo a que se instalou nas muralhas e paredes). Inclusão em roteiros para visitação.

Data da última avaliação

09/10/97.

Fotografado em 13-Out-97.

Dali, do próprio quartel se podia perscrutar bem longe no mar, de Norte a Sul, e a limpidez do ar ampliava os horizontes, garantindo uma antecipação considerável nos preparativos para a defesa, no caso da aproximação de bandeiras inimigas



Forte de Santa Cruz

Nome histórico

Forte de Santa Cruz.

Designação popular

Forte de Santa Cruz.

Referências/identificação

Referência textual. Obras de defesa não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Tamandaré.

Localização

Enseada de Tamandaré.

Localidade

Porto de Tamandaré (provável). Estruturas de defesa não localizadas.

Histórico

No porto de Tamandaré houve um pequeno forte denominado Santa Cruz, construído em 1630.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Estado de conservação

Não foram localizados vestígios aparentes à superfície.

Tipo de trabalho realizado: Levantamento textual; prospecções arqueológicas.

Fatores de destruição (provável)

Agentes naturais e antrópicos.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas fortuitas, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data última prospecção

março de 1997.

Data mais recuada

1630.

Forte Tamandaré

A barra de Tamandaré constituía um dos melhores portos da Capitania de Pernambuco. Melhor mesmo que aquele do Cabo de Santo Agostinho, pois era capaz de receber navios de maior calado. Chegou-se mesmo a afirmar que aquele porto natural seria capaz de abrigar 'de todos os ventos', navios de 18 pés de calado. Uma análise mais detida de suas condições considerava que, na enseada de Tamandaré, haviam duas áreas com condições distintas para servir de ancoradouro. As duas 'baixas' ofereciam condições distintas e opostas, em relação ao abrigo e a profundidade de suas águas. Na porção norte, um porto abrigado dos ventos, a pequena distância da praia, atingia a profundidade de 8 a 9 metros. Entretanto era de pequenas dimensões, o que fazia com que não pudesse receber navios que exigissem tal profundidade. Na realidade seria capaz de receber navios bem menores.

A outra baixa, esta desabrigada, não deveria receber navios maiores.

Guardando este porto, existira, em 1630, um pequeno forte (Forte de Santa Cruz), construído pelos lusobrasileiros.

A Fortaleza da Barra Grande, ou como é mais conhecido o Forte de Tamandaré, é uma estrutura em pedra e cal que, desde o final do século dezessete, guardava o litoral de Pernambuco. As estruturas que hoje se vêem são, em muito, o reflexo da grande reforma que sofreu no final de 1905



Nome histórico

Fortaleza da Barra Grande.

Designação popular

Forte de Tamandaré.

Outras designações históricas

Forte de Tamandaré.

Fortaleza de Santo Inácio.

Fortaleza da Barra Grande.

Fortaleza Tamandaré;

Fortaleza de Tamandaré.

Número de registro do sítio UFPE/LA

PE 0018-Ls.

Referências/identificação

Referência documental; localização conhecida.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Tamandaré.

Localização

Praia de Tamandaré.

Localidade

Entrada da cidade.

Latitude

008° 45' 26,3" Sul.

Longitude

034° 06' 00,5" Oeste.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.



Ainda se pode ver vestígios do fosso que o cercava, que em alguns trechos ainda acumula águas do riacho próximo.

As muralhas, construídas para receber reboco, expõem as pedras de sua construção. A caiçação que recebeu recentemente, não respeitou os cunhais, o cordão em cantaria, que permitiriam uma melhor visualização, um maior destaque de suas linhas arquitetônicas





Mas a grande fachada, os bastiões que guardam cada um dos lados da entrada, estão preservados



Em 1635, Domingos Luís, um experiente piloto desta costa, teria recomendado que as tropas de D. Luís Rojas Y Borja, desembarcassem em Tamandaré, pois ali “poderiam surgir entre 30 e 40 galeões”.

Com o fim da Resistência, todo o litoral de Pernambuco ficou sob o domínio holandês.

Quais relações de continuidade teria havido entre o Forte de Santa Cruz e o Forte de Tamandaré, é um assunto ainda não totalmente esclarecido. É possível que tenha sido ocupado e talvez ampliado pelos holandeses.

Há referências de que em 1646, durante a Campanha da Restauração, João Fernandes Vieira teria erguido em Tamandaré uma fortificação para guarnecer o porto, e dar abrigo às embarcações portuguesas, constantemente perseguidas pela frota holandesa no litoral de Pernambuco. Mas em 1649 era sugerido concentrar a navegação (portuguesa) da Capitania no porto de Tamandaré, por ‘ser capaz dos maiores navios que há’, e que, para tanto, deveria ser convenientemente fortificado.

Ocupação atual do sítio

Ocupado com outra função: farol, residência (faroleiro). Aberto à visitação pública.

Condições para visitação

Em área pública, de livre acesso.

Restrições à visitação

Horário.

Estado de conservação

Estado parcial (<75% >25%).

Natureza dos remanescentes

Estruturas arquitetônicas em pedra.

Tipo de trabalho realizado

Prospecção arqueológica e plotagem, documentação fotográfica.

Fatores de destruição

Agentes naturais e agentes antrópicos.

Nível de risco de destruição

Fatores de risco: Agentes naturais e antrópicos.

Condições/recomendações para escavação

Plenas condições para escavação, sobretudo na praça de armas, terra-pletos e no exterior do forte. Recomenda-se não executar obras antes da realização de escavações arqueológicas, haja vista o interesse histórico/científico do forte.



A porta de entrada, tem as marcas inequívocas da reforma de 1905, mas guarda também as marcas do mecanismo empregado na ponte levadiça, que permitia a ultrapassagem do fosso. Ali estão registradas as datas do primitivo forte brasileiro, após a restauração, e a data da reforma recente, já no século XX. Ali também estão representadas as armas de guerra e econômicas da área. O registro em algarismos romanos que se vê do lado esquerdo, reflete uma ingênua tentativa de sincretismo dos sistemas de numeração: se incluí o valor 'zero' na numeração romana do ano 905 (IX 0 V ao invés de CMV). A porta de entrada em arco romano, dá acesso a um trânsito reto, que conduz à praça de armas



O teto em abóbada, suporta um pavimento superior, um sobrado, provavelmente as instalações do comandante do forte. A partir do trânsito se tem acesso também ao corpo da guarda e à cadeia, através de uma porta de linhas retas, guarnecida com portal em pedra. São também retas as linhas que definem a porta de acesso à praça de armas. De cada um dos lados das grossas paredes do trânsito, uma seqüência de seteiras, permitiam que, abrigados no corpo da guarda, os soldados defendessem o forte

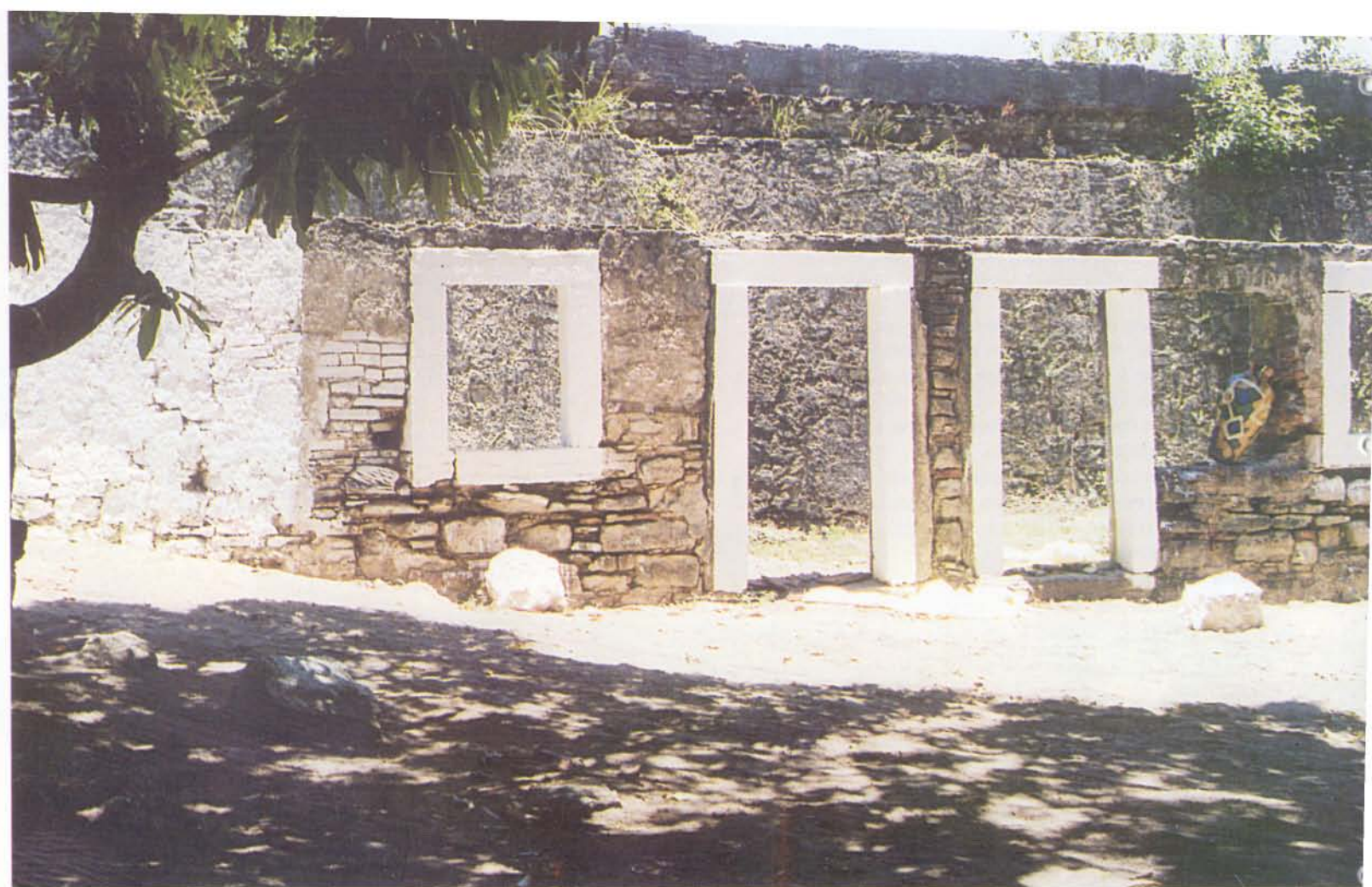


A capela, ao lado do corpo da guarda, domina a praça de armas, destacando-se do alinhamento das demais estruturas internas. Conservando o alinhamento do trânsito e sobre o conjunto de estruturas que integram internamente a fachada do forte, as estruturas do sobrado, hoje se encontram sem coberta. As rampas de acesso ao terrapleno ocupavam os quatro vértices do pátio interno do forte. Do lado oposto à capela, em um plano mais elevado, a esplanada da artilharia, onde jazem por terra os canhões



Ainda na área do trânsito, sobre a porta principal de entrada, existem estruturas remanescentes de elementos constituintes do mecanismo da ponte levadiça





O trabalho de conservação, sem orientação técnica, levou a que fossem caídas as peças de cantaria que deveriam manter sua aparência natural

No plano ao rés do chão, voltados para a praça de armas, uma seqüência de quartéis, em cuja construção se utilizou pedras e tijolos rejuntados com argamassa de cal. Uma estrutura a ser rebocada, que deixava a mostra as molduras das janelas e os portais, em cantaria

Ainda durante a guerra holandesa, o forte foi atacado e ocupado pelos batavos, mas em seguida foi recuperado.

Finda a guerra, a fortificação teria passado um longo tempo abandonada, sem que deixasse de haver reclamos pelo seu restabelecimento. Seria provavelmente uma outra edificação, a que teve início em 1677, ainda sob a responsabilidade de João Fernandes Vieira, então Superintendente das Fortificações. Os trabalhos de construção receberam grande ajuda dos moradores locais, que forneciam além de material, trabalhadores, carros e animais. Nesta etapa o forte chegou a ser artilhado.

Em 1683, o forte se encontrava novamente em obras, agora sob a responsabilidade do Mestre Francisco Pinheiro, que havia empreitado o serviço. Somente em 1691 teriam sido concluídas as obras do forte, embora só em 1780 a sua capela tenha sido construída.

O Forte de Tamandaré foi reconstruído em 1812 por ordem do Governador Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro

Em 1808 foi melhorado.

Em 1822 sofreu novos reparos.

Em 1880 estava armado com 18 peças e foi considerado fortificação de segunda classe.

Nos portais em pedra, as marcas dos engastes das dobradiças; nas paredes, testemunho do antigo reboco que revestia interna e externamente as paredes dos quartéis



Grande parte das estruturas se encontra em ruínas. Uma complexa trama de cômodos, em diferentes planos cuja contemporaneidade somente pode ser avaliada em um estudo detalhado do forte

Medidas sugeridas

Gestões junto à Prefeitura, para que coordene o aproveitamento do forte, com base em uma assessoria técnica, que oriente as ações de manutenção e conservação do forte. O forte vem sendo mantido relativamente livre da presença de árvores em suas paredes. Entretanto, necessita de limpeza do matagal (visto do mar) ao redor para aumentar a visibilidade do monumento. Sobretudo ocupação do espaço e inclusão em roteiros turísticos. Por outro lado, sua utilização sem que haja um treinamento dos promotores de eventos no sentido da preservação das estruturas, possivelmente trará problemas de descaracterização do forte, haja vista que, na tentativa de oferecer uma "melhor" aparência às ruínas, os portais e as grades das janelas, em cantaria, foram caídas.

Do ponto de vista de preservação das estruturas, seria importante a realização de obras de consolidação das estruturas externas, e a restauração interna.

Data da última avaliação

26/09/97.

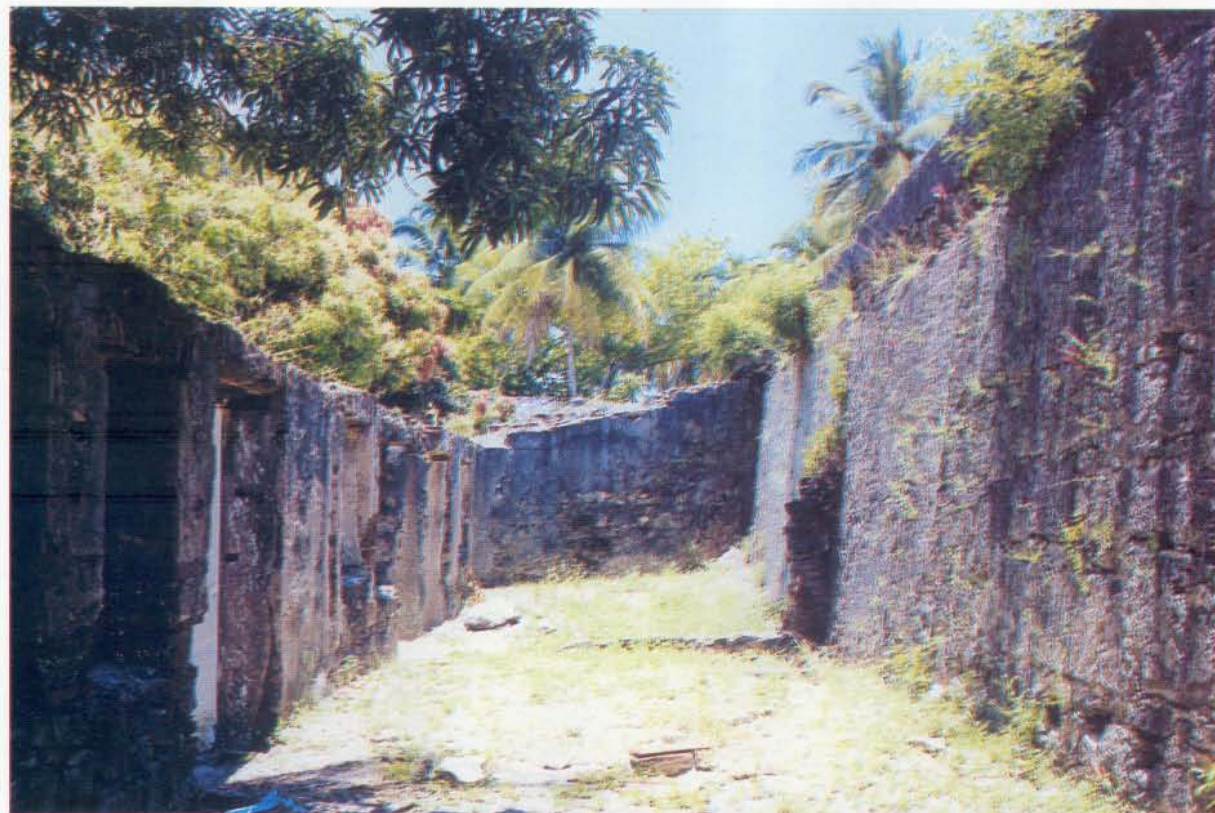
Fotografado em 29-Set-97.

Algumas estruturas conflitantes mesmo, como a escada que tolhe parte da rampa de acesso ao terraço, uma área que deveria ser conservada livre de qualquer empecilho ao rápido deslocamento dos soldados, em casos de necessidade





Ainda no interior da praça de armas, as ruínas da antiga casa e pólvora. Diferentemente das estruturas dos quartéis, contíguas à contra-muralha, as paredes da casa de pólvora são afastadas da contra-muralha, e elevadas do nível das dependências ao rés do chão. São afastadas, portanto das principais fontes de umidade, que por contato poderiam transmitir umidade à pólvora





Construído nas terras baixas, próximo à barra de Tamandaré, o forte domina uma extensa área do litoral, um dos mais de cem portos contabilizados na Capitania de Pernambuco



É ainda uma área importante à navegação, pois ali foi instalado um farol de sinalização naval



Uma sentinela plantada sobre a esplanada do forte, que continua a velar pela segurança

Forte do Matos

Nome histórico

Forte do Matos.

Designação popular

Forte do Matos.

Outras designações históricas

Forte da Madre de Deus.

Forte de São Pedro.

Referências/identificação

Referência documental. Obras de defesa não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Recife.

Localização

Na cidade do Recife, próximo às igrejas da Madre de Deus e de São Pedro.

Localidade

Obras de defesa não localizadas.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Estado de conservação

Destruído. Não foram localizadas vestígios aparentes do forte.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento textual.

Fatores de destruição

Agentes naturais e antrópicos.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica. Ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Comentários

***E**ra chamado de Forte da Madre de Deus e Forte de São Pedro por se localizar próximo àquelas duas igrejas. O povo, entretanto só o conhecia por "Forte do Matos". Esta fortificação também não resistiu ao tempo nem às reformas do Bairro do Recife, foi demolida no século passado.*

Reduto Emília

Nome histórico

Reduto Emília.

Designação popular

Reduto Emília.

Outras designações históricas:

Reduto Amélia;

Reduto Emília.

Reduto Milhou.

Forte Amelioc.

Forte do Taborda.

Referências/identificação

Referências documentais, obras de defesa não identificadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Recife.

Localização

Cerca de 400m ao sul do Forte das Cinco Pontas, possivelmente correspondendo hoje ao Cabanga.

Localidade

Obras de defesa não identificadas.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Estado de conservação

Destruído.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento histórico.

Fatores de destruição

(provavelmente) fatores antrópicos e naturais, abandono e reocupação da área.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas fortuitas, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data mais recuada

primeira metade do século XVII.

O Reduto Emília foi construído pelos holandeses a partir de 21 de agosto de 1631. Constava ele dos planos traçados pelo engenheiro holandês Commersteijn para a defesa sul da Ilha de Antônio Vaz. O engenheiro que retornava à Europa não chegou a concluí-lo, mas deixava bem claro sua importância, recomendando que suas obras deveriam ser iniciadas com brevidade. Tinha como objetivo complementar a defesa da barreta dos Afogados. Era obra de apoio ao Forte Frederico Henrique, onde já haviam sido construídos dois hornaveques. Após o segundo hornaveque do forte, deveria se seguir um hornaveque leve, fechado por um reduto. O reduto foi construído sobre a casa de um pescador de nome Manuel Taborda, que ficava à beira mar, em frente à barreta dos Afogados.

Algumas informações, de autores coevos, são um tanto contraditórias, pelo menos à luz da documentação que se pode reunir. Segundo o Relatório de Carpentier, em 1636 o Forte Amélia estaria arrasado. Abandonado e inútil teria sido destruído por ordem expressa de Nassau. Entretanto, na planta intitulada 'Ilha de Antony Vaaz', constante do Atlas Vingboons de 1639, existe uma referência à "casa chamada o Passo de Amélia". Em suas proximidades estão assinalados armazéns (depósitos de açúcar, provavelmente) cuja exploração a Companhia das Índias entregou ao judeu Duarte Saraiva, que era então o senhor do Engenho Madalena.

Por outro lado, outras referências dão conta de que em janeiro de 1654, em uma ofensiva dos campanhistas luso-brasileiros, o Forte Emília teria sido tomado e ocupado pelas tropas sob o comando de Vidal de Negreiros. Referências do início do século XX, assinalam que nas baixas-mar, ainda se podiam ver vestígios dos alicerces do Forte Amélia.

Nome histórico

Forte da Barreta.

Designação popular

Forte da Barreta.

Outras designações históricas:

Forte Schoonen Burgh.

Forte da Boa Viagem.

Referências/identificação

Referência documental; obras de defesa não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Recife.

Localização

Cidade do Recife.

Localidade

Antes das grandes obras de reforma no porto do Recife, no início deste século, existia nos arrecifes, próximo ao antigo Cais do Lamarão, uma falha natural a que se chamava “Buraco do Francês” ou “Barreta dos Afogados”, ponto bastante vulnerável para defesa do Recife. O Forte da Barreta situava-se próximo a esta falha natural.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Estado de conservação

Destruído.

A barreta dos Afogados, uma abertura natural nos arrecifes, um pouco mais ao sul da barra principal do porto, permitia a passagem de embarcações de um certo calado. Constituíam-se mesmo em uma entrada ou saída alternativa do porto do Recife. Muito útil nos tempos de paz, para as embarcações que demandavam o sul ou que dali chegavam, a barreta representava uma preocupação em termos de defesa. Buscaram-se meios de defendê-la, ou melhor, de defender-se desta facilidade que se podia oferecer aos inimigos. Quando governou Pernambuco, entre 1620 e 1626, Matias de Albuquerque fez instalar na barreta uma grossa corrente, impedido assim a passagem de embarca-

Tipo de trabalho realizado

Levantamento textual.

Fatores de destruição (provável)

Agentes naturais e antrópicos. Área reocupada.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas eventuais, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data mais recuada

Primeira metade do século XVII.

Forte da Barreta

ções. Mas nem sempre foi mantida esta defesa. Em tempos de paz, pelas facilidades que proporcionava, sempre se voltava a utilizar a barreta. Durante a dominação holandesa manteve-se o conflito entre a utilidade e o risco que representava a barreta. Apesar de haverem instalado o Forte Frederico Henrique em uma posição capaz de defendê-la, temiam aquele acesso aberto aos inimigos. Além dos hornaveques deste forte, construíram, ainda visando guarnecer a barreta, o Forte ou reduto Amélia.

Durante a Campanha da Restauração, renovam-se as preocupações holandesas para com a barreta; temiam que por ali viessem a passar reforços externos para os da terra. Para melhor defenderem-se, fizeram construir nas proximidades um novo forte. O Forte Schoonen Burgh (denominado entre os brasileiros de Forte da Barreta), guarnecido por 200 homens, sob o comando do Capitão Blauwen Haen. Ainda durante a Campanha da Restauração, o Forte da Barreta foi, por um período, ocupado pelos brasileiros, mas a 18 de abril de 1648, foi retomado pelos holandeses.

Em 1554, quando o domínio holandês, sob a ação dos campanhistas, fora reduzido ao Recife, buscaram os holandeses concentrar suas forças naquela praça. O Forte da Barreta foi por ordem abandonado, retirando-se dali toda a artilharia e munições. Tiveram ainda o cuidado de incendiar os quartéis, tornando-o imprestável aos inimigos.

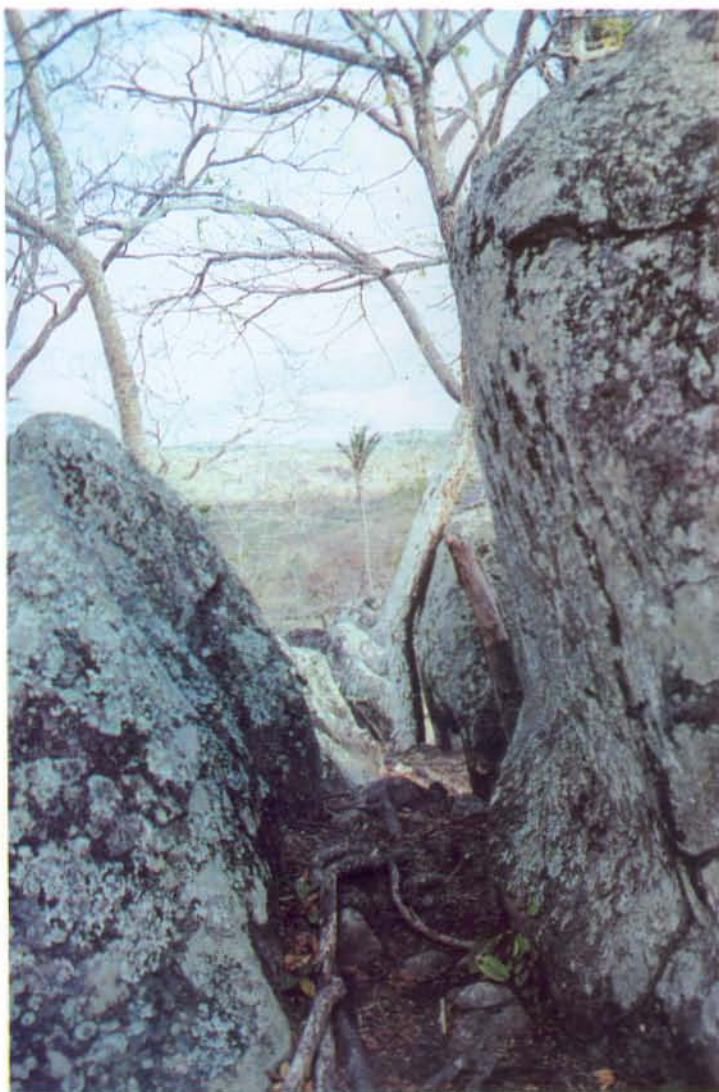
Durante as grandes obras de reforma no porto do Recife, no início deste século, aquela barreta também conhecida como “Buraco do Francês” ou “Barreta dos Afogados”, foi fechada definitivamente. À época, próximo àquele ponto dos arrecifes, existia o antigo Cais do Lamarão.

Campo de Batalha do Monte das Tabocas

Desde 1639 retomava-se a campanha pela restauração de Pernambuco. Mas em 1640, Portugal ainda em luta contra a Espanha, após a restauração do trono Português, não se atreve a confrontar-se ao mesmo tempo com a Holanda. Desta forma, reconhece a perda de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Ao mesmo tempo, determinava o fim das hostilidades contra os holandeses no Brasil, proibindo seus representantes de atuarem militarmente contra as forças holandesas na colônia. De sua parte, a Holanda se comprometia, por dez anos, a não mais expandir seus domínios sobre as colônias portuguesas. Ambas as partes não cumpriram tais acordos. Em Pernambuco, a ação dos campanhistas começa a tomar corpo. De início devastando os canaviais, inviabilizando a produção de açúcar da colônia. Em 1642, e 43 muitas campanhas são desenvolvidas, de pequena envergadura, mas que em seu conjunto desestruturava a admi-

O Riacho Tabocas, continua correndo no vale entre os montes das terras da Vitória de Santo Antão. Mas as tabocas que povoavam o vale e parte de suas encostas, e emprestaram o nome ao riacho, quase não mais existem. Ao longo dos anos, com o cultivo da terra, a paisagem se transformou. Hoje, sem a vegetação densa que permitiu o uso da tática da 'guerra brasileira', resta a visão do relevo das terras, e os blocos de pedra, que bem poderiam ter sido usados nas emboscadas, ou como abrigo dos que buscavam deixar o campo de batalha.





nistração e a economia holandesas no Brasil. O auxílio aos campanhistas, que viera por mar sob o comando do Conde da Torre, fracassara; a esquadra fugira ao embate com os holandeses e, perseguida por 5 dias, praticamente foi destroçada no combate que se travou próximo a Cunhaú, no Rio Grande do Norte.

Mas em terra, apesar das poucas armas, retomava-se as práticas das emboscadas. Contava-se agora com o concurso do experiente capitão Dias Cardoso, que combatera no início da ocupação. Experiente na guerra, tanto no planejamento e execução dos combates, quanto na arregimentação de novos adeptos. Pouco depois, a 3 de agosto de 1645, teria lugar a primeira batalha desta nova força que se organizava, mas que ainda se encontrava muito mal armada, pois, desde 43 os holandeses se empenhavam em desar-



Nome histórico

Monte das Tabocas.

Designação popular

Monte das Tabocas.

Nome de tombamento

Sítio Histórico do Monte das Tabocas.

Número de registro do sítio UFPE/LA

PE 0249.

Referências/identificação

Referências textuais, localização conhecida.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Vitória de Santo Antão.

Localização

Zona rural, Monte das Tabocas.

Localidade

O Sítio Histórico Monte das Tabocas está localizado no município de Vitória de Santo Antão, à margem direita da PE-60 no sentido Vitória - Glória do Goitá.

Latitude

08° 05' 31" Sul

Longitude

35° 14' 03" Oeste (tomados junto à capela votiva)

Quanto ao tombamento

Tombado estadual.

Ocupação atual do sítio

Parque público estadual, aberto à visitação pública.

Condições para visitação

Em área pública, de livre acesso.

Restrições à visitação

Sem restrições.

Estado de conservação

Mais recentemente a área tem sido mantida em grande parte com a vegetação nativa. No conjunto existem algumas casas esparsas, e um pequeno aglomerado com uma escola pública, uma capela e um pequeno museu.

Natureza dos vestígios

Não foram registrados vestígios da batalha.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento histórico, prospecções arqueológicas.

Fatores de destruição

Desuso/abandono.

Nível de risco de destruição

Reocupação da área.

Condições/recomendações para escavação

Plenas condições para escavação. Recomenda-se não executar obras antes da realização de escavações arqueológicas, haja vista o interesse histórico da área.

Medidas sugeridas

Garantir a não ocupação do espaço e inclusão em roteiros turísticos.

Data da última avaliação

Agosto de 1998.

Fotografado em 20/11/98**Data mais recuada**

Agosto de 1645.

mar todos os luso-brasileiros. Na Batalha do Monte das Tabocas, as forças luso-brasileiras contavam com 1.600 homens, a maioria sem experiência em guerras, e apenas 250 armas de fogo de tipos e calibres variados. Mas valendo-se da estratégia de emboscadas, organizadas por Antônio Dias Cardoso, conseguiram derrotar o inimigo, militarmente muito superior.

Vencida a luta, pelos brasileiros, as forças inimigas retirando-se desordenadamente, deixavam atrás de si muito do armamento que traziam. Armas dos mortos, de feridos, armas abandonadas na pressa da retirada. Uma importante presa que iria em muito reforçar os poucos recursos disponíveis aos luso-brasileiros.

Casa-forte

Nome histórico

Casa-forte.

Designação popular

Casa-forte.

Referências/identificação

Referência documental, estruturas não localizadas.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Recife.

Localização

Em Recife, bairro de Casa-forte.

Localidade

Estruturas de defesa não localizadas.

Quanto ao tombamento

Não é tombado.

Ocupação atual do sítio

O engenho e suas estruturas não mais existem; a área foi reocupada pela expansão da cidade do Recife.

Estado de conservação

Destruído.

Tipo de trabalho realizado

Levantamento histórico.

Fatores de destruição (provavelmente)

fatores antrópicos e naturais, abandono e reocupação da área.

Medidas sugeridas

Prospecção arqueológica sistemática, específica, ou ainda, prospecções arqueológicas fortuitas, por acompanhamento das obras que se façam na área.

Data

1645

Histórico: Quando a campanha de restauração ganha corpo em 1645, um dos engenhos mais produtivos era o de D. Anna Pais. A casa de vivenda fora recentemente construída em pedra e cal.

Em 1645, as tropas luso-brasileiras que combatiam pela Restauração de Pernambuco, já mais organizadas, reuniam-se nas matas de São Lourenço. Dali partiam em diferentes missões. Quando voltavam às matas de São Lourenço, após terem vencido os holandeses na batalha do Monte das Tabocas, as tropas luso-brasileiras atacam as forças holandesas aquarteladas na casa-forte do engenho de D. Ana Paes. Ali, os holandeses mantinham brasileiros e brasileiras como reféns (o episódio ocorrido em 17 de agosto de 1645 é conhecido como Batalha de Casa-forte). A estratégia concebida por Dias Cardoso permitiu a tomada da posição. Foram feitos prisioneiros 450 homens que lutavam para a Companhia, entre os quais, cerca de 250 holandeses. Aos 250 holandeses foi dado “quartel e condições de regresso à Europa.” Entre os prisioneiros, cerca de 200 eram índios que, sob a acusação de ‘traição à fé católica’ foram ‘justiçados’. Seria, talvez, uma vingança contra o que acontecera em Cunhaú, onde os índios massacraram a população que tentara se abrigar na igreja.

Nome histórico

Forte do Bom Jesus.

Designação popular

Forte do Arraial Novo do Bom Jesus.

Nome de tombamento

Arraial Novo do Bom Jesus.

Outras designações históricas:

Forte do Bom Jesus;

Forte do Bom Jesus (novo);

Fortim do Arraial Novo do Bom Jesus;

Forte do Arraial do Bom Jesus;

Fortim do Arraial do Bom Jesus.

Forte do Arraial Novo do Bom Jesus



Durante a invasão holandesa a Pernambuco, após a saída de Maurício de Nassau, as condições político-econômicas tornavam-se cada vez mais insustentáveis. Portugal há pouco saído do julgo espanhol, lutava por reconquistar suas posições político-econômicas na Europa. No Brasil, recomeçava com ímpeto a campanha para libertação do julgo holandês. O comando da Resistência já não podia mais instalar-se nas sedes dos engenhos, conhecidas dos holandeses e sem maiores estruturas de defesa. Elegeu-se então um sítio, afastado do litoral, mas a meio caminho de diferentes acessos utilizados pelos invasores. Dali podiam sair os campanhistas em sortidas e atalhar, atacar troços do inimigo.

A artilharia do Forte Real do Bom Jesus (novo) salvou pela primeira vez, ao romper-se o ano de 1646.

Dali partiram as tropas luso-brasileiras para atalhar as forças holandesas que se dirigiam ao sul de Pernambuco, tendo lugar a Primeira Batalha dos Guararapes (10/04/1648), um marco decisivo para a vitória dos brasileiros. Daí também partiram, dez meses após, para outro combate decisivo, a Segunda Batalha dos Guararapes (19/02/1649).

Terminada a dominação holandesa, o forte foi desativado e abandonado. Já não representava um ponto estratégico a ser defendido.

O Forte do Bom Jesus é uma das poucas fortificações em terra construídas no Brasil, cujos vestígios ainda se encontram aparentes. Embora pouco discernível aos olhos



O Forte (novo) do Bom Jesus, mais conhecido como Arraial Novo do Bom Jesus, foi construído distante da cidade, afastado até mesmo das sedes dos engenhos do vale do Capibaribe. Eram terras baixas, em muitos pontos alagadiças. Nestes três séculos e meio, a cidade tomou os antigos campos de cana e envolveu as estruturas do forte. Um forte construído em terra, de forma retangular com quatro baluartes. Cercado por um fosso, que pelo menos parte do ano permanecia com água. Apesar do desgaste natural do terreno, muito de sua forma pode ser percebida, dependendo do ponto de observação



Número de registro do sítio UFPE/LA
PE 0207-Cb.

Referências/identificação

Referência documental, localização conhecida.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Recife.

Localização

Recife, bairro do Engenho do Meio.

Localidade

Av. do Forte, Engenho do Meio, Recife.

Latitude

008° 03' 23,1" Sul.

Longitude

034° 55' 51,7" Oeste.

Quanto ao tombamento

Tombado federal.

Processo

942-T-76. Livro Histórico Vol. 1 Folha 80 Inscrição 467 08/04/1980.

Ocupação atual do sítio

Praça pública administrada pela Prefeitura da Cidade do Recife.

Condições para visitação

Em área pública, de livre acesso.

Restrições à visitação

Sem restrições.

Estado de conservação

O sítio se encontra em estado vestigial.

Natureza dos remanescentes

Estruturas em terra, que ainda permitem visualizar-se os antigos bastiões, as cortinas, e a área de terra-pleno.

Tipo de trabalho realizado

Reconhecimento, plotagem, documentação fotográfica.

Fatores de destruição

Desuso/abandono; agentes naturais e antrópicos.

menos treinados, o delineamento de suas estruturas ainda pode ser percebido.

Sua localização foi marcada por um obelisco de mármore, erguido pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, ainda no século passado. Atualmente sua área encontra-se inserida numa praça de grande movimentação pública. Sua praça de armas e demais estruturas, como os baluartes, são, constantemente, utilizados para a recreação dos moradores locais. A ação antrópica, somada ao desgaste natural, aceleram violentamente a erosão, comprometendo o estado de conservação deste importante monumento nacional.



Um obelisco implantado sobre um dos bastiões do forte, foi a homenagem prestada pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco aos combatentes na Campanha da Restauração

Nível de risco de destruição

A cobertura vegetal rasteira exerce um relativo controle da erosão, entretanto o trânsito de pedestres e ciclistas em determinadas áreas, vem sulcando o terreno e deformando as estruturas em terra.

Condições/recomendações para escavação

Existe potencial para escavação arqueológica.

Medidas sugeridas

Controle de ações para preservação das estruturas remanescentes, em terra.

Data da última avaliação

11/02/98.

Fotografado em 07-Mar-97.**Data mais recuada**

Fins de 1645 início da construção.

Um outro bastião foi ocupado após a desativação do forte, por uma casa de morada. Uma sólida construção e tijolos, que depois de desocupada, sem telhado, entrou em processo de arruinamento



Além do valor histórico do monumento, o Forte (novo) do Bom Jesus se constitui em um dos raros exemplares construídos em terra cujas estruturas foram pelo menos em parte preservadas, o suficiente para permitir uma franca visualização de seu conjunto.

Nome histórico

Montes Guararapes.

Designação popular

Montes Guararapes.

Nome de tombamento

Parque Histórico Nacional dos Guararapes.

Outras designações históricas

Campo de Batalha dos Montes Guararapes.

Número de registro do sítio UFPE/LA

PE 0064-Ls.

Referências/identificação

Referências textuais e arqueológicas, localização conhecida.

Capitania

Pernambuco.

Estado

Pernambuco.

Município

Jaboatão dos Guararapes.

Localização

Montes Guararapes, Jaboaão dos Guararapes.

Localidade

Parque Histórico Nacional dos Guararapes.

Latitude

08° 09' 06,6" Sul

Longitude

34° 55' 45,7"W. (tomados junto à igreja votiva de N.S. dos Prazeres.)

Campo de Batalha dos Montes Guararapes



Local onde se deram as duas mais importantes batalhas entre holandeses e luso-brasileiros. Em março de 1648, uma poderosa frota de 41 navios da Companhia das Índias chega a Recife, transportando 6.000 soldados e víveres. Contavam com estes reforços para reconquistar o espaço perdido, e sobretudo restabelecer o controle das áreas produtivas no sul da colônia. É esta tropa que, um mês após o desembarque, é batida na 1ª Batalha dos Guararapes. Em fevereiro do ano seguinte, o exército holandês sob o comando do coronel Van den Brinck, manobra em direção aos Montes Guararapes, buscando recuperar-se da derrota sofrida no ano anterior. Não atingem seu intento, sendo mais uma vez derrotados. Fora um grande desastre militar para os holandeses, que batem em retirada, sem qualquer controle por parte de seus comandantes.

Parte das tropas acampadas na Muribeca aguardava o momento oportuno para baterem-se contra os holandeses. Vencidas as batalhas, retomada a terra, ergueu-se uma igreja votiva à Senhora dos Prazeres, dominando os montes, olhando para as terras do antigo acampamento



Na primeira batalha (10/04/1648), os holandeses comandados pelo General Sigismund Von Schkoppe (aproximadamente 5000 homens) foram derrotados pelas tropas luso-brasileiras (aproximadamente 3500 homens). Na segunda batalha (19/02/1649), dez meses depois, portanto, os holandeses seriam definitivamente derrotados pelos luso-brasileiros, comandados por João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Francisco Figueiroa, Henrique Dias e Barreto de Menezes.

Em 1656 as terras onde estava localizada a capela foram doadas à Ordem Beneditina de Olinda pelo proprietário do Engenho Guararapes. A antiga capela foi ampliada, e reformada em diferentes ocasiões, de acordo com o gosto e as posses de cada momento



Quanto ao tombamento

Tombado federal.

Processo

523-T. Livro Histórico Vol. 1 Folha 55
Inscrição 334 31/10/1961.

Ocupação atual do sítio

Parque Histórico Nacional.

Condições para visitação

Em área pública, de livre acesso.

Restrições à visitação

Sem restrições.

Estado de conservação

Apesar de se tratar de área tombada, grande parte da área de manobra das tropas e da própria batalha foi invadida e ocupada por construções. A área hoje preservada restringe-se a uma pequena porção daquela que a princípio fora tombada.

Natureza dos remanescentes

Existe no local uma igreja votiva, em ação de graças pelas vitórias ali alcançadas pelas tropas luso-brasileiras. Um dos cemitérios dos mortos nas batalhas foi localizado através de escavações arqueológicas realizadas pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE em 1970, por ocasião da criação do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.

Tipo de trabalho realizado

Plotagem, prospecção arqueológica, escavação arqueológica parcial, documentação fotográfica.

Fatores de destruição

Agentes naturais e antrópicos.

Do alto dos montes se pode dominar toda área circunjacente. Dalí, podiam os brasileiros perceber os movimentos das tropas holandesas, que partiam de Recife, rumo as terras do sul. Ali puderam tolher seus passos; e sobretudo vencer as duas batalhas decisivas daquela guerra





Nos baixios, entre os morros e os alagados, as tropas da terra surpreenderam, bateram os holandeses. Na tradição popular ficou registrada a toponímia 'Córrego da Batalha'. Um estreito vale, que se abre para os alagados. Terras de engenho, que ainda no século dezessete foram, em parte, cedidas aos Beneditinos. Mais recentemente, com a expansão urbana do Recife, parte das terras foi invadida, ocupada pelo casario; o 'Córrego da Batalha' foi um dos primeiros a ser ocupado





Transformado em Parque Nacional, se busca hoje preservar as feições daquelas terras, palco das batalhas decisivas, da guerra encetada contra os holandeses, que dominavam parte do Brasil

Nível de risco de destruição
Reocupação.

Condições/recomendações p/ escavação

Recomenda-se proceder escavações arqueológicas antes de implantarem-se novas obras no Parque, pois no local após as batalhas havidas, muitos dos mortos, de ambos os lados foram ali enterrados.

Medidas sugeridas

Existem diferentes projetos de utilização do Parque, que hoje conta com a presença de uma unidade do Exército para garantir a sua integridade.

Data da última avaliação
Jan-97.

Fotografado em 14-Jan-97.

Data mais recuada
1648.





Duras batalhas, quando se dispunha de poucas armas, de pouca munição, mas de muita vontade, de muita fé. Tanta fé, em tão precárias condições, que segundo a tradição popular, a Senhora dos Prazeres, acudindo aos brasileiros católicos, contra os 'hereges' holandeses, teria 'transformado pedra em bala'

Estâncias luso-brasileiras no cerco da Resistência (1630-35)

Trincheiras dos Afogados

Construída pelos luso-brasileiros, guarnecia o acesso ao interior através do Rio Capibaribe. Naquelas proximidades os holandeses construíram posteriormente o Forte Príncipe Guilherme.

Estância Nuno de Mello – também chamada do Aguiar - localizada onde depois se formou a povoação dos Remédios.

Trincheira do Mendonça – na Madalena.

Trincheiras de Luiz Barbalho, nas Salinas, depois transformadas no Forte das Salinas.

Estas estâncias foram sucessivamente atacadas e tomadas, a partir da madrugada de 18 de março de 1633, pelos holandeses comandados pelo General Reimback. À época, contavam os holandeses com o apoio de Domingos Fernandes Calabar que os guiou até àqueles locais.

Forte dos Negros

Possivelmente relacionado às estâncias de cerco do Recife durante a Resistência. Defendia uma passagem entre os alagados, nas proximidades da ponte do Maduro. Estava arruinado antes de 1639 – Referência cartográfica.

Baterias da Enseada de Calhetas

Na enseada da Calheta, onde os navios podiam contar com uma boa aguada, havia, em 1631 duas bateiras, sob a bandeira dos da terra, cada uma delas com duas peças de ferro.

Redutos holandeses à margem do Capibaribe

Quatro redutos holandeses foram construídos para guarnecer Passos no Rio Capibaribe. Integravam o sistema de defesa do Recife, guarnecendo a face oeste. Nesta sequência de redutos, aquele localizado mais ao sul era conhecido como 'de kat' (o gato) de 27/06/1630. As obras de defesa não puderam ainda ser localizadas, e a área provável de sua localização em grande parte se encontra reocupada.

Trincheiras da Ilha de Antônio Vaz

Construídas durante a ocupação holandesa constituíam uma cinta em torno da Cidade Maurícia, tendo ao norte o Forte Ernesto e ao sul o Forte Frederico Henrique, com seus hornaveques e o Reduto Emília.

Baterias às margens do Rio Beberibe

Bateria holandesa

Construída em frente ao Forte Sécua ou das Três Pontas, com o objetivo de reforçar suas defesas. Localizava-se entre o Forte do Brum e o Forte Ernesto.

Reduto de São Tiago - construído às margens do Beberibe, à época da invasão holandesa.

Trincheiras e redutos no Cabo de Santo Agostinho.

Forte Thyszzon - entrincheiramento organizado em 1634 por Calabar, ao sul do Forte de Nazaré, em frente à 'barratinga'.

Reduto construído pelos holandeses, próximo à barra, no Cabo de Santo Agostinho.

Reduto holandês na margem esquerda do Rio Morequipe, ao sul do Forte de Nazaré.

Reduto luso-brasileiro construído na casa de João Paes Barreto a oeste do Forte Nazaré.

São referidos diversos redutos e baterias ao longo da costa nas proximidades do Cabo de Santo Agostinho, dos quais não se tem, até então, maiores detalhes.

Outros redutos.

Reduto da passagem da barra dos Marcos, em Igarassu.

Trincheira das salinas posto construído pelos brasileiros em 1649, mantido sob a guarda do Capitão Apollinario Gomes Barroso.

Redutos holandeses para o cerco do Forte Real do Bom Jesus (Arraial Velho do Bom Jesus)

Engenho de Marcos André, onde os holandeses construíram uma fortificação e levantaram também quartéis para acampamento das tropas.

Engenho S. Pantaleão do Monteiro (Engenho Monteiro), ocupado pelos holandeses em 3 de maio de 1635, para fechar o assédio ao Arraial.

Passo de Santa Ana. Combates para sua conquista em 8 fevereiro de 1635.

Passo do Fidalgo, ficava 'a um tiro de mosquete' do Arraial; com este posto os holandeses cortavam o acesso de víveres ao Arraial e garantiam o de suas tropas.

Outeiro do Barbosa, tomado pelas tropas de Henrique Dias, em 18 de maio de 1635.

Relação dos Fortes e pontos fortificados em Pernambuco

Feitoria de Cristóvão Jaques.
Reduto Francês
Reduto dos Marcos
Vila de Igarassu
Casa-forte de Duarte Coelho
Forte São Jorge Velho.
Forte de São Francisco.
Forte São Jorge Novo.
Forte Quebra Pratos.
Forte do Rio Tapado.
Forte de Santo Amaro das Salinas.
Vila Velha.
Forte Real do Bom Jesus.
Forte Ernesto.
Forte do Queijo.
Guarita de João de Albuquerque.
Fortim Alternar.
Forte de Pau Amarelo.
Forte do Brum.
Forte do Buraco.
Forte das Cinco Pontas.
Forte Príncipe Guilherme.
Forte das Três Pontas.
Forte Orange.
Fortim de Catuama.
Reduto de Tejucupapo.
Forte do Rio Formoso.
Sirinhaém.
Vila de Nazaré.
Forte de Nazaré.

Forte de Nazaré (construído após 1632).
Castrum Dussen.
Castrum Giselini.
Redutos do Cabo de Santo Agostinho.
Forte de São Francisco Xavier.
Bateria de Calhetas.
Castelo do Mar.
Quartel da Barra de Nazaré.
Forte de Santa Cruz.
Forte Tamandaré.
Forte do Matos.
Reduto Emília.
Forte da Barreta.
Campo de Batalha do Monte das Tabocas.
Casa-forte.
Forte do Arraial Novo do Bom Jesus.
Campo de Batalha dos Montes Guararapes.
Trincheira do Istmo.
Trincheira de Olinda
A bateria em frente a barra (porto do Recife).
Duas baterias ao lado do Forte de São Jorge (Novo).
Trincheiras dos Afogados.
Estância Nuno de Mello.
Trincheira do Mendonça.
Trincheiras de Luiz Barbalho.
Forte dos Negros.
Baterias da Enseada de Calhetas.
Redutos holandeses à margem do Capibaribe (4).
Trincheiras da Ilha de Antônio Vaz.
Bateria em frente ao Forte Sécula.

Reduto de São Tiago
Forte Thyszzon - entrincheiramento organizado em 1634 por Calabar
Reduto holandês, próximo a Barra, no Cabo de Santo Agostinho.
Reduto holandês do Rio Morequipe, ao sul do Forte de Nazaré.
Reduto de João Paes Barreto.
Reduto da passagem da barra dos Marcos.
Trincheira das salinas.
Engenho de Marcos André.
Engenho S. Pantaleão do Monteiro (Engenho Monteiro
Passo de Santa Ana.
Passo do Fidalgo.
Outeiro do Barbosa
Estância de Antônio Felipe Camarão
Estância de Henrique Dias.
Estância do Aguiar

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. 1ª ed. Revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Pub. Soc. Capistrano de Abreu. Inst. Nac. do Livro, 1954.
- ACIOLI, Vera Lúcia Costa; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. Plantas de fortificações do Nordeste do Brasil - séc. XVIII. **Boletim do Departamento de História**, Recife, UFPE, CFCH, 1985, il. (Divisão Documental, 3)
- ACTA da 79ª sessão ordinária, no dia 1 de abril de 1867. **Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano**. Recife: n. 13, Ano IV, t 2, p. 1-5. Out. 1866.
- ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **A Remuneração de Serviços da Guerra Holandesa: a propósito de um sermão do Padre Vieira**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Instituto de Ciências do Homem, Divisão de História, Imprensa Universitária, 1968. (Monografia n. 4).
- ALBUQUERQUE, Marcos. Assentamentos Militares: uma Perspectiva de Abordagem. In: Conferência Internacional de Arqueologia Histórica Americana, 2ª, 16-20 de out., 1995. Santa Fé (La Vieja), Argentina. **Actas da II Conferência Internacional de Arqueologia Histórica Americana**. South Carolina: The University of South Carolina, The South Carolina Institute of Archaeology and Anthropology, 1995. v. 1, p. 19-38. (Historical Archaeology in Latin America, 14).
- ALBUQUERQUE, Marcos. O sítio arqueológico PE 13-Ln; um sítio de contato inter-étnico: nota prévia. In: Simpósio de Arqueologia da área do Prata e Adjacências, 3º, São Leopoldo (RS), 24-28 de julho de 1969. **Anais do Terceiro Simpósio de Arqueologia da área do Prata e Adjacências**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisa, 1969. v. 1, p. 79-90. (Pesquisas, Antropologia, 20; Estudos Leopoldenses, 13)
- ALBUQUERQUE, Marcos. Escavações arqueológicas realizadas na Igreja Quinhentista de Nossa Senhora da Divina Graça, em Olinda. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**, Recife, n. 3, p. 89-90, 1980.
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. **Arraial Novo do Bom Jesus: consolidando um processo, iniciando um futuro**. Recife: Editora Graftorre Ltda., 1997. 225 p., il.
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. **Forte Real do Bom Jesus: resgate arqueológico de um sítio histórico**. Recife: Cia. Ed. de Pernambuco, 1988. 72 p.
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. **O Forte de Óbidos, Arqueologia de um monumento**. Relatório apresentado ao Projeto de Preservação do Patrimônio Arquitetônico de Óbidos, UFPA/SPHAN-PA. Recife, 1990. (Datilografado).
- ALMEIDA, Francisco Manoel Raposo de. Carta do Coronel Artishoffsky ao Conde Maurício e ao Conselho Supremo do Brasil. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. VI, n. 35. p. 03-27, 1888.
- ALMEIDA, Francisco Manoel Raposo de. Edital Sobre a Entrega de Armas e Munições por Parte de todos que as possuem sem pertencer à Milícia dos Holandeses. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. V, n. 33, p. 187-190, 1887.
- ALMEIDA, Francisco Manuel de. Relatório sobre o lugar em que existiu o Forte de São Jorge ou Forte Velho. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco**, Recife: vol. II, n. 13, p. 30-35.

- ALMEIDA, Francisco Manuel Raposo de. Itamaracá. Excerto de uma memória apresentada ao Conde Maurício de Nassau e seu Conselho Privado, pelo Coronel Artishoffsky, ao retirar-se do Brasil no ano de 1637. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. XXVII, n. 127-139, p. 343 – 348, 1925 - 1926.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no comércio colonial: ensaios**. São Paulo: Ed. Ática, 1980. 714p.
- ASSUMPÇÃO, T.J. Lino de. **História Geral dos Jesuítas**. Lisboa: Ed. Moraes. 1982. (Col. Testemunhos Portugueses).
- AZEVEDO, Pedro Cordolino F. de. **História Militar**. 2 vols. Rio de Janeiro: 1950-1952.
- BAERS, Padre João. **Olinda conquistada**. Tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1977. 76 p. (Coleção pernambucana: 1ª fase, v. 11 b). Fac-símile da ed. Recife: Typographia de Laemmert & C.- Editores, 1898.
- BARBOSA, Artur Alves. **A Capitania de Duarte Coelho e a Obra de Colonização Portuguesa no Brasil**. Recife: Edição do Gabinete Português de Leitura, 1935.
- BARRETO, Cel. Aníbal. **Fortificações do Brasil (resumo histórico)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. 337p.,il.
- BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. (BRASILIANA, 1ª Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 49)
- BARROSO, Gustavo. **O Brasil na Lenda e na Cartografia Antiga**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. (BRASILIANA, 1ª Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 199)
- BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, v. 2, 1983.
- BENTO, Cláudio Moreira. **As Batalhas dos Guararapes, Descrição e Análise Militar**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1971.
- BERINGER, Emile. O Porto de Pernambuco e a Cidade do Recife no Século XVII. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. XI, n. 60, p. 37-60, 1903.
- BOXER, C. R.. **Os Holandeses no Brasil, 1624-1654**. Trad. de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. (BRASILIANA, 1ª Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 312). [BOXER, C. R.. **The Dutch in Brazil, 1624-1654**. Oxford: at Clarendon Press, 1957.]
- BRANDÃO, Otávio. Aspectos pernambucanos nos fins do século XVI. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife: Imprensa Industrial, vol. 16, p. 147-157, 1914.
- BRANDÃO, Otávio. Cartas Nassovianas. Correspondência do Conde João Maurício de Nassau, Governador do Brasil Holandês, com os Estados Gerais (1637 - 1646) . **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. XII, n. 69, p.533 - 555, 1906.
- BRAUDEL, Fernando. **Civilização Material e Capitalismo, séc. XV-XVIII**. Trad. Maria Antonieta Magalhães Godinho. Rio de Janeiro: Cosmos, 1970. il. (Coleção Rumos do Mundo, 10).
- BRAVO, M. Pinto. **Forças Armadas - Curso de História Naval**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1959. 328p.
- CALADO, Frei Manoel (1584-1658). **O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade**. 1ª edição. Prefácio de José Antonio Gonçalves de Mello. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1985, 2 v., il. (Coleção Pernambucana - . 2ª fase, 13).
- CALF, Joris Adriaensen. Batalha Naval de 1631. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. VIII, n. 47, p. 201-208, 1895.
- CALMON, Pedro. **História Social do Brasil, Espírito da sociedade Colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Tomo I.
- CAMPOS, J. da Silva. Fortificações da Baía. **Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Salvador: Ministério da Educação e Saúde, n. 7. 1940.

- CARDIN, Padre Fernão. Pernambuco no Primeiro Século. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. XXXII, n. 151-154, p. 249 -256, 1932.
- CARDIN, Padre Fernão. **Tratado da Terra e Gente do Brasil**. Introdução e Notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- CARPENTIER, S.; OQUENDO, Antônio de. A Batalha Naval de 1631. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. VII, n. 46, p. 103-111, 1894.
- CARTA de Maurício Conde de Nassau a Álvaro Gomes. Publicação de José Higino Duarte Pereira de cópia feita no arquivo particular do rei da Holanda. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. V, n.33, p.190-191, 1887.
- CARTA de S. M. El-Rei de Portugal, dirigida em 4 de outubro de 1645 ao Seu Embaixador acreditando junto aos Autos e Poderosos Senhores dos Estados Gerais das Províncias Unidas Neerlandesas. Tradução do Holandês de José Higino Duarte Pereira. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. VI, n. 34, p. 132-133, 1887.
- CARTA e Autos Remetidos a Antônio Teles da Silva ao Rei de Portugal. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. VI, n. 34, p. 99-132, 1887.
- CARTA Feita no Supremo Conselho e Dirigida a Matias de Albuquerque e mais Moradores da Capitania de Pernambuco. Publicação de José Higino de cópia feita no arquivo Real de Haia. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. V, n. 33, p. 179-181, 1887. [Publicado entre os documentos pela maior parte em português, sobre vários assuntos].
- CARTA Régia de 18 de janeiro de 1644, sobre o Tratamento dos Católicos sob o Domínio de Nassau. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. VI, n. 34, p. 62, 1887. [Cópia feita no arquivo do rei da Holanda. Publicada entre os documentos pela maior parte em português sobre vários assuntos].
- CARTAS do Conde Maurício. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. V, n. 31, p. 165-167, 1886. [Publicada em apenso ao Relatório de José Higino sobre as pesquisas que realizou na Holanda].
- CARTAS e Pareceres de Gaspar Dias Ferreira. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. V, n. 31, p. 323 - 352, 1886. [Publicadas por José Higino Duarte Pereira, segundo cópia feita no Arquivo particular do rei da Holanda].
- CARVALHO, Alfredo de. Um Novo Mapa do Brasil Oriental. **Revista do Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. X, n. 58, p. 460-464, 1903.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife um "presente" do "passado"**. Recife: Gráfica e Editora, Ltda. 1995. 400 p.. Bibliografia 397-399.
- CAVALCANTI, Irineu. **Atuação dos Jesuítas na Formação do Brasil: crônicas, 1549 - 1570**. Recife: 1939. 80 p.
- CHOISY, Auguste. **História de la Arquitectura**. 2v. Paris: Vicente Freal, 1954. il.
- CINTRA, Assis. **A reabilitação histórica de Calabar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- COELHO, Arnaldo Barbosa; LINS, João Batista; CARNEIRO LEÃO, Hilton. **Documentário ilustrado do tri-centenário da Restauração Pernambucana**. Recife: 1954.
- COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias diárias da guerra do Brasil, 1630-1635**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. 398 p. il. (Coleção Recife; vol. 12).
- CORTESÃO, Jaime. Cartografia Portuguesa e Cartografia Holandesa. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. XXXVIII, p. 328-331, 1943.

- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos 1493 - 1590**. Estudo introdutório de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1983. v. 1, il. (Coleção Pernambucana - 2º fase, 2).
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos 1591 - 1634**. Prefácio de Costa Porto. Aditamentos e correções de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais; 1983. v. 2, il. (Coleção Pernambucana - 2º fase, 3).
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos 1635-1665**. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais; 1983. v. 3, 531 p., il. (Coleção Pernambucana - 2º fase, 4).
- COSTA, Francisco Augusto Pereira de. **Anais Pernambucanos 1666-1700**. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais; 1983. v. 4, 530 p., il.. (Coleção Pernambucana - 2º fase, 5).
- COSTA, Francisco Augusto Pereira de. **Anais Pernambucanos**. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais; 1985. v. 11, 530 p., il.. (Coleção Pernambucana - 2º fase, 18).
- DERBY, Orville A. O Nome de Pernambuco nos Mapas Antigos. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. XI, nº. 64, p. 736-748, 1904.
- DIAS, Carlos Malheiro, (ed.),. **História da Colonização Portuguesa do Brasil**. Direção Literária de Carlos Malheiro Dias; Direção Cartográfica do Conselho Ernesto de Vasconcellos; Direção artística de Roque Gameiro. Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Porto: Litografia Nacional, 3 volumes, 1921-1924; [123] f. de estampas: il., color, fac-símiles, retrs., mapas.
- DOCUMENTOS Holandeses**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1945.
- DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras**. São Paulo: IBRASA, 1987. 542p. (Série Biblioteca Estudos Brasileiros; 15).
- DUSSEN, Adrien Van Der. **Relatório sobre as Capitânicas Conquistadas no Brasil pelos Holandeses: suas condições econômicas e sociais**. Tradução, Introdução e notas de J.A. Gonçalves de Mello Neto. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947. (Série História, 3).
- FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Fortes Coloniais da Cidade do Salvador**. São Paulo: Ed. Livraria Martins, 1942. (Brasil Pitoresco, Tradicional e Artístico II).
- FERREIRA, Jorge Luiz. **Conquista e colonização da América Espanhola**. São Paulo: Ed. Ática, 104p. (Série Princípios, 218).
- FERREZ, Gilberto. **Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife - 1755 a 1855**. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. 76 p. il. (Coleção Pernambucana 2ª Fase, v.12)
- FREIRE, A. Braamcamp. **Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489**. Lisboa, 1915.
- FREITAS, Leopoldo. **Esboço de História Militar do Brasil**. São Paulo: Livr. Magalhães, 1946.
- FREYRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia. História da Guerra Brasileira**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1977. 588 p. (Coleção Pernambucana; 1ª fase, v. 4)
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Dicionário chorographico, historico e estatístico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, 4 vol. il.
- GARCIA, Rodolfo. **Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1800)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. [2a ed. Rio de Janeiro. José Olympio - Instituto Nacional do Livro, 1975], p. 118.
- GOUVEIA, Fernando da Cruz. Maurício de Nassau em Pernambuco: Correspondência com os Estados Gerais (1638-1644). **Separata da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, vol. LIV.

- GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. 4. ed., Recife: FUNDAJ, Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação Turismo Cultura e Esportes, Editora Massangana, 1992.
- GUERRA, Flávio. **Velhas Igreja e Subúrbios Históricos**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, Departamento de Documentação e Cultura, 1961. (Série Evocações Históricas do Recife).
- HISTÓRIA do Exército Brasileiro**. Brasília e Rio de Janeiro: Ed. E.M. do Exército, 1972. 190 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 2º ed.. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1976.
- HOORNAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil-colônia (1550-1800)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, 92 p. il. (Coleção Tudo é História, 45).
- ICONOGRAFIA de Pernambuco: Cartas, fortificações, aspectos urbanos**. Edição Comemorativa da Instalação do Museu da Cidade do Recife. Recife: Secretária de Planejamento da Presidência da República, Pool Editorial Ltda., 1984.
- IGLESIAS, Francisco. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 312 p. (Série Fundamentos, n. 39).
- INVENTÁRIO das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadoss ou reparados até 1654**. Recife: Biblioteca Pública de Pernambuco, Imprensa Oficial, 1940.
- JESUS, Fr Raphael de. **Castioto Lusitano**. Lisboa: 1697.
- KLINTOWITZ, Jacob. **Fortalezas Históricas do Brasil**. RHODIA, 1983.
- LAET, Joannes de. **História ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o começo até o fim do anno de 1636**. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1925.
- LEITE, Serafim, S. I. **Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil, 1549-1760**. Lisboa – Rio: Broteria Livros de Portugal, 1953.
- LEITE, Serafim, S. I. **Francisco Dias, Jesuíta Português, Arquitecto e Piloto no Brasil (1538-1633)**. Lisboa: Broteria Livros de Portugal, v. 51, fasc. 4, p. 257-265, 1950
- LEITE, Serafim, S. I. **Novas Paginas de História do Brasil**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1965. 344p.
- LEITE, Serafim, S. I. **Paginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. 260p.
- LEITE, Serafim, S.I.. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Lisboa; Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugalia, 1950. 10 volumes.
- LEITE, Serafim, S.I.. **Monumenta Brasiliae. Monumenta Histórica Societatis Iesu**. 4 volumes. Roma: v. 79 (1956), 80 (1957), 81 (1958), 87 (1960).
- LEITE, Serafim, S.I.. Os Jesuítas contra a invasão holandesa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: v. 183, p. 95-235, 1944.
- LESSA, Vicente Themudo. **Maurício de Nassau, o brasileiro**. São Paulo: Edições Cultura Brasileira S/A, 1937.
- LIMA, Heitor Ferreira de. **História Política-Econômica e Industrial do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 433p.
- LIVRO Primeiro do Governo do Brasil - 1607 a 1633**. Transcrição realizada pelo paleógrafo Mário Alves de Souza. Ministério das Relações Exteriores: Seção de Publicações do Serviço de Documentação, 1967(?).
- LORETO, Aliatar. **Capítulos de História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Militar, v. 103, 1946.
- MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar no Brasil (anotações para a história)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1958.
- MAIA, Prado. **A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965. 347p.

- MARANHÃO, Gil de Methodio. Descrição da Capitania do Brasil antes de 1545. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife: Imprensa Industrial. vol. XL, p. 312, 1946.
- MARANHÃO, José de Albuquerque (Coord.). **História de São Lourenço da Mata. Contribuição da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata às comemorações do tri-centenário da Restauração Pernambucana**. São Lourenço da Mata: 1954.
- MELLO NETO, José Antônio Gonsalves de, Cristóvão Álvares engenheiro em Pernambuco 1608 (?) - 1663. **Separata da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: vol. 15, 1961.
- MELLO NETO, José Antônio Gonsalves de. A Feitoria de Pernambuco e o Reduto dos Marcos (1646-54). **Estudos Universitários**, Recife: UFPE, n. 1, jan.-mar, 1969.
- MELLO NETO, José Antônio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Recife: IPHAN-MEC. 1979. (Publ. PHNG, 3).
- MELLO NETO, José Antônio Gonsalves de. O Recife e os arrecifes. **Arrecifes**, Recife: n. 3-4, p. 13-32, jan-dez. 1991.
- MELLO NETO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos : influencia da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1947. 335p. :il. . (Documentos brasileiros ; 54)
- MELLO, José Antonio Gonçalves de. **Fontes para a história do Brasil Holandês**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, MEC/SPHAN, Fundação Pró-memória, 1981, 263 p..
- MELLO, José Antonio Gonçalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês V. 2 A administração da conquista**. MELLO, José Antonio Gonçalves de. Recife: Editora Universitária UFPE. Minc - Secretaria da Cultura, 4ª Diretoria Regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-memória, 1985.
- MELLO NETO, José Antônio Gonsalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**. Reprodução Fac-similar, Leitura paleográfica e Versão Moderna. Recife: Imprensa Universitária, 1967.
- MELLO NETO, Ulisses Pernambucano de. **O Forte das Cinco Pontas _ um trabalho de Arqueologia Histórica aplicado à restauração do monumento**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1983. (Coleção Monumentos do Recife, 1).
- MELLO NETO, Ulysses Pernambucano de. Artilharia do século XVII em Pernambuco. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, vol. XLVII, p.191- 210, 1975.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Uma relação dos Engenhos de Pernambuco em 1655. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. 48.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada, Guerra e Açúcar- Nordeste, 1630/1654**. São Paulo: Forense Universitária, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. 390 p.
- MENEZES, J. Luiz da Mota. **Igreja de Nossa Senhora da Graça e Real Colégio dos Jesuítas de Olinda**. Tese de Livre Docência para o Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1976.
- MENEZES, José Luiz Mota; RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. **Fortificações portuguesas no Nordeste do Brasil, séculos XVII e XVIII**. Prefácio de Maria Cristina Prates. Recife: Pool Editorial S/A, 1986. il.
- MENEZES, Pedro Paulo F, Maj. **Fortaleza de Óbidos, histórico**. Belém: Arquivo 1 DR, FNPM, SPHAN, 1928 . (Texto datilografado.).
- MEUDLERS, M.; BRION, S.; LIEURY, A. **Mémoire**. Encyclopaedia Universalis, Paris: Encyclopaedia Universalis France, vol. X, p. 785-791, 1971.
- MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. **História da Fortaleza de Santa Catarina**. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1972.

- MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. **História das últimas lutas no Brasil, entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias**. São Paulo: Ed. USP (1624-25), 1979. (Col. Reconquista do Brasil, vol. 54).
- MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, V. 1.
- NAASSON, Figueiredo. SERÕES (OU SERMÕES) DA HISTÓRIA. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. XXXIX, p.71-75, 1944.
- NUNES, José Maria de Souza. **Real Forte Príncipe da Beira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, Spala Editora, 1985.
- OLIVEIRA LIMA, M. de. **Pernambuco seu desenvolvimento histórico**. 2ª. ed. Recife, 1975. Fac-símile. Lepzig, 1895.
- OTT, Carlos. O Forte do Mar, na Bahia. **Arquitetura Oficial II**. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, p. 139-161,1978. (Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 5).
- PAES, Simão Ferreira. **As Famosas Armadas portuguesas**. Rio de Janeiro: Publ. of., 1938.
- PALMEIRA, J. da Costa. **Batalha dos Guararapes**. Rio de Janeiro: Flores & Maro Editores, 1932.
- PEREIRA, José Higino Duarte. Relatório sobre as Pesquisas Realizadas na Holanda, lido no Sessão Especial de 9 de maio de 1885. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. V, n. 30, p. 335-337, 1927.
- PITTA, Sebastião Rocha. **História da América Portuguesa**. Prefácio e Notas de Pedro Calmon. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira LTDA, vol. XXX, 1952.
- PRADO, J. F. de Almeida. **Pernambuco e as Capitânicas Conquistadas do Norte do Brasil (1530-1630)**. São Paulo: Editora Nacional, 1939. (BRASILIANA, 5ª Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 175).
- PRADO, J. F. de Almeida. **Pernambuco e as Capitânicas Conquistadas do Norte do Brasil (1530-1630)**. São Paulo: Editora Nacional, 1941. (BRASILIANA, 5ª Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 175 a).
- PRADO, J. F. de Almeida. **Pernambuco e as Capitânicas Conquistadas do Norte do Brasil (1530-1630)**. São Paulo: Editora Nacional, 1942. (BRASILIANA, 5ª Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 175 b).
- PRADO, J. F. de Almeida. **Pernambuco e as Capitânicas Conquistadas do Norte do Brasil (1530-1630)**. São Paulo: Editora Nacional, 1942. (BRASILIANA, 5ª Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 175 c).
- PRADO, J. F. de Almeida. **Primeiros Povoadores do Brasil.1500-1530**. São Paulo: Editora Nacional, 1935. (BRASILIANA, 5ª Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 37).
- REGIMENTO do governo das praças que foram ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. V, n. 31, p. 289-310, 1886.
- REGO, Orlando L. M. Moraes. Feitorias Holandesas da Amazônia. **Revista de Cultura do Pará**. Belém: Ano 7, n. 26 e 27. Jan/jun, 1977.
- RELATÓRIO da Comissão constituída por F.M. Rapozo de Almeida (relator), Padre Lino do Monte Carmello Luna e Salvador Henrique de Albuquerque, em 12 de agosto de 1867. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**. Recife: n. 13, ano IV, t 2. Out. 1866.
- RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1976. (Coleção Estudos Brasileiros, 3).
- RIBEIRO, J. C. Gomes. A Prioridade do Nome "Brasil" nos Mapas do Século XVI. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. XVII, n.88, p. 126-135, 1915.

- RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco**. Direção de Rubens Borba de Moraes, VI, São Paulo: Livraria Martins, 1941. (Biblioteca Histórica Brasileira, v.1)
- RICHSHEFFER, Ambrósio. **Diário de um soldado**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1977. (Coleção pernambucana: 1ª fase, v. 11 a)
- RODRIGUES, José Honório; RIBEIRO, Joaquim. **Civilização Holandesa no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1940. (BRASILIANA, 5a Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 180).
- SALDANHA, António Vasconcelos de. **As Capitânias – O regime senhorial na expansão ultramarina portuguesa**. 1ª ed. Lisboa: Ed. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991. (Col. Memórias – 6).
- SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 2a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. (Publicações históricas, 86).
- SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira**. Recife: Secretaria do Interior, 1943.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCHWARZ, Alexis Von. **El pasado y el presente de la fortificación y su empleo en la defensa del Estado**. 2 volumes. Buenos Aires: Edición Especial de la Biblioteca del Oficial, 1926. il.
- SEIDLER, Carl. **Dez Anos no Brasil**. São Paulo: Ed. Livraria Martins, 1941.
- SEIDLER, Carlos. **História das Guerras e Revoluções do Brasil de 1825 a 1835**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (BRASILIANA, 5a Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 159).
- SERRÃO Joaquim Veríssimo. **Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. (BRASILIANA, 5a Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 336).
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **A paisagem pernambucana. Estudo introdutório de Leonardo Dantas Silva**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993. 280 p. il. (Descobrimentos, 3).
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Notícia do Brasil**. São Paulo: Deptº de Assuntos Culturais do MEC. 2 volumes, 1974.
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (BRASILIANA, 5a Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 117)
- SOUZA, Augusto Faustos de. **Fortificações no Brazil**. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Tipographia Universal de Laemmert, t. 48, parte 2, 1885.
- SOUZA, Thomas Oscar Marcondes de. **O Descobrimto do Brasil: Estudo crítico de acordo com a documentação histórico-cartográfica e a náutica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946. (BRASILIANA, 5a Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 253)
- TAVARES, General A. de Lyra. **Instituição Militar e Trópico**. Conferência proferida no Seminário da Universidade Federal de Pernambuco, em 30 de abril de 1968, Recife, 1968.
- TEIXEIRA, Luís [século XVI, suposto autor]. **Roteiro de todos os Sinais da Costa do Brasil**. Edição Comemorativa do quinto centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.
- VARNHAGEN, F. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.
- VARNHAGEN, Francisco A. **História Geral do Brasil**. 9ª ed. 3 volumes. São Paulo: Melhoramentos, 1878.
- VASCONCELLOS, Pe. Simão de, S. I. **Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil**. Lisboa: 1765. 2 volumes.

- VASCONCELOS, Antônio Vitrúvio Pinto Bandeira e Acili de. Memória Histórico descritiva da inauguração da coluna levantada no lugar da fortaleza do Arraial Novo do Bom Jesus, lida em sessão do Instituto em 16 de Maio. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife: v. II, n. 24, p. 756-761.
- VASCONCELOS, Genseric. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar do Brasil, 1940.
- VERDONCK, Adriano (DUSSEN, Adrien Van Der). Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande situadas na parte setentrional do Brasil. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. VI, n. 34, p. 139, 1887.
- VERDONCK, Adriano (DUSSEN, Adrien Van Der). Lendas pernambucanas. As lendas de Itamaracá. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. XXIX, n. 135-142, p. 38-42, 1928-1929.
- VERDONCK, Adriano. (DUSSEN, Adriaen Van Der). Descrições das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil por Adriano Verdonck, em 20 de maio de 1630. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. IX, n. 55, p. 215 - 227, 1901.
- VIANNA, Hélio. **Estudos de História Colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948. (BRASILIANA, 5a Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 261).
- WATJEN, Hermann. **O domínio colonial holandês no Brasil : um capítulo da história colonial do século XVII**. Trad. de Pedro Celso Uchôa Cavalcante. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1938. 558p. il. (BRASILIANA, 5a Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, 123). [Título do Original alemão "Holländische Kolonialreich In Brasilien- Ein Kapitel aus der Kolonialgeschichte des 17. Jahrhunderts". Editora do original alemão F. ANDREAS PERTHES A. G. GOTHA 1921].

A pesquisa arqueológica envolve diferentes áreas do saber. Desde a leitura paleográfica dos documentos, à leitura dos solos, das margens dos rios, das áreas encobertas pelas águas. Envolve a leitura das obras construídas pelos homens, dos seus despojos, e mesmo do que foi destruído pelos mesmos homens. É uma pesquisa que não apenas busca diferentes tipos de documentos, mas que também gera, transforma documentos. As imagens são documentos que permitem diferentes níveis de leitura. A leitura do especialista, que busca detalhes específicos, e também a leitura de não especialistas da área; de quem se preocupa com a preservação do patrimônio histórico, e dos que procuram, naqueles testemunhos da histó-

ria, uma forma diletante de conhecimento. Este é um livro de muitas imagens, imagens de documentos gerados no passado, que projetavam o futuro – as iconografias, os planos de obras; de documentos gerados no presente, que buscam registrar, através da fotografia, as obras do passado.

Este livro é um dos produtos de uma pesquisa arqueológica, um projeto-piloto, que teve como objetivo central localizar e avaliar os remanescentes das unidades funcionais que integravam o sistema colonial português, implantados no litoral norte do Estado de Pernambuco.

Colaboraram na Pesquisa, em seus diferentes campos:

Ana Laura Texeira de França
Angelina Lima
Darlene Souza
Douglas Batista
Elisabeth da Rocha
Eric Epifânio Fonseca
Flávia Andréa Dos Santos
George Felix
Gustavo Vilar
José Luiz da Mota Menezes
Juliana Rocha
Lana Virgínia Portela
Marcelo Milanez de Medeiros
Maria das Graças Sousa Aires
Maria Isabel Lima do Nascimento
Newton Celso Baptista de Oliveira
Rômulo Xavier
Veleda Lucena
Viviane Cavalcanti Galvão

Andredick Fontes Moura
Carolina Carvalho
Doris Walmsley
Eliane Camilo
Eric Carvalho
Érika Simone de Almeida Carlos
Gabriela Tavares de Albuquerque
Guilherme de Souza Medeiros
Jeannie Menezes
Josemar Henrique de Melo
Kennya Almeida
Magna Lícia Barros Milfont
Marcos Albuquerque
Maria Eleonora da Gama Guerra Curado
Maricélia da Silva Milanez
Ricardo Ribeiro Pessoa
Tatiane de Lima Trigueiro
Virginia Almoedo de Assis

Recebemos o apoio financeiro do:

Ministério da Cultura, Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac – Fundo Nacional da Cultura.

Facepe – Fundação de Amparo à Ciência Tecnologia - Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco.

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Preparação do Original

Capa: André Marinho

Projeto Gráfico / Diagramação: André Marinho

Fotos: Marcos Albuquerque, Doris Walmsley e Veléda Lucena

Realização Gráfica

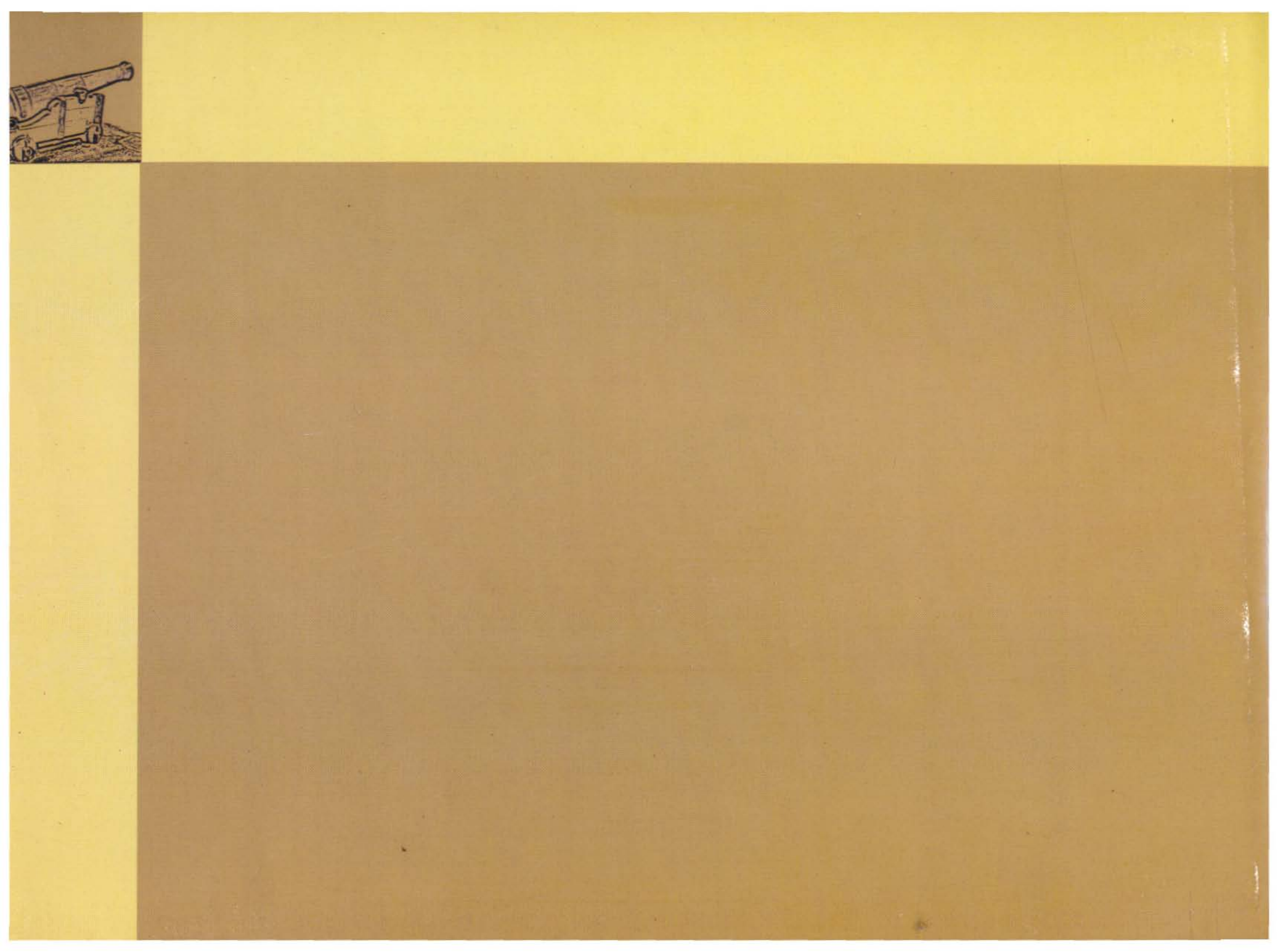
Formato Fechado: 30,0 x 22,0 cm

Papel: Couché...

Impressão: Off set

Impressor : Graftorre ...

Tiragem: 1000 exemplares



Texto disponibilizado pelo site Brasil Arqueológico – Equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco - <http://www.magmarqueologia.pro.br/>

Conteúdo protegido pela lei de direitos autorais. É permitida a reprodução parcial ou total deste texto, sem alteração de seu conteúdo original, desde que seja citada a fonte e o autor.

COMO CITAR ESTA OBRA:

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; WALMSLEY, Doris. **Fortes de Pernambuco**: imagens do passado e do presente. Recife: Graftorre, 1999. 204 p. il.